



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA
DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

Possibilidades de convergências entre economia solidária e *buen vivir* a
partir da experiência do MST no Brasil

Lisete Barbosa

Foz do Iguaçu
2020



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA
DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

Possibilidades e convergências entre economia solidária e *buen vivir* a
partir da experiência do MST no Brasil

Lisete Barbosa

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Integração
Contemporânea da América Latina da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestra em Integração Latino-
Americana.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado

Foz do Iguaçu
2020



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA
DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

Possibilidades e convergências entre economia solidária e *buen vivir* a
partir da experiência do MST no Brasil

Lisete Barbosa

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Integração
Contemporânea da América Latina da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestra em Integração Latino-
Americana.

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado

Dra. Marina Machado de Magalhães Gouvea
(UFRJ)

Dra. Victoria Inés Darling
(UNILA)

Dr. Félix Pablo Friggeri
(UNILA)

Foz do Iguaçu 01 de julho de 2020

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

B238

Barbosa, Lisete.

Possibilidades de convergências entre economia solidária e buen vivir a partir da experiência do MST no Brasil / Lisete Barbosa. - Foz do Iguaçu - PR, 2020.
126 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu-PR, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado.

1. Economia Solidária. 2. Buen Vivir. 3. Movimento Sem-Terra. I. Prado, Fernando Correa. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 330.162

Agradecimentos

Ao professor e orientador Fernando Correa Prado meus sinceros agradecimentos, com quem aprendi muito através de sua forma criteriosa, compreensiva e exigente foi essencial para a execução desse trabalho. Agradeço o carinho, conselhos e apoio especial do professor Félix Pablo Friggeri que me fez acreditar e levar adiante o projeto dessa pesquisa e fundamental para esse mergulho no debate sobre o Buen Vivir.

A professora Renata que assim como o professor Félix participaram da minha banca de qualificação que foram essenciais para redirecionamento e o refinamento da pesquisa. A mesma Renata que em plena manifestação em defesa da educação em maio de 2019, contra cortes e bloqueios de verbas para a educação pública teve forças para me motivar e acreditar em um momento que me encontrava com muitas dúvidas e ansiedade, a você muito obrigada.

Agradeço a todos os professores e aos técnicos em especial ao Taciano do Programa pós-graduação de Integração Contemporânea da América Latina – ICAL. A solidariedade e apoio da professora Marina que não mediu esforços e estendeu os braços para que eu pudesse realizar o sonho de entrar no programa da pós-graduação.

Agradeço aos amigos Denis Antonio, Isel Talavera, Francisco Leandro, Renata Thomazi, Isabel Schmidt, Carlos Augusto Caco Schmidt, Camila Valsoler, Aline Brol, Raby Khalil, Silvio Campana, Paulo Blogler, Letyza Reis, Adriana, Bruna Guimarães, Silvinha Almeida pelos momentos e apoio que enchem meu coração de amor e alegria.

Os e as camaradas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Brigadas Populares e o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro que contribuíram para meu amadurecimento e formação no campo das lutas classistas para que eu compreendesse a necessidade de trilharmos o caminho da Revolução e única alternativa para um mundo melhor.

A minha mãe que mesmo sem ser alfabetizada sempre acreditou no potencial transformador pelo caminho da educação, e minha inspiração como mulher camponesa

que luta e que nos transmite seus saberes populares das ervas medicinais e a conexão com a madrie tierra. Ao meu pai (in memorian), que me ensinou a amar a música e a poesia, e minha irmã Salete Terezinha Barbosa (in memorian) que mesmo nos momentos mais difíceis de sua passagem no plano terreno sempre foi uma fortaleza. As minhas irmãs Cleci, Lessi e Rose e minha sobrinhas Tauana, Dhiessika mulheres e meninas lindas, guerreiras e fortes que resistem todos os dias nesse mundo do patriarcado. Aos meus irmãos Evair, Paulinho, Valdoir, Valdocir e Wolney e meus sobrinhos e sobrinhas, em especial ao meu sobrinho David que nos traz alegria e esperança.

Agradeço a todos da minha família por ajudarem a construir minha história acadêmica, que graças as políticas estudantis do Governo Federal que ampliou as vagas e universidades, que pude realizar esse sonho e ser a única da família a terminar um mestrado, determinando novos rumos para a história da minha família.

A minha família espiritual da Casa de Luz de Vovó Maria Conga, aos dirigentes da casa santa Mãe Lucia e Pai Douglas que me acolheram com todo amor e carinho, para ajudar na minha evolução espiritual. Aos meus irmãos espirituais Jhenifer Firmino e Rodrigo Suzuki que me apresentaram e me conduziram no caminho da espiritualidade.

A minha grande amiga, mulher linda e intelectual Paula de Sousa Constante que foi meu braço forte em todas as fases da pesquisa me inspirando com suas lutas cotidianas, dando o apoio essencial, sem ela essa dissertação não seria possível. Ao meu companheiro Marcos Labanca que é meu porto seguro, pela amizade, pelo amor, pelos momentos de choro e desabafos. A vocês dedico essa dissertação, Paula e Marcos!

A Unila que me proporcionou o espaço de estudo, de convivência e aprendizado com pessoas de mais diferentes partes da nossa latino américa e uma possibilidade real de pensar novas possibilidades para America Latina.

À Olorum, meu Deus, criador de tudo e de todos, ao Pai Nosso que estais nos céus, nas matas, nos mares e em todos os mundos habitados. Que assim seja com o poder de Zambi, de Oxalá e Ifá! Gratidão a todos.

Que Xangô nos dê a sabedoria de guerrilhar com lealdade e justiça! Que a Senhora Rainha do mar nos emanem vibrações de força, amor, paz sobre todo o planeta!

Resumo

Essa dissertação nasce da importância de analisar as alternativas latino americanas que estão sendo produzidas para a superação e possíveis saídas ao modelo hegemônico, colonial e perverso que produz desigualdades sociais ao qual foi chamado de modernidade. Ao longo da pesquisa tratamos do estudo das práticas do Buen Vivir e da economia solidária que são praticadas pelo MST. O objetivo é de refletirmos sobre os caminhos alternativos para uma transformação social, alternativa e crítica frente ao paradigma ocidental moderno e trazendo o MST como estudo de caso, como expressão de potencial revolucionário contido em sua pedagogia de formação de sujeitos coletivos e autônomos, buscando identificar as características do Buen Vivir e da economia solidária na sua maneira organizacional. Delimitando os conceitos e características e as limitações das duas práticas como propostas alternativas ao desenvolvimento capitalista construindo um debate que se integram para a consciência da superação do paradigma do Estado Moderno e da colonialidade do poder e do ser, para o estudo lançamos mão da teoria decolonial para tratar do ocultamento e violência na América Latina. Nesse sentido, partimos da hipótese que Buen Vivir, economia solidária a partir da experiência do MST se entrelaçam para dar origem a uma mudança na estrutura social. Para tanto, construímos o estudo na perspectiva de identificar as convergências e divergências entre os temas, apresentando como uma alternativa para a noção ao desenvolvimento capitalista. As premissas da economia solidária serão analisadas a partir da SENAES e os seus defensores desse projeto evidenciando suas contradições e limitações, por outro lado apresentar a proposta do Buen Vivir como modo de vida entendido pelos povos latinos americanos principalmente os andinos e camponeses, sendo “parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas (Acosta,2016, p.69). Iniciaremos com análise crítica do neoliberalismo e desenvolvimento econômico, e no segundo momento tratar e relacionar as duas propostas de E.S e B.V. e refletir sobre as suas contribuições para o horizonte pós-capitalista, e finalmente tratar do MST como estudo de caso, dialogando com suas perspectivas para compreender e superar o capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidaria; Buen Vivir; Desenvolvimento; Movimento Sem-Terra

Resumen

Esta disertación surge de la importancia de analizar las alternativas latinoamericanas que se están produciendo para superar y abandonar el modelo hegemónico, colonial y perverso que produce desigualdades sociales que se ha llamado modernidad. A lo largo de la investigación, hemos estudiado las prácticas del Buen Vivir y la economía solidaria que se practican en el MST. El objetivo es reflexionar sobre los caminos alternativos para una transformación social, alternativa y crítica frente al paradigma occidental moderno como Alvarez(2013,p.37) contribuyó y trayendo el MST como un caso de estudio, y expresión del potencial revolucionario contenido en su pedagogía de formación de sujetos colectivos y autónomos, buscando identificar las características del Buen Vivir y la economía solidaria en su forma organizativa. Delimitar los conceptos y las limitaciones características de las dos prácticas como propuestas alternativas para el desarrollo capitalista ,construyendo un debate que integre la conciencia de superar el paradigma del Estado moderno y la colonialidad del poder y del ser para esto, el estudio utilizó la teoría descolonial para tratar del encubrimiento y la violencia en América Latina.En este sentido, partimos de la hipótesis de que el Buen Vivir y la economía solidaria a partir de la experiencia del MST, se entrelazan para dar lugar a un cambio en la estructura social. Con este fin, construimos el estudio desde la perspectiva de identificar las convergencias y divergencias entre los temas, presentando como una alternativa a la noción de desarrollo capitalista.Las premisas de la economía solidaria se analizarán con base en el SENAES y sus partidarios de este proyecto, destacando sus contradicciones y limitaciones.Por otro lado, presentar la propuesta del Buen Vivir como una forma de vida entendida por los pueblos latinoamericanos, especialmente los andinos y campesinos, como "parte de una larga búsqueda de alternativas de vida forjadas en el fragor de las luchas populares, particularmente de los pueblos y nacionalidades indígenas (Acosta, 2016, p.69).Empezaremos con un análisis crítico del neoliberalismo y el desarrollo económico,y en el segundo momento abordaremos la relación entre las dos propuestas de E.S y B.V. , y sus contribuciones al horizonte pos capitalista,y finalmente tratar el MST como un estudio de caso dialogando con sus perspectivas para comprender y superar el capitalismo.

Palabras claves: Economía solidaria; Buen vivir; Desarrollo; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	19
1.1 Neoliberalismo	19
1.2 Desenvolvimento e ideologia do desenvolvimento	26
CAPÍTULO 2 - BUEN VIVIR E ECONOMIA SOLIDÁRIA	34
2.1 A economia solidária	34
2.2 Economias solidária e mercado capitalista	49
2.3 Buen Vivir: principais abordagens conceituais e suas características	58
CAPÍTULO 3 - POSSIBILIDADES DE CONVERGÊNCIAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E <i>BUEN VIVIR</i> A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO MST NO BRASIL	80
3.1 MST e sua origem	83
3.2 MST: raízes da luta pela terra e a conformidade na América Latina	93
3.3 MST na perspectiva do Buen Vivir e economia solidaria: uma relação de complementariedade?	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

Quais são os obstáculos que iremos enfrentar perseguindo o desenvolvimento? Em quais experiências a América Latina pode se inspirar rumo ao desenvolvimento? Qual modelo produtivo podemos trabalhar para atingir o desenvolvimento? Quais são as novas estratégias dos governos da América Latina para vivenciarmos o desenvolvimento? Essas são algumas das questões que têm impregnado por muito tempo as pessoas, em diferentes espaços, tanto acadêmicos como políticos. É provável que esse cenário prossiga. Esse processo em torno do desenvolvimento é de longa data, e o capitalismo soube explorar esse horizonte, indicando as “necessidades” do ser humano. Ao mesmo tempo, à medida que capitalismo se aprofunda, percebemos que a vida humana e da natureza estão à beira de um colapso, devido ao modo atual de produção e consumo que foram moldados compondo essa agenda da própria modernidade capitalista. Isso nos indica que, a busca por respostas ao desenvolvimento capitalista se torna obsoleta frente à crise civilizatória.

A segunda década do século XXI nos surpreendeu com um inimigo invisível. As nações no mundo foram atingidas com uma pandemia que está sendo considerada a maior crise sanitária do último século, provocada por uma forma de coronavírus (COVID-19)¹. A pandemia aprofunda crises políticas e econômicas em todo o planeta². A hipótese considerável até o momento é de que o surgimento do vírus se deu por uma mutação natural em patógeno adaptado a animais silvestres, em função de sua criação em cativeiro, para consumo humano. Isso nos coloca uma possibilidade de que a natureza possui seu mecanismo natural de controle biológico que, somado a fatores como alta concentração de moradias e pobreza, torna o ambiente favorável para disseminação de doenças. Fica evidente que, principalmente nos países pobres e nas áreas periféricas, a situação é cruel, pois possuem uma população amontoadada em condições precárias de saneamento, desnutrida por questões de renda e tendo

¹ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves - <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>

² Aumento de casos de infectados se torna justificativa para que governos tomem medidas autoritárias <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-27/ao-vivo-ultimas-noticias-sobre-o-coronavirus-no-brasil-e-no-mundo-e-a-crise-no-governo-bolsonaro.html> >

acesso a alimentos ultra processados e com resíduos de agrotóxicos, condições que, somados a irresponsabilidade de governos, contribuem para o surgimento de pandemias que causam impactos socioeconômicos por décadas.³

Em meio a esse abalo nas estruturas do capitalismo surgem sinais de autoritarismo. O cenário se torna um convite para o aumento da repressão pelo Estado capitalista a essa população vulnerável. Na história do Brasil, já tivemos um enfrentamento de outras doenças infectocontagiosas no século 19 e início do 20 e nesses momentos de tragédia a elite impõe seus interesses de forma cruel. No atual cenário da segunda década do século XXI a aposta da extrema-direita que subiu ao poder em 2018 de forma democrática é imperar o caos político, sem apresentar medidas de proteção às trabalhadoras e aos trabalhadores, desempregados(as), pequenos(as) empresários(as) e comerciantes. Tudo se dá como se, frente à convulsão social, o governo se justificaria ao tomar medidas autoritárias para conter possíveis saques e violência generalizada.⁴

Esse movimento político da extrema-direita fica mais evidente já em 2013 na América Latina, quando, frente a “mudanças na correlação de forças, a extrema-direita dá o bote”⁵. As consequências dessas mudanças se percebem diante de sucessivos golpes de Estados, a exemplo no Paraguai em 2012 e no Brasil em 2016 contra Dilma Roussef, confirmando a nova tendência de golpes em uma sequência orquestrada: “a mídia aponta fraude eleitoral, joga a classe média contra os pobres e manda pras ruas criminosos, militares, fanáticos religiosos e bane o presidente”⁶.

Olhando um pouco mais para trás na história, podemos dizer que os anos 1980 e 1990 no Brasil foram marcados pelo fortalecimento da luta popular e início da redemocratização. Destacamos a ação da Comissão Pastoral da Terra, que a partir da

³ Paradoxalmente, os povos e comunidades tradicionais, os agricultores familiares de todas as regiões do Brasil, se protegidos do vírus, podem não apenas manter suas vidas como ainda fornecer a solução para o problema nacional da fome. Se desassistidos, tenderão a morrer em massa, tão logo o Covid-19 chegue aos rincões mais ermos do território nacional. < <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/5154-o-coronavirus-a-barbarie-e-a-forca-do-cerrado> >

⁴ BOLSONARO JOGA COM A MENTIRA PARA IMPOR SUA ESCALADA AUTORITÁRIA <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/bolsonaro-joga-com-a-mentira-para-impor-sua-escalada-autoritaria/>>

⁵ Maringoni, Gilberto. Bolívia: renúncia foi a melhor saída?. <https://portaldisparada.com.br/politica-e-poder/maringoni-bolivia-renuncia-golpe/>

⁶ AS NOVAS TENDÊNCIAS DOS GOLPES NA AMÉRICA LATINA [HTTPS://WWW.REDEBRASILATUAL.COM.BR/BLOGS/BLOG-DO-VELHO-MUNDO/2019/11/AS-NOVAS-TENDENCIAS-DOS-GOLPES-NA-AMERICA-LATINA/W/](https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-do-velho-mundo/2019/11/as-novas-tendencias-dos-golpes-na-america-latina/w/)

Teologia da Libertação trabalhou para conscientizar e organizar os camponeses para lutarem pelos seus direitos, construindo uma base para organização do que ficou conhecido como Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (Stédile,1997). Nesse caldeirão da redemocratização, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), que se tornou um grande partido de massas, com a missão de luta em defesa dos direitos trabalhadores. O partido defendia, “numa formulação de clara inspiração leninista clássica, que não existe exemplo de transição socialista iniciada sem os trabalhadores tomarem o poder do Estado”, e ainda destacava mais em suas resoluções “a não aliança com partidos da ordem, independência financeira e política, o foco na luta de massas e não na disputa institucional e o programa político radical foi o principal vetor de resistência à transição conservadora da ditadura empresarial-militar à democracia burguesa”⁷.

Após três candidaturas, em 2002 Luís Inácio Lula da Silva, apoiado por uma ampla frente popular, se elege Presidente da República. No entanto, a radicalidade do programam inicial foi se suavizando, o que fica evidente na “Carta aos brasileiros”, que abrandou a independência de classe financeira e política, centrou-se na luta institucional e passou a defender como sinônimo de “caminho democrático ao socialismo” a atuação nos marcos da democracia (burguesa) brasileira.

Assim como no Brasil e outros países da região, a América Latina nos primeiros anos do século do XXI foi marcada pela ascensão de governos de esquerda e populistas. No campo do populismo, onde se situa a experiência brasileira, as posições adotadas pelo governo giravam em torno da ideia de romper os obstáculos ao “desenvolvimento”, marcadamente com similaridades em outros períodos como da década de 1950, rumo ao horizonte do desenvolvimento nacional. Um exemplo do caso brasileiro pode ser visto no pronunciamento de posse do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, em seu primeiro governo, destacando

⁷ MANOEL, Jones. “A fraqueza da ilusão democrática: um ensaio político não sentimental”. Inspirado na obra de Mauri Luis Iasi, Mauro Luis Iasi, *As metamorfose da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento* (São Paulo: Expressão Popular, 2006), p. 435. Nas palavras de Mauro Iasi: “As mudanças que se verificam não se operam aleatoriamente, mas no sentido de recolocar a consciência que se emancipava de volta nos trilhos da ideologia. Não é, em absoluto, certas palavras-chaves vão substituindo, pouco a pouco, alguns dos termos centrais das formulações: ruptura revolucionária por rupturas, depois por democratização radical, depois por democratização e finalmente chegamos aos “alargamento das esferas de consenso”; socialismo por socialismo democrático, depois por democracia sem socialismo; socialização dos meios de produção por um controle social do mercado; classe trabalhadora, por trabalhadores, por povo, por cidadãos; e eis que palavras como revolução, socialismo, capitalismo, classes, vão dando lugar cada vez mais marcante para democracia, liberdade, igualdade, justiça, cidadania, desenvolvimento com distribuição de renda”. <<https://blogdaboi-tempo.com.br/2019/07/17/a-fraqueza-da-ilusao-democratica-um-ensaio-politico-nao-sentimental/>>

dois pontos que formaram eixo de seu governo reformista; o “pacto social e a política externa” (2003,p. 6 e 9):

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

[...]

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

É importante notar na manifestação do presidente brasileiro a existência do horizonte utópico, “um fim em si mesmo, mas também um caminho, numa ambiguidade e circularidade que, como se verá, é muito eficiente enquanto ideologia” (Prado, 2015, p.15).

Em uma conjuntura econômica e política esgotada ao final do século XX com as medidas do “Consenso de Washington”⁸, nos países latino-americanos presidentes com discurso anti-neoliberal são eleitos, com a esperança de combater a forte crise causada por medidas como a valorização das moedas nacionais, abertura comercial, privatizações, desregulamentação econômica,etc. Tendo seu estopim no final dos 90, a chamada “três âncoras” – cambial, monetária e fiscal causou um enorme prejuízo com “quebra de empresas e desemprego em massa pressionando para uma diminuição da arrecadação”, em um cenário de “sobrevalorização das moedas nacionais, abertura cambial, altas taxas de juros e alta carga tributária”, transformando os produtos estrangeiros mais atraentes, “desestimulando os investimentos produtivos e a consequente recessão” (Silva; Pinto; Souza; 2008, p.145).

⁸ “Reversão de política econômica estadunidense [...] para alcançar melhores resultados [...] EUA passa a pressionar os países latino-americanos a valorizarem suas moedas e a liberalizarem seu comércio exterior [...] O primeiro governo latino-americano democraticamente eleito a implantar com ortodoxia as políticas neoliberais foi o da Bolívia, a partir de 1986, com Victor Paz Estensoro na presidência. [...] Além de Estensoro, outros governantes neoliberais foram eleitos: Carlos Salinas de Gortari, em 1988, no México; Carlos Andrés Pérez, em 1989, na Venezuela; Carlos Saúl Menem, em 1989, na Argentina; Fernando Collor de Melo, em 1990, no Brasil; e Alberto Fujimori, também em 1990, no Peru” (Silva; Pinto; Souza; 2008, p.132-133).

Nesse ambiente de fracasso do neoliberalismo impostas pelo Consenso de Washington que acontece essa virada das correlações de forças políticas no alvorecer o século XXI. Tendo no Brasil um eixo importante por ser considerada a maior economia e de grande influencia da região que compreende a América do Sul , conforme destaque de Silva; Pinto; Souza, 2008, p. 153 em uma frase de Eduardo Galeano : “o Brasil é o eixo de libertação ou servidão de toda America Latina”. Desse modo, vitórias de governos de esquerda e centro-esquerda manifestavam mudanças efetivas a partir da chegada ao governo de forças políticas historicamente à esquerda do espectro político, processo este que se denominou “onda rosa”⁹, a série de presidentes eleitos da esquerda (ou da centro-esquerda) na maior parte dos países latino-americanos”. Esses governos contribuíram “para inúmeras conquistas sociais e para o avanço dos temas relacionados à integração econômica, social e política na Venezuela, Brasil, Argentina, Paraguai, Equador, Bolívia, Nicarágua e El Salvador” (Constante, 2018, p.11).

Pois bem, é naquele contexto de crítica ao neoliberalismo, de ascensão de governos populistas e de esquerda na região com esperanças renovadas para o campo da esquerda que vão ganhando maior peso os debates em torno da economia solidária e do *buen vivir*, que são os dois eixos de preocupação do presente trabalho. Nesta dissertação, o campo de estudo é o *buen vivir* e a economia solidária, buscando relacionar esta análise a partir do caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Não buscamos nesse trabalho respostas para as melhorias econômicas nos moldes dos padrões de desenvolvimento capitalista, mas um estudo e reflexão das possibilidades de convergências das propostas do Buen Vivir e a economia solidária, buscando uma plataforma em comum a partir da experiencia do MST, para, dessa forma, refletir sobre esses elementos como alternativas de transformação civilizatória frente à atual ideia do “desenvolvimento” capitalista.

Inicialmente faremos uma análise crítica do neoliberalismo e do desenvolvimento, tratando das consequências do “desenvolvimento” introduzido nos países mais pobres, e frente a isso o surgimento das alternativas como forma de “resistência contra-hegemônicas aos desdobramentos do ‘desenvolvimento’ e da ‘ globalização’ na América Latina nas décadas recentes” (Guerra, 2018, p. 86).

⁹ Le monde diplomatique Brasil. Disputa pelo poder, A Onda Rosa.2010. <https://diplomatie.org.br/a-onda-rosa/> . Acesso em 23 de novembro de 2019.

Afora o estudo sobre as origens das questões do “desenvolvimento” e a forma como se consolida ao longo da história hegemônica através do discurso político-intelectual, buscamos também analisar determinados termos e sua admissão no debate global como a “globalização”¹⁰. Entendemos que é necessário admitir no debate global espaços de debates locais sobre alternativas contra-hegemônicas, de modo a que se dê voz à população local. O estudo da proposta de economia solidária e do Buen Vivir a partir das experiências do MST aparece como um pequeno passo para fomentar debates no sentido da construção das novas formas de relações sociais, econômicas e políticas, levando em conta a construção de uma nova civilização.

Isso posto, a pesquisa analisa uma perspectiva em comum entre a economia solidária e Buen Vivir a partir da experiência do MST como uma alternativa para a noção hegemônica de desenvolvimento. O tema se justifica pela importância de estudos e viabilidades de novos paradigmas de desenvolvimento econômicos possíveis, partindo de conceitos próprios latino-americanos.

A visão homogeneizada, das atuais políticas de desenvolvimento econômico tem se confirmado ineficazes, conforme já apontava Celso Furtado (1974, p.9) em seu livro *O mito do desenvolvimento*, onde critica a ideia de desenvolvimento econômico como parte de um processo produtivo e de consumo baseado numa imposição dos países industrializados sobre nações de Terceiro Mundo. Outro autor como Bautista (2014, p. 08) confirma essa necessidade da construção de um modelo de desenvolvimento, desde a descolonização da política como alternativa para a liberdade e integração dos povos latino-americanos. Citando Constante (2018, p.15), é preciso trabalhar pelo “fortalecimento das teorias alternativas para continuarmos o processo de mudança, integração e (des)ocultamento das populações tradicionais e indígena”, trazendo para o centro do debate os saberes dos povos originários como alternativa de mudança.

No Brasil, a economia solidária tem contribuído para inserir o debate sobre o conceito de *Buen Vivir*, e questiona os valores econômicos atuais de garantias de reprodução da vida onde encontra na experiência histórica de luta do MST. Tendo isso em vista, a escolha do objeto de estudo desta dissertação se deu a partir da intenção de refletir em torno de alguns eixos e questões: 1) a teoria decolonial e como podemos transpor a atual teoria da ideia do desenvolvimento colonial e moderno; 2)

¹⁰ Guerra (2018.p. 85).

em que medida as propostas da economia solidária e do Buen Vivir se articulam a partir da experiência do MST, possibilitando a construção desse novo paradigma econômico; 3) quais as características do MST que torna possível uma contribuição para atingir uma mudança; 4) quais são os paradigmas de desenvolvimento econômico atuais e porque precisamos ultrapassá-lo; 5) quais são as possibilidades de construir alternativas que gerem outras relações econômicas e sociais atualmente. Essas temáticas nos levam a acreditar na necessidade de buscar nas profundezas de nossas comunidades para encontrarmos essas alternativas. Essa contribuição deve alcançar a epistemologia e nos direcionar para caminhos de conquistas latino-americanas.

Na metodologia planejamos fazer uma revisão bibliográfica sobre as temáticas, tratando de manter uma forma interdisciplinar, com enfoque em autores latino americanos. A forma interdisciplinar que optamos para percorrer o estudo é fundamental para entender o marco teórico, pois de forma cartesiana e positivista não seria capaz de abarcar a complexidade do estudo. A interdisciplinariedade contribui para essa ligação entre as diferentes perspectivas e é necessária para a compreensão e abrangência dos temas do Buen vivir, economia solidária e o Movimento Sem-Terra – MST. Além disso, está em consonância com a proposta do PPG-ICAL¹¹

Para a compreensão prática da interdisciplinariedade iniciaremos por uma abordagem econômica e algumas teorias econômicas do desenvolvimento. Deste modo, estudaremos o desenvolvimento e suas recorrentes crises mundiais fabricadas pelo sistema capitalista com frequentes e graves transformações sociais e econômicas, principalmente em economias já fragilizadas como nas latino-americanas, com isso faremos uma análise crítica dos projetos em disputas para a reflexão de alternativas contra-hegemônicas desde um horizonte pós-capitalista.

Feito isso, tratamos de apresentar mais detidamente os conceitos de economia solidária e de buen vivir, para dar sustentação à proposta de análise a partir da experiência de luta social. O trabalho vai culminar no resgate histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sob um olhar das experiências do mundo camponês, indígena e a agricultura dos quilombos e trazendo como pano de fundo as características da economia solidária e do Buen Vivir norteando o estudo. Deste modo, trata-se de pensar a experiência do MST como espaço de organização social que constrói mudanças efetivas, assim como as trazidas pelo Buen Vivir e a economia solidária são

¹¹ Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) <https://programas.unila.edu.br/ical/hist%C3%B3rico>

cruciais para a reflexão do momento que estamos passando e avançar rumo a novas alternativas.

Por fim, nas considerações finais buscamos pontuar as conceituações e os pontos convergentes e divergentes, bem como a real possibilidade de contribuição para alternativas ao desenvolvimento no cenário da América Latina, quando colocados em situação de complementariedade entre a economia solidária e o Buen vivir. O MST assim como o Buen vivir têm significativa proximidade entre suas práticas, no sentido que prima pelo processo de formação de sujeitos críticos de consciência e reflexão, constituindo outros valores que têm como centro a defesa da vida. O enfoque em construção entre economia solidária e *buen vivir* nos permite trilhar caminhos alternativos, no entanto a realidade tem demonstrado que sua potencialidade se tornará efetiva somente com a ruptura do sistema capitalista.

CAPÍTULO 1 - NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1.1 NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo se consolidou nos anos 1980 defendendo “intervenção mínima do Estado” e resgatando o *laissez faire* de Smith¹², fundador da economia política clássica¹³. É uma expressão de origem francesa que simboliza o liberalismo econômico global, que significa literalmente “deixa fazer, deixa ir”. No livro I, capítulo 2 da “Riqueza das Nações” de Smith (1776) defende e explica a doutrina do *laissez faire* que é a “não-intervenção governamental dos negócios”. Os governos seriam dispendiosos, corruptos, ineficientes e concedem privilégios especiais em detrimento da sociedade como um todo. ” Ou seja, em linhas gerais, sem o Estado para intervir as pessoas seguiriam livremente para escolher individualmente a melhoria de sua situação econômica, com seu próprio “empreendimento”. O mundo seria movido pela harmonia de interesses e o livre comércio global, conforme pintado na frase do livro I, cap.2 da “Riqueza das Nações”: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos nosso jantar, mas de sua consideração por seus próprios interesses”.

O estudo e análise da realidade e as categorias que compõe a retórica política ao longo da história, é um passo fundamental para poder transformá-la de modo que se configuram parte importante para a reflexão sob aspecto de uma análise crítica. Nesse sentido, a linguagem colorida de Adam Smith pode ser identificada muito claramente na composição da retórica política atual, com o surgimento e aprofundamento do liberalismo nos anos de 1980, e observando essa segunda década do século XXI, com a retomada do projeto neoliberal representado, conforme análise de PEIXOTO (2019), na “ascensão de forças conservadoras que chegaram ao poder com o objetivo de reorganizar o projeto neoliberal mais ortodoxo interrompido pelos governos de esquerda que foram hegemônicos durante cerca de quinze anos”.

¹² Adam Smith nasceu em 1723, e foi um dos grandes expoentes do chamado Iluminismo Escocês, que marcou o século XVIII. É fundador da Escola Clássica da Economia Política.

¹³ CORAZZA (2005)-

Como podemos perceber o poder econômico global está se reorganizando, mas em contrapartida os povos “os sujeitos subalternos, os explorados e os oprimidos”¹⁴ estão se reorganizando e evidenciando essa organização: “novos processos de luta e mobilização popular têm ocorrido na região, como mostram os recentes ciclos de protestos e levantamentos no Chile, Equador, Haiti e Bolívia¹⁵ para mencionar apenas os epicentros atuais das resistências populares”. Todas essas manifestações podem representar que a América Latina está vivendo um novo ciclo, e em cada país as reivindicações tem suas especificidades, mas se relacionam no que tange ao questionamento da doutrina neoliberal que seus governos defendem, “evidenciando as limitações, os fracassos e os impactos perversos do neoliberalismo” (Peixoto, 2019).

Na condução dos trabalhos faremos um estudo do período histórico político e econômico dos anos de 1970 e 1980, sendo assim é importante que se aponte acontecimentos passados e atuais para que possamos interpretar e entender a realidade que nos envolve. Fatos anteriores, suas raízes e atuais relacionando com o contexto político e econômico atual, compõe a presente análise da conjuntura. Partindo da atualidade na contribuição da análise de Fuser (2019), a fase atual capitalismo se caracteriza muito claramente na “apropriação dos bens da natureza”, ficou muito evidente por exemplo, no caso brasileiro com o pré-sal¹⁶, que teve como consequência o “golpe de 2016 e nas eleições de 2018”, e outro caso pontual é da Bolívia que descobriu-se uma grande reserva de lítio¹⁷ que “é uma matéria-prima indispensável para a fabricação de baterias.”

A doutrina contida nos pacotes neoliberais tem como objetivo, como afirma Guerra (2018 *apud* Harvey,2006), a conformação de uma “nova ordem mundial”, iniciada dos 70 e intensificada nos anos 90.

Os retrocessos no campo social e econômico são características do projeto neoliberal, deste modo garantem a lucratividade do capital com a destruição das conquistas históricas de direitos dos trabalhadores. Com a crise do projeto de industriali-

¹⁴ Dossiê nº 22 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.(2019)

¹⁵ Mais informações sobre Bolívia em: “Bolívia:de cortina de fumaça para a crise ao golpe contra Evo Morales” (2019).

¹⁶ Foi a partir do descobrimento do petróleo nessa camada que começaram as intervenções mais explícitas no cenário político nacional, “de fora para dentro”.(Brasil de Fato,2019)

¹⁷ Especialmente agora, com a disseminação do carro elétrico, que está cada vez mais prestigiado como uma maneira mais sustentável de transporte, sem emissão de CO2, o lítio boliviano tem sido muito cobiçado pelas transnacionais. ” (Brasil de Fato,2019)

zação no pós-Segunda Guerra e o acirramento nas “lutas de classes entre os integrantes da classe trabalhadora e os representantes do capital” e os “baixos níveis de crescimento econômico e, em especial por taxas de lucratividade sem grande expressão, os representantes do capital buscaram alternativas para reverter essa situação e, para tanto, o projeto neoliberal centrou esforços na destruição de conquistas trabalhistas e na defesa da supremacia do capital” (Wellen, 2012, p.34).

As mudanças para a “nova ordem” são precedidas pela “crise dos países centrais”, provocada a partir da “crise do petróleo em 1973, expressa também na agudização da concorrência interimperialista entre os grandes centros – Estados Unidos, Europa Ocidental e, particularmente, Alemanha e Japão –, o que alterou as condições em que se estabelecia a política externa da América Latina” (Marini, 1993 *apud* Prado, 2015). O cenário econômico extremamente conservador e a implementação das doutrinas neoliberais contribuíram também para que o período de 1980 fosse considerada a “década perdida”.

Na contribuição de Guerra (2018 *apud* Cox,1981) fica evidente que uma das principais consequências é a reconfiguração da estrutura do Estado, o que ele chama de uma “internacionalização do Estado”.

Assim, de uma perspectiva neoliberal, a globalização é um processo economicamente dirigido que deveria seguir os princípios da propriedade privada e das forças de mercado desreguladas. A regulação deveria existir somente com a função de facilitar e proteger a propriedade privada e a livre operação do mecanismo de oferta e demanda entre os produtores e consumidores. Outras regras e instituições econômicas são consideradas, assim, interferências políticas que minam a eficiência do mercado e deveriam ser reduzidas ao mínimo. Com a combinação de privatização, liberalização e desregulação, a globalização deveria maximizar a prosperidade, a liberdade, a democracia e a paz a toda humanidade. (Ramos 2005, p.113 *apud* Guerra 2018, p. 89)

Conforme afirma Guerra (2018), “o Estado é então reduzido a uma ‘agência do mercado’”, e não vejo exagero em salientar que o neoliberalismo persegue em seu objetivo um horizonte utópico, “posto que a perspectiva neoliberal vê no livre-mercado a principal força capaz de promover o bem-estar e o desenvolvimento no cenário internacional”. Esse horizonte é perseguido pela implantação das políticas públicas na América Latina entendidas a partir do pacote neoliberal, durante fins dos anos 70 e todo os anos 80 e 90, conforme Ascarrunz (2011.p.427) “entre os anos 70 e 80 criam

conceitos como ‘bem-estar’; ‘estado de bem-estar’; reflexões sobre a pobreza; desigualdade, entre outros”, surgiram como caminhos a ser perseguido para alcançar o “estado de bem estar social”.

Anterior a esse período cabe destacar o papel da CEPAL e sua teoria desenvolvimentista que entrou em crise provocada, conforme destacado no artigo de Marini (1992) pela “crise do socialismo europeu, a revolução científico-técnica e a difusão da doutrina neoliberal puseram em xeque, nos anos 80, os pontos de referência de que se valiam os meios políticos e intelectuais mais progressistas da América Latina para pensar o futuro da região: os conceitos de desenvolvimento e de dependência. Seu lugar é ocupado hoje por palavras de ordem, entre as quais se destacam a economia de mercado, a inserção no processo mundial de globalização e a redução do Estado”.

O tema sobre “desenvolvimento” será aprofundado no próximo tópico, não obstante é mister destacar a disputa em torno do debate “político, econômico e social na América Latina” sobre o “desenvolvimento” se torna um “elemento fundamental” adotado no âmbito da “política externa estadunidense no contexto de início da Guerra Fria” e “tal conceito é um elemento fundamental para a consolidação de projetos políticos e sociais hegemônicos, por seu grande potencial de geração de ‘consenso’ via legitimação ideológica” (Guerra, 2019).

O avanço de governos progressistas, nos últimos 15 anos (Peixoto, 2019), teve como consequência a suavização do projeto neoliberal. Esse avanço se deu pelo fracasso do “modelo de ‘desenvolvimento’ coadunado com uma ‘globalização’ neoliberal que a partir da década de 1980 passou a ser propagado para os países latino-americanos e impostas pelos países centrais, algumas das principais organizações internacionais e instituições financeiras internacionais” (Guerra, 2018).

O tão esperado “Estado de bem-estar” prometido primeiramente pelo pela consolidação do “capitalismo neoliberal enquanto sistema socioeconômico dominante”, já mostrava sua ineficiência. (Guerra 2018 apud Harvey, 2006)

A falta de um projeto radical desses governos progressistas contra o sistema capitalista resultou em uma reorganização do projeto neoliberal pelas forças políticas de extrema-direita. No “I° Seminário Latino-americano” organizado pelos escritórios de Buenos Aires e São Paulo do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, no final de maio de 2019, foram debatidas algumas questões consideradas essências para estratégia de organização para enfrentar o avanço do projeto neoliberal; nesse semi-

nário as questões mais relevantes que conversam com nossa análise são: “como repensar hoje as alternativas e a construção de um projeto popular de mudança? Quais fortalezas e debilidades os projetos progressistas e populares que ocorreram previamente nos deixaram como legado?” (Tricontinental, Dossiê nº22, 2019).

Essas questões foram debatidas na perspectiva dos “desafios para os movimentos populares e para o pensamento crítico”, a partir da constatação que “os povos da América Latina e do Caribe enfrentam há alguns anos um novo avanço do imperialismo e do capital, da direita e dos projetos neoliberais e conservadores. Essa ofensiva, que promove um renovado processo de recolonização de nossos países e uma agenda de reformas pró-mercado reproduzidas em cada país, tem trazido consequências e mudanças regressivas tanto no plano social e econômico como no político e democrático” (Tricontinental, Dossiê nº22, 2019).

A suavização do projeto neoliberal durante os governos progressistas não tardou em mostrar seus efeitos negativos. Salvo excessões da Venezuela e Cuba, as economias latino-americanas se submeteram aos grandes centros financeiros a serviço de seus especuladores ficando suscetível a crise que eles mesmos produzem. Nesse complexo funcionamento do sistema financeiro global, apoiada pelas agências de risco que compõe a peça fundamental para o projeto neoliberal hegemônico de desestabilização dessas economias mais frágeis, assim como ficou evidente na crise de 2008.

[...] as agências agem na desestabilização econômica dos países emergentes e estão “a serviço de especuladores subordinadas aos interesses econômicos e políticos de Washington e Wall Street.

Em fevereiro de 2015, a S&P foi obrigada a pagar multa de US\$ 1,37 bilhão às autoridades americanas pelo papel nefasto que desempenhou na crise financeira dos Estados Unidos de 2008, quando ela atestou nota máxima de segurança aos títulos subprime atribuindo à época triplo AAA. (Brasil de Fato, 2015)

A crise imobiliária e do sistema financeiro em 2008 nos Estados Unidos dos títulos imobiliários, chamado ativo subprime¹⁸, causou o fechamento do banco Lehman Brothers e como consequência um efeito cascata. A crise do capital financeiro inicialmente atingiu os países da zona do euro, na Grécia teve seu acirramento em 2009 após a aprovação de pacotes de austeridade fiscal tendo como consequência

¹⁸ Brasil de Fato, 2015.

grandes manifestações contra as condições imposta pelo FMI e União Europeia para que pudesse liberar mais empréstimos.

A crise imobiliária dos Estados Unidos se transformou numa crise do sistema bancário global, a partir do momento em que os títulos podres vinculados às hipotecas foram vendidos como legítimos. Entrou-se numa recessão global: os bancos globais se enfraqueceram em termos de liquidez e solvência, incluindo os bancos europeus. Especialmente em 2008 e 2009, a recessão global fez com que os Estados tivessem de intervir para apoiar suas economias internas. Obviamente a capacidade de arrecadação e os rendimentos dos Estados foram reduzidos, pois, as economias internas se contraíram. (Lapavistas, 2012, Brasil de Fato)

Nesse sentido, podemos refletir no âmbito da composição dos discursos político-econômicos em momentos de crises sistêmicas, onde não se encontram saídas alternativas a não ser a austeridade dos governos e/ou saídas individuais, baseado nisso constroem-se ações de austeridades que impactam diretamente nos direitos do trabalhador alegando falta de "competividade do sistema produtivo industrial e financeiro", fazendo com que as classes mais pobres paguem pela crise provocada pelo próprio capital.

Assim como aconteceu no pós-segunda guerra com os projetos de desenvolvimento difundidos pelas organizações e instituições, a crise de 2008 traz a centralidade e a importância delas novamente. E é aí que a doutrina neoliberal se renova e consolida como uma "nova ordem mundial", através desse sistema globalizado procurando a inserção de inúmeras instituições, como descreve Guerra (2018): "referimo-nos à utilização de instituições internacionais centrais – com ênfase para o Sistema ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BM) – como plataformas de estabelecimento de um 'consenso' acerca de diretrizes políticas e econômicas pretensamente universais que, se analisadas mais profundamente, refletem os interesses de uma elite econômica transnacional".

Neste sentido, podemos entender que a base conceitual do neoliberalismo e suas principais características que compõe sua doutrina, moldou o discurso e as políticas públicas no campo político e econômico. Essa categoria se tornou peça chave para a saída da crise mundial do padrão industrial e financeiro das economias, marcado também pela concentração do capital e um modo de produção que se consolidou, conforme Guerra (2018), através da "globalização", "baseado na liberação dos fluxos financeiros e comerciais transnacionais".

Enfocando outra consequência importante do processo de expansão do modelo neoliberal que compõe essa reconfiguração do Estado neoliberal, apontada por Guerra que é a ‘internacionalização da produção’, que consiste em:

[...] numa intensificação do processo histórico e estrutural de organizar as redes transnacionais de produção de modo a obter as melhores vantagens de custo em escala global, decorrendo na exploração da mão de obra barata e recursos naturais abundantes nos países periféricos em prol da acumulação de superlucros nos países centrais detentores de tecnologia, mão de obra especializada e, conseqüentemente, das atividades produtivas intensivas em capital. (Guerra, 2018, p.89-90)

O destaque da expansão do modelo neoliberal considera somente os efeitos econômicos para uma determinada elite econômica, como bem chama atenção Guerra (2018), “o foco na expansão do comércio geralmente se dá às custas da atenção a assuntos como os conflitos de classe, a desigualdade e variações regionais do crescimento que é gerado”.

Em vista do cenário apontado, concordamos que as consequências do processo de “internacionalização da produção” são nefastas, “milhões de trabalhadores das regiões periféricas têm seus direitos sistematicamente minados e passam por processos de superexploração, alienação generalizada, expropriação e espoliação, de modo a garantir os lucros e enriquecimento da classe internacionalmente favorecida: a elite capitalista transnacional” (Guerra, 2018). Como resultado dessa dinâmica, são gerados amplos setores marginais no interior da ordem mundial neoliberal, compostos principalmente pela classe trabalhadora, os refugiados, os imigrantes, os camponeses e os povos indígenas dos países periféricos.

Por fim, o projeto neoliberal e seu de “caráter hegemônico da ordem mundial neoliberal” no seu estágio de expansão global e suas implicações para as “regiões periféricas” ¹⁹, nos permite pensar e identificar alternativas “contra-hegemônicas, protagonizadas por esses atores marginalizados e capazes de, a partir de uma perspectiva local, transformar as estruturas do Estado e, a partir dessas reconfiguração, disputar a consolidação de uma nova ordem mundial” (Guerra, 2018). Tendo em vista as consequências do neoliberalismo, em contraponto podemos destacar a organização dos movimentos contra-hegemônicos como enfrentamento das ideias hegemônicas, conforme Guerra (2018) define como “os processos de formulação de alternativas a essa ordem consolidada”.

¹⁹ GUERRA, 2019 apud HARVEY, 2006.

As possibilidades de construção de alternativas a partir da perspectiva local encontram consonância, conforme aponta Guerra (2018), na contribuição do pensamento de “Boaventura de Souza Santos (2002,74), para quem ‘o global acontece localmente, é preciso fazer com que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente”. A construção de alternativas numa perspectiva de um projeto contra-hegemônico, com ampla participação popular implicando numa mudança estrutural do Estado e que tenha abrangência global, é uma possibilidade de avanço para um pensamento libertador e revolucionário.

No próximo tópico será abordado a questão do “desenvolvimento”, especificando o caso da América Latina, partindo da análise dos embates entre “globalização hegemônica neoliberal”, as propostas de construção de alternativas para o “desenvolvimento” feitas a partir das “instituições internacionais centrais (representando, de acordo com o marco teórico acima apresentado, os interesses das elites transnacionais dominantes numa ordem mundial capitalista neoliberal)” e a resistência tanto no campo intelectual com a Teoria da Dependência quanto nos movimentos populares e sociais contra as propostas do projeto neoliberal.

1.2 DESENVOLVIMENTO E IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

O debate entorno das teorias do desenvolvimento emergiram sob uma perspectiva social e política no contexto da Segunda Guerra Mundial, tendo como objetivo consolidar e legitimar projetos hegemônicos capitalistas através das organizações e instituições, deste modo estabelecendo qual sistema global iria prevalecer. Desde então muitos estudos foram realizados nesse sentido para encontrar uma receita para o desenvolvimento econômico que estava mais diretamente relacionada as questões do crescimento econômico. A retórica do desenvolvimento se torna uma ferramenta fundamental para a propagação dos parâmetros desse projeto hegemônico global formado por um grande aparato de organizações e instituições, que se deu de maneira especial na América Latina. Isso fica evidente nesse exemplo abaixo, de como a ONU se estabeleceu e as justificativas econômicas utilizadas e legitimadas.

[...] o estabelecimento de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), visando a consolidação de uma governança global para o novo contexto geopolítico do pós-guerra, a formulação de acordos internacionais para o crescimento do comércio internacional, sobretudo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e a fundação do Banco Mundial com vistas à reconstrução dos países devastados pelo conflito revelam que o cenário se havia tornado propício a uma espécie de compromisso global em nome da estabilidade econômica pró-crescimento. (Niederle e Radomsky, p.07.2016)

A condução do projeto de desenvolvimento conforme cenário apresentado se consolida e se legitima através das instituições, sendo amplamente apoiado pelas elites nacionais “em nome da estabilidade econômica”. Assim os debates sobre o “desenvolvimento” das nações que geraria o tão sonhado Estado de Bem-Estar social no mundo marcaram essa segunda metade do século XX.

A segunda metade do século XX discutia-se fortemente sobre o Estado de Bem-Estar social no mundo, dentro do processo de “desenvolvimento” das nações. Seguindo essa linha de tempo, constitui o marco histórico da ruptura do “colonialismo moderno”, mas o início do “colonialismo globalizado”, que é considerado como “ ‘última estratégia de uma modernidade’ permeada ‘pelos imaginários sociais de ‘lo que debe ser’ y ‘como debe ser’ ” (Gañan, 2015, p.53 *apud* Constante, 2018).

Os debates sobre o desenvolvimento se consolidaram a partir 1945, em uma nova configuração geopolítica que caminhou em paralelo com o “processo de descolonização asiática e africana – [em] que, de fato, ‘a geocultura do desenvolvimento’ se transformou num fenômeno universal” (Fiori, 1999, p.22 *apud* Prado, 2015).

A palavra “desenvolvimento” passou a ser amplamente usada sem a preocupação de exigir uma definição categórica, mas possuía enorme poder político de mobilização. Sendo primeiramente mencionado no discurso de posse do presidente eleito dos Estados Unidos, Harry Trumann no dia 20 de janeiro de 1949, e como contraponto surge pela primeira vez termo o “subdesenvolvimento”. Seu discurso era abertamente “anticomunista” e se dizia em defesa da “democracia”, e pela paz e a liberdade centrando o discurso em quatro pontos “sendo o mais importante contido no quarto ponto: ‘devemos nos envolver em um novo e corajoso programa para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e do nosso progresso industrial acessível, visando à melhoria e ao crescimento das *áreas subdesenvolvidas*’. E depois segue: ‘O *velho imperialismo* – exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar nos nossos planos. O que buscamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de trato justo e democrático’ ” (Prado, 2015, p. 69)

Após chamar atenção ao período ao qual vamos tratar, a ideia é construir uma análise histórico conceitual do “desenvolvimento”, aplainando o terreno para depois situar a discussão com a economia solidária e buen vivir. Porém, não abarcaremos todos os debates sobre o desenvolvimento, que são inúmeros, e relacionando com a ideia de “progresso”, que é considerada “a noção mais representativa da modernidade capitalista” (PRADO, 2015, p. 68). O desafio consiste em fazer uma análise da “ideologia do desenvolvimento” que é intrínseca ao “desenvolvimento” e que se tornou a forma de atingir o “progresso” e consequentemente “a modernidade”, em um horizonte utópico de desenvolvimento.

Para analisar essa construção mistificadora e quase divina da “ideologia do desenvolvimento” é preciso entender sua origem e suas especificidades e sua importância na condução do processo de “desenvolvimento”. Na contribuição de Prado (2015, p. 47) , “uma forma básica de combater qualquer ideologia é desnaturalizá-la apresentando-a em seus conteúdos particulares e históricos” expondo e evidenciando alguns pontos, entre os quais “a construção do desenvolvimento enquanto horizonte utópico, situando sua origem na Segunda Guerra Mundial, em particular com a Guerra Fria, como parte da hegemonia estadunidense no mundo capitalista de então, em contraposição à URSS, e também como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo”.

Se observarmos a ideia do desenvolvimento numa perspectiva ampla, mesmo tendo aparentemente sido criado na segunda metade do século XX, não se configura algo novo, pois “a ideia do desenvolvimento nasce muito antes...”, como podemos perceber “no fundo, mas com diferentes formas, trata-se de uma ideia que remonta à própria origem do sistema interestatal capitalista e que deve ser entendida como parte intrínseca da visão de progresso que formou e ainda forma a modernidade capitalista.” (Prado, 2015, p. 44)

A existência de um pensamento modernizante vindo dos países desenvolvidos se inseriu nos países da América Latina através da aliança entre classes sociais para atingir o “desenvolvimento” , com a seguinte narrativa de construção do seguinte cenário para alcançar esse objetivo: “eliminar os obstáculos sociopolíticos e culturais ao desenvolvimento que estavam encrustados nas chamadas ‘sociedades tradicionais’ através da utilização racional dos recursos nacionais por meio de um planejamento racional; como condição disso era necessário a mobilização e organização da vontade

nacional para a política de desenvolvimento” , porém a construção do projeto econômico não levou em consideração as particularidades de cada local compondo o que se chamou de “ ideologia do desenvolvimento” (Bambirra,1978, p.05).

Também na contribuição Frank (1967), evidencia o surgimento de vários projetos no âmbito das políticas públicas desenhadas a partir do caráter “universalista” para a população mundial e difundida através das instituições, foram sendo disseminadas sem levar em conta o “passado econômico e sua história social” e que resultou no seu “subdesenvolvimento”.

O grande controle que as elites nacionais possuem acabam por moldarem a sua versão da histórica, na análise de Wellen (2012,p.31), observar os fenômenos sociais e econômicos para eventuais constatações não representa muitas vezes um estudo de análise critica da raiz histórica que levaram a sua formação, considerando ainda que , “como são os representantes do capital que possuem o maior acesso à divulgação de suas teses, a análise hegemônica adotada e amplamente difundida sobre a crise do capitalismo e do chamado Estado de bem-estar social, mesmo nos meios acadêmicos, foi aquela que não feriu a suposta eternidade desse sistema econômico.”

No projeto de desenvolvimento para os países da América Latina a implantação de políticas públicas se tornou o eixo central a partir da Segunda Guerra Mundial, “o sonho da superação do subdesenvolvimento alimentava expectativas e utopias com o progresso industrial” (Niederle e Radomsky, p.07, 2016). A esfera produtiva e diversos setores sociais, nacionais e internacionais promovem uma sequência de soluções e narrativas, normas e vontades que incidem sobre determinadas sociedades como uma espécie de solução milagrosa para a crise do capitalismo. O final da Segunda Guerra mundial foi marcado pelo surgimento da palavra “desenvolvimento”, como horizonte utópico a ser atingido: “E não exagero dizer que a palavra “desenvolvimento” sobretudo em seu uso como um objetivo a ser perseguido, isto é, como horizonte utópico, marcou e ainda marca a narração da história mundial desde o final da Segunda Guerra”. Nesse bojo de ações mistificadores surge de forma quase universal o debate acerca do “ desenvolvimento”, no cenário pós guerra “se estabeleceu todo um enorme aparato de produção de conhecimento e de aplicação de políticas públicas que apresentava o “desenvolvimento” como um fim político praticamente incontestável. (Prado, 2015, p.69).

Os caminhos da história do desenvolvimento da economia capitalista nem sempre percorrem direções distintas de outrora. A ideia do “desenvolvimento” pensado no pós guerra até ao “novo -desenvolvimentismo” do século XXI não nos pareceu possuir muitas diferenças nas estratégias de crescimento econômico e principalmente no discurso “político-intelectual” dos anos de 1950.

Bresser-Pereira (2009, p.07) principal autor no Brasil que defende o “novo-desenvolvimentismo” afirma que, o “Estado moderno, só faz sentido no quadro do estado-nação que surge com o capitalismo. Para que uma nação consiga compartilhar de um destino comum, ela precisa ter objetivos comuns, dentre os quais o principal, em termos históricos, é o desenvolvimento. Outros objetivos, como liberdade e justiça social, também são fundamentais para as nações, mas, assim como o Estado e o capitalismo, surgem tendo o desenvolvimento econômico como parte de sua lógica, de sua forma intrínseca de ser.”

Para que se crie um ambiente propício de desenvolvimento nacional, Bresser-Pereira (2009, p.07) faz a seguinte afirmação: “uma nação envolve uma solidariedade básica entre classes quando se trata de competir internacionalmente. Empresários, trabalhadores, burocratas do Estado, profissionais de classe média e intelectuais podem entrar em conflito, mas sabem que comungam de um destino comum e que esse destino depende de seu envolvimento competitivo vitorioso no mundo dos estados-nação. Envolve, portanto, um acordo nacional”.

O economista Bresser-Pereira detalha um quadro onde pontua as diferenças entre o antigo e o novo desenvolvimentismo, deixando evidente que o posicionamento do defensor do “novo desenvolvimentismo” é um “acordo nacional” resgatando a ideia “nacional-desenvolvimentista” da segunda metade do século XX, mas com um elemento novo a “globalização”.

Quadro 1: Comparação entre o Antigo e o Novo Desenvolvimentismos

Antigo Desenvolvimentismo	Novo Desenvolvimentismo
1. Uma certa complacência com os déficits públicos e a inflação.	1. Nenhuma complacência com o desequilíbrio fiscal e a inflação.

2. O Estado desempenha um papel central em termos de poupança forçada e investimento em empresas.	2. O Estado tem um papel subsidiário mas importante na poupança forçada e no investimento em empresas.
3. A industrialização se baseia na substituição das importações e o comércio é pessimista em relação às exportações	3. O crescimento é voltado para a exportação e o comércio é realista em relação às exportações

Fonte: Bresser-Pereira (2009, p.14)

A ideia de trazer as diferenças do antigo e do novo-desenvolvimentismo não é esmiuçar cada ponto, mas como uma maneira de demonstração para exemplificar o que Prado (2015, p. 28) chamou de “miríade do debate político-intelectual”, na perspectiva de construção de um “horizonte utópico do desenvolvimento é quase onipresente”.

É possível a utilização da categoria desenvolvimento de muitas formas independentemente do projeto político, entretanto se “identifica o horizonte utópico com determinados processos históricos”. As lutas dos trabalhadores podem não se centrar única e exclusivamente em torno do “desenvolvimento”, porém consiste num elemento fundamental para entender a “disputa entre distintos projetos políticos para o conjunto da sociedade...”. O desenho dos debates em torno desse “horizonte utópico” cria um cenário muitas vezes de “desistorização” dos fatos, “cujas características são confundidas com o projeto político predominante em determinada época sem explicitar justamente a disputa entre distintos projetos e a construção histórica através da qual um determinado projeto se faz predominante- isto é, oculta-se a luta de classes” (Prado, 2015, p. 28).

O exemplo que evidencia essa perspectiva, conforme Prado (2015, p. 28) resultante dessa “identificação de diferentes projetos com determinados processos históricos na disputa pelo desenvolvimento está relacionado à conjuntura dos países que são considerados como desenvolvidos na atualidade ou no momento de sua utilização discursiva.” Ao se sobrepor a outro projeto como no caso dos países ricos em relação aos países pobres, torna-se o ingrediente “básico” para a utilização da denominação de supostos “países em desenvolvimento” ou “países emergentes” em contraste com “países desenvolvidos”, enquanto os demais países, que não se enquadram nesses conjuntos, seriam simplesmente “países pobres”, criando inúmeros estudos e debates para se justificar intervenções da elite econômica em detrimento dos trabalhadores.

Então podemos afirmar que existiu uma análise concreta da realidade entre um projeto político para o desenvolvimento e processos históricos que servem de “horizonte” e, portanto, nessa perspectiva é fruto de algo “realista” e por isso não “utópico”. Essa afirmação ignora “inúmeras evidências que fazem do processo histórico ‘modelo’ algo único, uma forma particular de uma totalidade, um processo não universalizável, mas que, no entanto, é tomado como abstração- um juízo, uma ideia, um conceito: o desenvolvimento-, que deveria representar ao mesmo tempo o ideal singular e o ideal universal” (Prado, 2015, p.29-30).

Das observações analisadas e pontuadas por Prado (2015), entendem-se que essa forma ignora fatores contextuais históricos específicos da realidade como parte de uma “estratégia ideológica”, por “esvaziar os elementos particulares dos processos históricos”, construindo um emaranhado de debates nem sempre matizados em suas combinações, sobre o “desenvolvimento” que ao mesmo tempo é “tomando como singular, particular e universal. Cumpre assim o seu papel de ideologia”.

É preciso, portanto, remover alguns véus através da análise crítica sobre a ideologia, ao passo que o “desenvolvimento hegemônico da lógica capitalista globalizada é analisado como mito/ideologia” (Constante, 2018, p.29).

É necessária uma análise crítica sobre os projetos de desenvolvimento em disputa, para interferir na construção de projetos críticos e revolucionários com a intensa participação consciente de classe, no campo dos debates das ideias. Conforme destaque anterior, não pretendemos fazer um estudo aprofundado sobre as inúmeras discussões sobre “ideologia” e seus importantes debates e reflexões, pois não é o enfoque principal dessa dissertação, mas compreendemos a importância conceitual da ideologia e seus efeitos como método de construção de um projeto político hegemônico representado na “ideologia do desenvolvimento”, bem como construir um arcabouço teórico sobre a questão do “desenvolvimento” e seus desdobramentos na América Latina tendo como base os acontecimentos pós Segunda Guerra Mundial.

Assim sendo, dado o avanço de governos conservadores na segunda década do século XXI “o pêndulo político se moveu novamente nos anos recentes, dando a vez a grupos liberais”²⁰ e uma sucessão de fatos abalaram nossas frágeis democra-

²⁰ NEXO JORNAL. QUAL O PANORAMA POLÍTICO DA AMÉRICA DO SUL HOJE. <[HTTPS://WWW.NEXOJORNAL.COM.BR/EXPRESSO/2017/04/07/QUAL-O-PANORAMA-POL%C3%ADTICO-DA-AM%C3%A9RICA-DO-SUL-HOJE-SEGUNDO-ESTAS-2-](https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/04/07/qual-o-panorama-pol%C3%ADTICO-DA-AM%C3%A9RICA-DO-SUL-HOJE-SEGUNDO-ESTAS-2-)

cias latino-americanas e acabaram por derrubar governos com “projetos políticos críticos ao neoliberalismo”; “no Peru, Martín Vizcarra dissolveu o Congresso e o presidente do Equador, Lenín Moreno (pupilo de Rafael Correa, Moreno tomou posse em 2017 e contrariou todas as ideias de Correa eleito em novembro 2006) decretou estado de exceção e pôs o Exército nas ruas contra manifestantes que pediam sua saída do poder”²¹. Em outros países como “a Argentina, com a eleição de Mauricio Macri (sendo posteriormente derrotado em 2019 por Alberto Fernández e por sua política atrelada aos pacotes neoliberais do FMI (Fundo Monetário Internacional); o Brasil, com ascensão de Michel Temer ao poder depois golpe em 2016 que acabou no impeachment de Dilma”²²; esse é o cenário que compõe os exemplos das rupturas democráticas que a América Latina vem passando.

Por fim, dado o panorama da conjuntura é preciso refletir sobre a identificação de alternativas contra-hegemônicas, para superar “o caráter hegemônico da ordem mundial neoliberal própria do atual estágio de globalização”, que possa ser construída a partir do protagonismo por parte dos “atores marginalizados e capazes de, a partir de uma perspectiva local, transformar as estruturas do Estado e, a partir dessas reconfiguração, disputar a consolidação de uma nova ordem mundial (Cox, 1996, 2007 *apud* Guerra, 2018, p. 90). O protagonismo da organização das massas forma as bases democráticas e “intensamente populares” para um movimento internacional “contra-hegemônico”.

Veremos no próximo capítulo mais detalhadamente no caso da América Latina, alternativas populares às propostas de ‘desenvolvimento’, propostas estas vindas de organismos internacionais, frutos das “resistências populares e lutas sociais mobilizadas contra essas propostas”, através de alternativas reais e concretas que associam não só a economia, mas outras esferas sociais. Trataremos as duas abordagens centrais da dissertação, a economia solidária e o *buen vivir*.

[PESQUISADORAS](#)> ACESSO EM: 22 DE NOVEMBRO DE 2019

²¹ NEXO JORNAL.EQUADOR, PERU E O ESTADO DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA DO SUL
<https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/10/12/Equador-Peru-e-o-estado-da-democracia-na-Am%C3%A9rica-do-Sul> Acesso em: 22 de novembro de 2019

²² NEXO JORNAL. Qual o panorama político da América do Sul hoje.
<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/04/07/Qual-o-panorama-pol%C3%ADtico-da-Am%C3%A9rica-do-Sul-hoje-segundo-estas-2-pesquisadoras>> ACESSO EM: 22 de novembro de 2019.

CAPÍTULO 2 - BUEN VIVIR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Buscamos apreender, ao longo do capítulo anterior, elementos da análise conjuntural das crises econômicas capitalistas com um recorte temporal a partir pos Segunda Guerra. Com base nisso, emergem vários debates sobre uma saída econômica, para a população que é historicamente afetada pelos efeitos econômicos devastadores. Nesse capítulo adentraremos aos dois temas propostos no título. Como primeiro ponto de análise, trataremos do histórico da economia solidária no contexto brasileiro, objetivando apresentar seus pressupostos teóricos e metodológicos. O estudo dos principais debates teóricos em torno do tema é importante para que possamos aprofundar a análise dos pontos convergentes e divergentes entre Buen Vivir e Economia Solidária. Inicialmente apresentaremos de forma crítica as características históricas da economia solidária e algumas abordagens dos pressupostos metodológicos defendidos por seus representantes, conjuntamente aproveitando para explicar qual o método que norteou os estudos. Esse tópico será construído através de uma análise crítica da ‘crise do capital’ e sua ‘ofensiva ao trabalho’ e o surgimento de ‘novos padrões de intervenção social’, a partir dos anos sessenta do século XX e que tiveram efeitos determinantes a partir da década de setenta no Brasil.

Com a crise econômica dos anos sessenta emergiram muitos estudiosos da economia solidária que alegam uma falta de alternativas viáveis que contribuam para a superação dos problemas sociais, e promovem a disseminação de um “rosário de determinações que incidem sobre a sociedade, estimulando a aparição de posições mistificadoras” (Wellen, 2012, p. 29). Essas “posições mistificadoras” são comuns em momentos de “decadência ideológica e política”, onde inicia-se uma supervalorização do singular, o qual se destaca características como “autogestão, solidariedade e consumo solidário” (Grade e Acquati, 2010, 59).

Desde a crise oriunda do neoliberalismo surgiram vários estudos com diferentes matizes políticas a respeito do conceito de economia solidária e suas características. No âmbito da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES)²³, a definição de economia solidária “é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, 2006, p. 11). Essa organização coletiva se apresenta na forma de cooperativas autogestionaria de produção, “protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões” (Singer, 2013, p.09). Na visão desse autor, a definição dessa experiência não se limita, no entanto, ao espaço interno da organização, mas incorpora toda a estrutura social: a “economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (Singer, 2002, p.10 *apud* Wellen, 2008, p.06).

Avançando no estudo do que se trata a economia solidária, encontramos uma definição apontada por Grade e Acquati (2010, p.49), que afirma que esse projeto “busca uma nova racionalidade econômica, trata-se de formas materiais de organização produtivas, as quais aparecem como expressão de inúmeras formas de organizar a produção material desenvolvida por trabalhadores”; ou seja, são experiências produtivas que se apresentam como alternativa a forma de organização econômica capitalista e trabalham outros valores, “resgatando no bojo da economia hegemonicamente capitalista aspectos humanos” colocando o “ser humano como sujeito e fim da atividade produtiva, ao invés de objeto da acumulação privada de riqueza”.

Partindo de uma perspectiva crítica, pode-se dizer também que os movimentos da economia solidária são próprios de novos projetos sociais que surgem sob o discurso de ser a última esperança, despontando em momentos de crises, principalmente as “ideológicas e políticas” provocados em certa medida, conforme Wellen (2012, p.30), pela “fragmentação dos trabalhadores ou da incapacidade dos governos”. Podemos perceber isso através das palavras de Parra, ao afirmar que:

²³ Com a extinção do Ministério do Trabalho, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. A [lei 13.844](#) cristaliza uma concepção de governo, na qual a participação social, os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais são relegados ao terceiro plano ou diretamente extintos. Essa lei é fruto da Medida Provisória 870/2019, que apresentou ao país a perspectiva de organização do governo de Jair Bolsonaro e suas prioridades na gestão pública. <https://diplomatie.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>

... é por estar 'diante da gravidade dos problemas sociais e da inexistência de projetos alternativos por parte das instituições civis e estatais', que vários trabalhadores desempregados, 'juntamente com comunidades carentes e pequenos coletivos de ex-empregados, tentam criar mecanismos de sobrevivência e de pertencimento social'. (Parra, 2003, p. 74 *apud* Grade e Acquati, 2010, p. 30)

Considerar o contexto histórico é extremamente relevante para entender o surgimento dessas novas propostas. Os “efeitos ideológicos” diante da crise representam um “terreno fértil” para criação de novos “projetos sociais” sem bases “metodológicas e teóricas” que possam ser determinantes para uma ruptura das estruturas do sistema que provocou a presente situação de crise econômica. Esses projetos novos se apresentam “como redutores da sociedade e capazes de sanar as mazelas sociais” (Wellen, 2012, p.30).

O direcionamento dos estudos e debates sobre a crise do sistema econômico capitalista, suas causas e os problemas gerados conforme apontamento de Wellen (2012, p.30) enfatizam a “crise do capitalismo e do chamado Estado de bem-estar social”, sem apresentar uma análise crítica aprofundada sobre o sistema econômico. As teses desenvolvidas por “parte dos teóricos sociais” são de que as causas partem dos “problemas administrativos ou externos”, “resguardando a validade e legitimidade do modo de produção capitalista”, culpabilizando os “agentes individuais pelos problemas surgidos”. Com esse olhar mais superficial sobre as estruturas do sistema econômico e suas constantes crises, ignora-se que “a crise do capitalismo derivava de causas estruturais [...], tratou-se aquilo que era sintoma como sendo a causa do problema, colocando-se no banco dos réus apenas os agentes administrativos do sistema”, conforme afirmação que segue:

Raramente desenvolvida tem sido, contudo, a concreta relevância histórico-universal do exaurimento do denominado Estado de bem-estar social; [...], este processo foi apreendido enquanto problemática de natureza administrativa, como ilustração da necessidade de redirecionar políticas sociais, como fenômeno de caráter financeiro ou tributário ou, mais geralmente, no quadro abstrato do esgotamento de padrões ideais de socialidade. (Netto, 2001, p. 69 *apud* Wellen, 2012, p.31)

Essa afirmação nos mostra a limitação das análises das crises econômicas que tratam as causas a partir de agentes individuais, sem relacionar a crise capitalista com a origem da estrutural advinda das contradições do próprio sistema capitalista. A cons-

trução limitada do debate conforme demonstrado anteriormente, que apresenta a análise da crise como sendo de caráter administrativo, moldou os estudos de muitos teóricos no entorno da economia solidária.

Outras análises das causas da crise da economia e o surgimento desse novo projeto da economia solidária apontam para os seguintes fatores: o aprofundamento da crise industrial dos “anos 80 fez o Brasil ingressar na mais longa crise de desenvolvimento desde 1840”, conforme análise de Pochman (2004, p.23). Neste sentido, se deve as causas da crise econômica os fatores externos e consequentemente do trabalho, “uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente da produção e exportação de produtos primários. Os efeitos regressivos dessa combinação são expressivos no interior do mercado nacional de trabalho”. Essa combinação dos fatores seria a causa do crescimento da massa de desempregados, de um lado os “assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas” e por outro lado “o segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista”.

E segundo Pochman (2004, p. 23), é no bojo do segmento não organizado do trabalho que constitui a “fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista”, em conjunto com dois movimentos específicos no caso brasileiro.

De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. Ao contrário do passado, observa-se o ineditismo do rápido avanço na proletarianização da antiga classe operária industrial e no desaburguesamento da classe média. Inequivocamente, trata-se de um excedente de força de trabalho qualificado, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico.

De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida. (Pochman, 2004, p. 23 e 24)

Essa nova forma de trabalho se tornou um movimento significativo e definiu nova forma de trabalho exigindo um mapeamento de dados sobre as atividades.

Mesmo as análises e pesquisas mais atuais sobre a economia solidária demonstram dificuldade em mapear esse perfil dessas experiências. Gaiger (2014) em seu artigo apresenta um mapeamento realizado:

Nos dias atuais, as pesquisas sobre a economia solidária no Brasil passam a dispor de uma nova e importante base de informações, oriunda do Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária. Ao agregar informações de 15 mil empreendimentos, nas 27 Unidades da Federação, sobre a gênese dos empreendimentos, suas estratégias de desenvolvimento e os benefícios que aportam para seus integrantes e seus entornos sociais, essa base de dados propicia análises a partir de uma visão ampla do perfil socioeconômico e das práticas de gestão da economia solidária.

Os estudos acadêmicos sobre a economia solidária multiplicaram-se nos últimos anos, mas a inexistência de informações abrangentes e sistematizadas a respeito restringiu as pesquisas a uma abordagem qualitativa, valiosa para o exame dos traços particulares dessas organizações, mas insuficientes para identificar suas tendências predominantes e seus efeitos sobre as condições de vida dos trabalhadores. O Mapeamento permite uma mudança de escala nas análises e a rediscussão de teses importantes, presentes no debate teórico e político. (Gaiger, 2014, p.01)

Observa-se, portanto, as dificuldades em definir e mapear as atividades da economia solidária e o surgimento desse fenômeno social, que surge em decorrência da desestruturação do mercado de trabalho e a sistemática crise do sistema capitalista.

Do mesmo modo que podemos observar essa limitação nas análises das causas da crise do capitalismo sendo reduzida a problemas administrativos, também podem ser percebidas algumas diferenças, o que contribuiu para dar contornos mais democráticos, conforme palavras de Wellen (2012, p.32): “isso serviu para apresentar a conjectura de um ambiente democrático do debate”.

Dentro dessas inúmeras colorações de teses o autor que se destaca nessa trajetória por sua participação, com objetivo de tecer uma crítica ao sistema de forma moderada, “foi o francês Pierre Rosanvallon, teórico autointitulado seguidor dos ensinamentos de Saint-Simon²⁴. Para esse autor a culpa da crise do capitalismo é determinada pela forma de como se construiu historicamente o Estado, relacionando a problemas internos dessa instituição com a crise e dando enfoque a uma “análise endogenista” (Wellen, 2012, p.32). Rosanvallon defendia a seguinte tese:

²⁴ Saint-Simon foi, ao mesmo tempo, um dos principais teóricos integrantes do chamado ‘socialismo utópico’ e do pensamento positivista (cf. Lowy, 1994, p. 22-33; Bryant, 1985, cap.II).

... a 'doença' do Estado de bem-estar social seria marcada, centralmente, pelo desequilíbrio entre a quantidade de receitas e de despesas sociais, surgindo como únicas soluções a ampliação de descontos obrigatórios, como impostos e taxas, ou a necessidade imperiosa de diminuição dos serviços sociais, assim como sua focalização.

[...] não seria 'a lógica capitalista, suas crises, suas fases, as lutas de classes, que explicariam o desenvolvimento estatal, mas sim sua 'lógica interna' e, para tanto, 'o Estado-providência seria uma evolução do Estado-protetor, que é o próprio Estado-moderno.' (Montaño, 2002, p.107 *apud* Wellen, 2012, p. 32)

Na perspectiva de Rosanvallon a solução da crise estaria na superação e modernização da instituição Estado sem mexer nas estruturas sociais do capitalismo, defendendo que bastaria apenas um “novo contrato social”, conforme afirmação a seguir.

Nessa perspectiva, não seria preciso uma mudança social para garantir novamente a harmonia social entre as pessoas, mas somente um acordo comum no qual todos se comprometeriam a ajudar e, nesse sentido, ' nada mais natural que reclamar, para a ultrapassagem da crise, um 'novo contrato social', uma sociedade solidária. (Netto, 2001, p.85, *apud* Wellen, 2012, p.33 *apud*).

Conforme já mencionado trataremos do caso brasileiro para análise da economia solidária, então seguiremos a mesma trajetória no campo-político e institucional com um olhar para algumas experiências, de forma genérica.

A busca das definições conceituais e base teórica sobre a economia solidária nos deparamos com várias dificuldades, até mesmo entre seus integrantes, conforme apontado por Wellen (2012, p.111), que confirma complexidade em encontrar unanimidade consensual de base teórico metodológico e/ou político que possa cumprir esse objetivo da pesquisa.

No Brasil, o principal autor que trabalhou a temática foi o professor da Universidade de São Paulo, Paul Singer²⁵, e mesmo neste autor, conforme Wellen (2012, p.111), observamos posições conflitantes e em alguns casos até mesmo contraditórias sobre o mesmo complexo social, como é o caso do mercado que ora o autor apresenta como elemento negativo para a sociabilidade humana, ora como uma instituição indispensável para a realização da individualidade. Assim sendo, uma análise teórica

²⁵ Paul Singer faleceu em 16.04.18. Foi um expoente nessa temática de estudo e introdução do debate nos meios acadêmicos e políticos.

para distinguir de forma imediata a essência da economia solidária encontra dificuldades, pois a identificação desse modo de organização da economia se apoia mais em características “singulares” e não explica a estrutura. Como aponta Wellen (2012, p.112) essas afirmações não remetem diretamente à sua estrutura material.

Para a compreensão das características dessa proposta de produção – que até em sua semântica é contraditória no sistema vigente, como aponta Wellen (2012, p.19), dada a oposição entre a economia, que é capitalista, com uma valoração supostamente solidária –, é fundamental analisarmos sua evolução e origens históricas, seu surgimento, e seu histórico específico no caso brasileiro como aponta Pochman (2004) a partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização que ficou conhecida como a “ década perdida”.

Segundo o autor ,para conhecermos as raízes históricas da economia solidária, que não possuía esse nome, é necessário retrocedermos a época dos primeiros passos do capitalismo industrial na Inglaterra, logo após a revolução industrial. E os primeiros passos da economia solidária se deram com o britânico Robert Owen. Como explica em melhores termos Grade e Acquati (2010, p.51) ao tratar dos primeiros focos de pensamento da economia solidária:

A evolução inicial da economia solidaria na história foi de responsabilidade de grandes autores socialistas denominados “utópicos”, da primeira metade século XIX (na Inglaterra, Owen; na França, Fourier, Saint Simon, Proudhon, entre outros), que contribuíram de forma decisiva para o seu desenvolvimento.

[...] surgem desses pensadores que elaboraram modelos de sociedade mutualistas, cooperativista e solidária, os quais, entretanto, não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar a sociedade da época e, em virtude disso, foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos. (Arroyo e Schuch, 2006 *apud* Grade e Acquati, 2010)

Em seu livro Singer (2002) nos apresenta uma proposta de construção teórica como base da economia solidária. Faz um recorrido histórico das crises do capitalismo industrial e o surgimento da práxis e pensamento da economia solidaria, suas origens como processo político e econômico que se dá em reação ao empobrecimento dos trabalhadores artesãos, em decorrência da expulsão da massa de camponeses dos domínios senhoriais para que se transformassem no proletariado moderno. Os trabalhadores eram submetidos a longas horas de trabalho causando problemas sérios de saúde, elevando a taxa de morbidade e mortalidade. Essa enorme e desgastante jornada de trabalho, impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.

Nesse sentido, percebendo o agravamento e aprofundamento de uma crise social e econômica, e frente à luta da classe trabalhadora, alguns industriais começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, que, tal como aponta Grade e Acquati (2010, p.52), foi o mais importante iniciador do movimento socialista do pensamento da economia solidária; ele era um industrial na área têxtil em New Lanark e aplicou sua proposta, que continha carga horária limitada e proibição do trabalho infantil, ao tempo que ergueu escolas para filhos/as de trabalhadores/as.

O modelo apresentado por Owen pareceu bastante revolucionário para época, por isso chamou atenção. O interesse em torno do modelo “filantrópico” de gestão da produção fabril não passou despercebido, pois Owen gastava dinheiro com o bem-estar dos trabalhadores, conforme aponta Singer (2002, p. 25), resultando em um aumento da produtividade tornando a empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento.

Com o longo período de guerras e após a Revolução Francesa, que teve seu fim em 1815, após a vitória britânica sobre Napoleão em Waterloo, a Grã-Bretanha entrou em período econômico de profunda depressão. Conforme aponta Singer (2002, p. 25), Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Segundo sua perspectiva, essa perda de trabalho e renda na indústria bélica, causando uma retração na indústria civil, só poderia ser revertida reinserindo os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que ampliaria o mercado para outros produtores – política que, salvo muitas diferenças, foi aplicada de outra forma pelo também britânico John M. Keynes, durante a crise de 1930, antecipada 119 anos antes por Owen.

Singer (2002, p.25) aponta que esse plano econômico na perspectiva de Owen para solucionar a profunda depressão vivida pela Grã-Bretanha, no início do séc. XIX, frente ao aumento da pobreza que eram amparados pelo governo britânico através do chamado fundos de sustento dos pobres, era destinar esse fundo para aquisição de terras, funcionando da seguinte forma:

Em vez de serem meramente distribuídos, fossem utilizados na compra de terras e construção Aldeias Cooperativas, em cada um das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser tro-

cados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados. (Singer. 2002, p.26)

Mas, na segunda década do século XIX, Owen recebeu um duro golpe, pois o governo britânico se negou a implementar seu plano econômico, e passou a retratá-lo como radical (Cole, 1994, p. 20 *apud* Singer, 2002):

Quanto mais Owen explicava o seu 'plano', mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista.

Quando parte da classe burguesa que o apoiava percebeu esse movimento, Owen foi posto de lado. Com isso, partiu em 1825 para os Estados Unidos onde de continuidade a suas proposições sociais e econômicas na colônia cooperativa de New Harmony, “pregando a formação de cooperativas para formar os mercados dos capitalistas” (Grade e Acquati, 2010, p.52).

Conforme aponta Singer (2002, p.27), enquanto Owen permanecia além-mar, os adeptos das ideias owenista começaram a colocá-las em prática, criando sociedades cooperativas por toda parte na Inglaterra. Esse movimento se somou ao início das lutas sindicais, desencadeado pela revogação dos *Combination Acts*, que proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado à livre concorrência e foi usada para perseguir de forma violenta os sindicatos, a ponto que muitos desapareceram ou foram para a clandestinidade. Com a revogação, que se iniciou em 1824, novos sindicatos se formaram, e juntamente nesse movimento formaram-se as cooperativas. Porém, não se atribui a Owen a formulação dessas lutas do operariado pela defesa de seus interesses de classe, que por outro lado defendiam “as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que delas necessariamente decorrem.”²⁶. A abolição em parte desse processo de punição contra os trabalhadores que se organizassem nas lutas sociais não se deu de forma imediata.

²⁶ Marx, 2014.p.76

As leis cruéis contra as coligações dos trabalhadores foram abolidas em 1825 ante a atitude ameaçadora do proletariado. Mas, apenas em parte. Alguns belos resíduos dos velhos estatutos só desapareceram em 1859. (Marx, p.858)

O reformismo apresentado por Owen, foi bastante criticado por Marx (2014, p.76) e denominado como “socialismo conservador burguês”, numa segunda forma desse socialismo demonstra que não seria “essa ou aquela transformação política que poderia beneficiá-la, mas apenas uma transformação das condições materiais de existência, das relações econômicas”. Esse ainda acrescenta, o socialismo burguês defendia que para essas condições serem concretas, não se suprime as “relações burguesas de produção, [...], mas unicamente melhoramentos administrativos realizados sobre o terreno daquelas mesmas relações de produção, que, portanto, não mudam em nada as relações entre capital e trabalho assalariado, mas que no melhor dos casos, reduzem para a burguesia os custos de sua dominação e simplificam o seu orçamento nacional”.

Os defensores dos ideais de Owen estruturaram cooperativas de produção inicialmente e, conforme aponta Singer (2002, p.27), a primeira experiência cooperativa owenista foi criada por George Mudie e reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres, propondo que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais; no período entre 1821 e 1822, Mudie e seus companheiros publicaram *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo.

Outra experiência de cooperativa owenista é a Brighon Co-operative Trading Association (Associação de Troca de Brighton). Essa cidade chamada Brighon, na Inglaterra, também recebeu uma iniciativa cooperativa, conforme aponta Singer (2002, p.28), encabeçada por Dr. Willian King, que era conhecido como “médico dos pobres”. Em 1827 surgiu com o objetivo de “formar uma comunidade cooperativa owenista, mas ela começou por funcionar como armazém cooperativo para ajudar a formar um fundo de capital”. O quadro societário era predominantemente composto por operários. A associação propiciou a seus membros o arrendamento de terras para o cultivo de legumes para que estes sejam vendidos no armazém. Posterior a essa, diversas outras descendentes da primeira surgiram em Brighon, Findon, Canterbury e Gravesend. A associação do Dr.King encerrou suas atividades em 1832 pois sua liderança estava com problemas relacionados a saúde (Singer, 2002, p.28).

Essa mesma Associação Brighthon em 1828 passou a criar publicações em um pequeno mensário chamado *The Co-operator*, para expor os princípios do cooperativismo sob a liderança do Dr King. Em dois anos de funcionamento conseguiu penetrar em parte da Inglaterra. O mensário cumpria o papel de mapear e registrar as cooperativas e consta que seu número inicial registrou quatro cooperativas; em meados de 1829, o número alcançou 70 e até o final deste ano atingiu 130, além da abertura do London Co-operative Bazaar (Bazar Cooperativo de Londres). Em consonância, a imprensa cooperativa também se diversificou, com o surgimento de novos órgãos (Cole, 1944, p.22-23 *apud* Singer, 2002, p.28).

Igualmente merece destaque no livro de Singer, nessa tentativa de construir uma base teórica das origens da economia solidária, o envolvimento e ascensão do cooperativismo owenista e o crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. O autor cita mais uma experiência de organização cooperativa, destacando o caso notável da liderança John Doherty em 1829, que conseguiu organizar fiandeiros de algodão em um sindicato nacional, passando a pautar sua luta a partir disso, na organização de todas as categorias de trabalhadores, fundando em 1833-1834 o *Grand National Consolited Trades Union*, sucessora da *Gran National Moral Union* de Owen (Singer, 2002, p. 28). “Tornou-se comum que grevistas, em ramos que podiam ser operados sem muita máquina, em vez de cruzar os braços, se lançassem em competição com seus empregadores à base de planos de produção cooperativa” (Cole, 1944, p.24 *apud* Singer, 2002, p. 29), essa competição obviamente só é benéfica para o capitalismo industrial da época.

Esse movimento era organizado por esses sindicatos cooperativos e com o intuito não somente de reivindicar melhorias salariais e condições de trabalho, mas para ocupar o lugar nos empregadores no mercado, acabando assim com o assalariamento e substituindo pela autogestão (Singer, 2002, p.29).

Deste modo os acontecimentos políticos e econômicos, em um cenário de profunda recessão na economia britânica no início do séc. XIX, com grande impacto na vida do trabalhador que perdeu seu posto de trabalho e viu seu salário rebaixado, encontrou no cooperativismo de Owen uma saída imediata para suprir suas necessidades básicas, conseguindo agrupar experiências de diversas características, como as cooperativas operárias, as sociedades de propagandas owenista que tinha como objetivo fundar Aldeias Cooperativas, atualmente chamadas de “cooperativas integradas”, que são organizadas integradamente produção e consumo, e criando armazéns

cooperativos como aqueles encabeçados pelo Dr King, “médico dos pobres”, em Brighton (Singer, 2002, p. 30).

Conforme aponta Grade e Acquati (2010, p. 51), o pensamento da economia solidária ocupou-se mais em elaborar modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária, do que objetivamente transformar a sociedade da época. “Entretanto, constituíram um processo idealizador econômico alternativo como resultado de uma articulação solidária” (Grade e Acquati, 2010, p.51). No século XX as cooperativas se desenvolveram com novas estruturas de organização, “assumindo as formas de produção, comercialização e crédito” (Grade e Acquati, 2010, p.51).

Outro autor que busca construir um histórico das origens da economia solidária é Coraggio (2013), que atenta para essa proposta da E.S e seu contexto original no seio da sociedade ocidental europeia, como parte do programa de emancipação de uma classe proletariada nascente. Em sua análise, a E.S se diferencia do sindicalismo, à medida que busca automização organizativa do trabalho *respecto* ao capital, a exemplo das cooperativas de produção ou das *mutuales*, que tinham como objetivo reduzir a miséria que foi gerada pela crise do capitalismo nascente. Em resumo, foram formas de auto organização e produção econômica entre os trabalhadores para geração de renda, que buscavam resistir a fragmentação das comunidades, o individualismo resultante do emergente capitalismo industrial e a recessão.

Conforme Coraggio (2013), a economia solidaria pode ser considerada como uma alternativa de proposta prática encontrada para superar a “crise de reprodução da vida” a partir da “crítica do sistema capitalista”.

Tal propuesta se dinamiza en la actualidad por la crisis de reproducción de las sociedades capitalistas y, más específicamente, por la crisis de reproducción de la vida. La crisis de la sociedad salarial como forma paradigmática de integración social de la economía capitalista es estructural, más profunda y decisiva que la crisis resultante de la financiarización del capital, la que el capital global podrá resolver a costa del sufrimiento extremo de las mayorías y la extensión de la irracionalidad ecológica. La conceptualización de esa propuesta práctica se construye a partir del desarrollo de la crítica del sistema capitalista, en particular de su absolutización el mercado autorregulado y toda su institucionalidad (Coraggio, 2013).

Dando continuidade a gama de autores e seus estudos para criação de uma base teórica sobre economia solidária, Cattani (2003) argumenta que os resultados de mais de duzentos anos de domínio do modo capitalista apontam para a necessidade de construir uma outra economia para atender às demandas de uma sociedade

mais exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada. Que além do acesso aos direitos como cidadãos, essa sociedade quer qualidade de vida. Ao invés de um ambiente de concorrência brutal, alguns grupos buscam relações de cooperação e da solidariedade, não devastando a natureza, respeitando as várias formas de vida; em vez da ganância da acumulação e concentração irracionais de riqueza, a generosidade da partilha e da doação.

Podemos perceber que ao longo da história em decorrência das várias crises do capitalismo os trabalhadores foram empurrados a criar maneiras organizativas de sobrevivência, e a economia solidária aparece nos últimos anos como uma saída rápida para a sobrevivência do trabalhador, com praticas de autogestão estruturadas em cooperativas. Vários autores se debruçaram para criar uma teoria e uma metodologia, entretanto não entram a fundo nesta análise crítica do processo de transformação social, inclusive levantam mais dúvidas por apresentarem posições controversas dos seus representantes, conforme apontado por Wellen (2012, p.64) nesse trecho do professor Paulo Singer, que se tornou o principal expoente das ideias da economia solidária no Brasil:

[...] um planejamento geral de uma economia nacional não pode ser generalização dos planejamentos empresariais, cuja harmonização se faz em mercados". Entretanto, ao demarcar os limites do sistema social baseado na "economia solidária", ele adverte: " precisamos de mercado porque é a forma de interação que conhecemos, que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total de aposse da economia". De maneira análoga, noutras passagens, observamos que, se de um lado, o autor clama pela "invenção de um sistema do planejamento empresarial capitalista, pois este pressupõe o mercado e a anarquia da produção social", de forma, de forma inusitada, ensina que " mercados são essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e como consumidor" (Singer, 2000, p.17 *apud* Wellen, 2012, p.64)

Deste modo, como aponta Wellen (2012, p.62 e 63), estamos diante de um vasto e complexo conjunto de experiências, no qual se transforma em "uma tarefa difícil determinar a especificidade das organizações de economia solidária, e suas diversas análises e estudos dentro de um mesmo campo teórico". E o autor acrescenta, "devido a esta miscelânea de posições, torna-se bastante ousado identificar uma unidade que permeie as premissas da economia solidária ou, ainda mais, um elemento estrutural que não se limite aos dizeres apregoados ou ao que se encontra na superfície dos discursos de seus representantes".

Conforme já citado a definição da economia solidária de forma oficial no Brasil fica por conta do foi órgão máximo do movimento da economia solidária, a Senaes-Secretaria Nacional de Economia Solidária, que busca nesse conceito geral “explicitar os valores e princípios fundamentais da ES”, na tentativa de enquadramento e mapeamento do perfil dos “empreendimentos solidários”: “cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica”(SENAES,2012,p.120). Atualmente a SENAES foi transformada em um departamento do Ministério da Cidadania de acordo com a MP 870/2019, publicada em 1º de janeiro de 2019 em decorrência de mudanças de governo. Anteriormente era um órgão subordinado ao Ministério do Trabalho e Emprego do governo brasileiro entre 2003 a 2016.

Conforme Wellen (2012), a Senaes determinou uma definição conceitual e formas de identificação dos tipos de experiências que se enquadram no perfil de economia solidária como forma de mapeamento dos empreendimentos:

[...] esta entidade foi responsável por uma extensa pesquisa que contou com a colaboração de duzentas entidades, utilizando mais de setecentos entrevistadores que visitaram quase “quinze mil empreendimentos econômicos e solidários buscando informações sobre sua trajetória, sua atividade econômica, sua forma de gestão, suas dificuldades e principais demandas”, que resultou no Sies- Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária- , “um banco de dados eletrônicos, com acesso facilitado e público”.
[...] o então Ministro do Trabalho e do Emprego do Brasil, Luiz Marinho, definiu a economia solidária como “uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho” (Wellen 2012, p.66 *apud* Senaes, 2006, p.7)

Deste modo, podemos observar através dessa definição acima que a economia solidária, no caso brasileiro, é um projeto social protagonizado pelos trabalhadores com objetivo de manter seus empregos, ao mesmo tempo que, conforme aponta Wellen (2012, p. 66), é uma “tentativa processual de implementar organizações autogeridas no lugar das empresas capitalistas”.

A crise do capitalismo industrial nos anos 1970 ocasionada pela “superprodução de mercadorias”, como é próprio do sistema capitalista, bem como os investimentos em tecnologias, causaram demissões em massa de mão de obra para forçar a diminuição dos custos de produção (Wellen,2012, p. 40). Diante dessas demissões e retiradas de direitos surge a necessidade em buscar alternativas econômicas pelos trabalhadores para o enfrentamento da crise econômica e social do capitalismo, consequência da pressão dos projetos neoliberais que acarretou em uma “reestruturação produtiva” e diminuição de suas garantias trabalhistas e no aumento das taxas de

lucros das empresas. Para os trabalhadores que permaneceram na empresa foi implantada a tal “reestruturação produtiva” neoliberal, com a seguinte base de argumentos “mistificadores” de que “melhoraria a vida dos trabalhadores [...] faria surgir novos patamares de democracia interna da empresa e, desta forma, a gestão participativa e a repartição dos lucros com os trabalhadores entre trabalho e capital. Estaria esboçando-se a “sociedade pós-capitalista”²⁷ (Wellen, 2012, p.46-47).

Mesmo os trabalhadores que não foram demitidos sentiram os efeitos do aumento da exploração e a precarização, entretanto, “as atividades secundárias da produção que não ofereciam riscos significativos para a preparação e venda das mercadorias” foram substituídas pelo trabalho terceirizado e subcontratado. (idem.p.50). Isso fica evidente nessa afirmação;

... movido pelo impulso do lucro, o capital exige modificações nas suas condições de acumulação. Tais modificações implicam sacrificar um dos termos da relação, que é, sem dúvida, o trabalho, ou melhor, os custos dele. Assim, emergem as formas de trabalho precário, pelas quais são pagos baixos salários sem nenhuma garantia de proteção social. Naturalmente, esse impulso capitalista de precarização do trabalho atinge diretamente as atividades secundárias que, sem nenhum prejuízo para o produto final, podem ser executadas por pequenas empresas subcontratadas, por cooperativas, e por trabalho domiciliar. As atividades centrais, mais qualificadas, e também mais produtivas, ainda permanecem, em muitos países, amparadas pelas e cercadas de benefícios indiretos que a empresa oferece. (Tavares, 2004, p.94 *apud* Wellen, 2012, p.50)

Ao analisarmos o contexto histórico e suas características podemos dimensionar como e em que contexto esses novos projetos surgiram. Essa base material histórica nos faz vislumbrar o surgimento de várias experiências sociais dentre elas a economia solidária o qual estamos nos dedicando a estudar. Esse estudo é necessário para que possamos ter uma síntese da realidade do contexto histórico, das ideias, pontuando os elementos principais que foram determinantes para o surgimento das novas experiências sociais, dentre elas, a economia solidária se apresenta como alternativa, frente a:

[...] destruição das conquistas históricas dos trabalhadores; privatizações das empresas estatais; precarização e focalização das políticas sociais; transferência dos serviços públicos para empresas privadas com um suposto caráter público; disseminação da ideologia neoliberal fomentando a imagem de eternidade do capitalismo e do fim da história; ofensiva contra as organizações econômicas e políticas dos trabalhadores; implementação de uma reestruturação produtiva nas grandes empresas acarretando em várias demissões e

²⁷ Título do livro de um dos principais “gurus” da gerência capitalista: Drucker(1999)

no recrudescimento da precariedade do trabalho e da exploração do trabalhador. (Wellen, 2012, p.50 e 52)

Por fim, nessa busca das raízes de origem histórica da economia solidária nos permite pensar que a união entre os trabalhadores, para ocuparem os empreendimentos privados de forma coletiva, ou da ética e solidariedade na produção dentro do capitalismo, “possui um horizonte de dupla face”. Assim sendo, Wellen (2012, p.128) aponta que “é possível que a união entre os trabalhadores derive num elo de luta contra o capital, mas também é muito provável, a partir da criação de uma organização de ‘economia solidária’, que estejam construindo laços materiais e ideológicos de uma consciência de uma prática pequeno-burguesas”.

O tópico a seguir vai abordar a economia solidária, mercado e os movimentos que acontecem dentro do projeto e sua relação com a crise do capitalismo, analisando as saídas propostas pelo Estado que surgem para essa reestruturação industrial com intuito de amenizar os problemas sociais.

2.1.1. Economia solidária e mercado capitalista

Buscamos abordar no tópico anterior o universo conceitual, a origem, as características e as especificidades da economia solidária ao longo da história, assim como a dificuldade de consenso entre os autores sobre o próprio movimento que ela representa. Deste modo apresentar o cenário institucional a partir dos anos 80, assim como as “interfaces e divergências existentes entre a informalidade, a economia solidária e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária” (Stavie, 2009), é essencial para entender o processo de fortalecimento institucional da economia solidária que vem para legitimar esse novo projeto.

Preliminarmente, vamos apontar os elementos conjunturais que antecederam o aparecimento da economia solidária no Brasil. Entre os anos 1964 a 1985, com o golpe militar o Brasil sofreu grandes transformações na política em relação ao desenvolvimento da agropecuária, com processo de mecanização, privilegiando os grandes latifúndios em “detrimento da agricultura camponesa”. (Grade e Acquati 2010, p.57 *apud* Ferreira, 2003). É certo que a política econômica interna nos governos militares

teve forte articulação com uma “política de incentivo ao agronegócio”, que ao do fortalecimento da agricultura camponesa.

Nesse contexto, ao final do período da ditadura empresarial-militar brasileira, no início da década de 1980, em um cenário de desindustrialização e uma grande massa desempregada, se construiu umas das mais importantes organizações sociais de luta política dos trabalhadores, foi o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Grade e Acquati (2010) é “o movimento mais representativo que nasceu nesse processo, e para além da cooperação nos assentamentos e a luta pela terra em si, nasceu como forma de organização produtiva com a criação do Sistema Cooperativo dos Assentamentos (SCA) de 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três principais: Cooperativa de Produção Agropecuária, Cooperativa de Prestação de Serviços e as Cooperativas.”

Descrevendo de forma melhor este cenário de atuação do MST, na organização das cooperativas, segue a seguinte afirmação da análise de Grade e Acquati (2010, p.57 e 58):

A luta pela terra é por si só uma experiência de cooperação. No sentido de que os sem-terra tiveram de se juntar e se organizar para lutar pelo seu pedaço de terra. Mas a cooperação agrícola propriamente dita começa quando são conquistadas as primeiras áreas, acompanhadas do desafio de viabilizar a produção. O desenvolvimento de formas de cooperação foi um processo gradual, [...] de longos debates, surgidos em seminários organizados para discutir a organização econômica dos assentamentos, culminou, em 1989 e 1990 com a criação do Sistema Cooperativo dos Assentamentos.

Conforme a análise crítica realizada por Wellen (2012, p. 200), os autores defensores da economia solidária formam a seguinte ideia: “o MST é apresentado como parte integrante de uma nova onda de cooperativismo que integra a ‘economia solidária’”. Entretanto, a criação de associações em apoio a economia solidária não apontavam necessariamente para um horizonte de transformação social, conforme aponta Wellen; contam com o “apoio das três classes sociais não proprietárias, sem o que o sucesso do empreendimento estaria comprometido, enaltece esse projeto porque ‘um dado eloquente é o apoio dados pelos não proprietários de uma maneira geral a um movimento tido como radical como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)’”.

O que marca o discurso da relação entre a economia solidária e o MST é a transformação social através das organizações cooperativas e seu “potencial revolucionário” como consequência da união entre os trabalhadores, conforme apontado Wellen (2012) citando um defensor da economia solidaria (Haddad, 2004, p.226):

Da mesma forma que a ‘economia solidaria’, o grande diferencial revolucionário do MST estaria, segundo o autor, proclamado não na luta por melhores salários, menor jornada de trabalho, ou na defesa de direitos sociais, mas na busca por crédito, apoio técnico e independência para a organização de cooperativas. (Wellen, 2012, p.200)

Nessa perspectiva podemos analisar o equívoco no discurso de Haddad(2004), que defende que para alcançar o status de revolucionário da economia solidária o mais importante é dar foco na busca de “créditos e na formação técnica, para que pudessem ter melhores condições de desenvolvimento autônomo de suas cooperativas”. Portanto, “para superar seu ‘escopo limitadíssimo’ e passar a ter um ‘caráter universal’, o MST precisaria centrar sua atuação nessas demandas econômicas, seja em pequena ou grande escala” (Wellen, 2012, p.200 e 201): “Da mesma forma que a ‘economia solidária’, a transformação social almejada pelo MST seria a construção de empreendimentos econômicos independentes, visto que, para o autor, ser revolucionário é alcançar autonomia para organizar cooperativas” (Wellen,2012, p.2001).

O processo de criação de instituições que pudessem contribuir para a gestão dos empreendimentos de economia solidária se iniciou nos anos 1980 em consequência da crise social e econômica, com o processo de desindustrialização no Brasil que ficou conhecida como a “década perdida”. A forma de organização coletiva se torna o direcionamento que essas instituições incorporam, as chamadas cooperativas de consumo e produção, posteriormente as cooperativas agrícolas e as de créditos. As cooperativas no Brasil que tiveram destaques inicialmente são: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag) e a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) que surgiram a partir do fechamento das indústrias a partir de 1991, se tornando uma saída para os “trabalhadores de se defender da hecatombe industrial, preservando os seus postos de trabalho e se transformando em seus próprios patrões” (Singer, 2002, p.123).

O entendimento dos que defendem a economia solidária é que as cooperativas são consideradas a forma de gestão coletiva e autogestionária adequada aos princípios da economia solidária. Nesse sentido, Singer (2002,p.39) trabalha a ideia que se

inspire no modelo europeu que se tornou mais intensa intensa “a partir de meados do século XIX” e tendo como exemplo principal : “ a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas” que surgiu ao “ norte da Inglaterra, em 1844.Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito. “

Singer apresenta outros movimentos anteriores a esse em 1829, como a National Equitable Exchange(Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo)²⁸, a cooperativa tinha como objetivo além de reivindicações dos direitos dos trabalhadores também integravam “ produção e consumo”, esse projeto que Owen defendia e posteriormente chamou de “comercio sem intermediários” que eram espaços criados para que os produtores pudessem trocar seus produtos com uma moeda própria , “ consumir seus próprios produtos ou trocá-los por escambo²⁹ pelos de outras sociedades com os mesmos propósitos”(Singer,2002,p.30 e 31)

Para problematizar o sistema de trocas fomentado pelas cooperativas de consumo e produção, Wellen (2012, p.298) faz a seguinte análise crítica dando enfoque entre a forma como a economia solidária se relaciona com o mercado capitalista, que evidencia a fragilidade do projeto:

[...] a perspectiva apresentada na ‘economia solidária’ fantasia relações sociais existentes antes da ascensão do modo de produção capitalista e do valor de troca como regulador das permutas do mercado. Mesmo com níveis quantitativos distintos, o que permanece na tese da ‘economia solidária’ é a tentativa de superação da mediação social da mercadoria enquanto valor de troca pela mercadoria enquanto valor de uso (inverte a relação D-M-D para M-D-M)³⁰. A nosso ver, as variações entre as posturas particulares dos autores são apenas forma e não de conteúdo, mantendo-se o movimento teórico que denominamos de visualização do valor de troca como solidariedade. Na essência dessa assertiva encontra-se um retrocesso ideológico às formas pré-capitalistas: o valor de uso servindo como base para as relações de troca no mercado. Essa ideia não apenas é fantasiosa no sentido de combater o capital pela via de subjetivação da sua base – o valor de troca- como propõe uma saída mistificadora, pelo entendimento das relações de troca por meio do valor de uso, ou da utilidade social. Nesse pensamento não está incluso o fato de que, na sociedade capitalista, o valor de troca passa por uma elevação

²⁸ Singer.2002.p.31

²⁹ Escambo é troca direta, de produto por produto, sem uso de dinheiro.

³⁰ “O discurso da ‘economia solidaria’ apresenta-se como uma expressão mistificadora, visto que se estabelece a partir da negação do capital enquanto força capitalista. Entendemos que a base dessa mistificação advém da posição histórica regressiva de enxergar a forma atual de relações mercantis como algo anterior ao capitalismo desenvolvido, isto é, como sendo estruturado pela circulação simples de mercadorias. Mesmo sem proporcionar uma transformação social que elimine as determinações do capital, a ‘economia solidaria’ concerniria um retorno fictício à circulação M-D-M” (Wellen,2012. p. 295).

qualitativa que faz abstrair nas relações econômicas as especificidades da utilidade específica da mercadoria, uma vez que a mercadoria torna-se a mediação universal das relações sociais, subordinando os parâmetros de subjetividade. (Wellen, 2012, p.298 a 299)

Na análise crítica do autor, nas determinações da ‘economia solidária’ e sua relação com a “realidade do sistema capitalista” podem ser identificados dois movimentos, os quais estruturam esse projeto social: “a transmutação do valor de troca em solidariedade e a transformação de qualidades solidárias em mercadorias” (2012, p. 290). Essa mudança de circunstância permite-se o seguinte argumento, que o “uso do capital é uma escolha individual, e que, portanto, as vontades humanas são independentes das determinações do capital”.

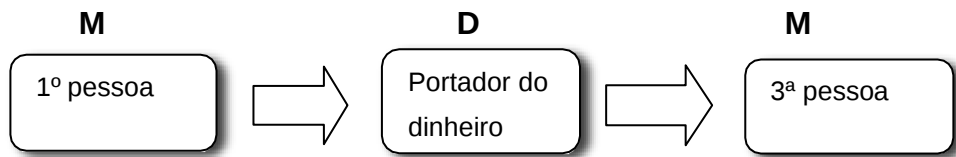
O discurso da ‘economia solidária’ apresenta-se como expressão mistificadora, visto que se estabelece a partir da negação do capital enquanto uma força social que articula as relações sociais dentro da ordem capitalista. Entendemos que a base dessa mistificação advém da posição historicamente regressiva de enxergar a forma atual de relações mercantis como algo anterior ao capitalismo desenvolvido, isto é, como sendo estruturada pela circulação simples de mercadorias. Mesmo sem proporcionar uma transformação social que elimine as determinações do capital, a ‘economia solidária’ concerniria um retorno fictício à circulação M-D-M. (Wellen, 2012, p.295)

Para que possamos entender de forma mais fácil essa diferença entre as “determinações decorrentes da realidade capitalista” e a visão de mundo criada pela economia solidária, é preciso partir da “comparação entre a circulação simples de mercadorias e a circulação do dinheiro na sua forma de capital”:

Assim como na circulação simples de mercadorias a dupla mudança de lugar da mesma peça monetária acarreta a sua transferência definitiva de uma mão para outra, assim aqui a dupla mudança da mesma mercadoria acarreta o refluxo do dinheiro a sua primeira ponte de partida. (Marx,1985, p127 *apud* Wellen,2012, p. 299)

Podemos fazer a seguinte análise dessa tentativa de superação da mediação social da mercadoria enquanto valor de troca pela mercadoria enquanto valor de uso (inverte a relação D-M-D para M-D-M): M-D-M nessa equação a mercadoria representa o começo e o fim da equação e, desta forma, ocorre apenas uma troca recíproca:

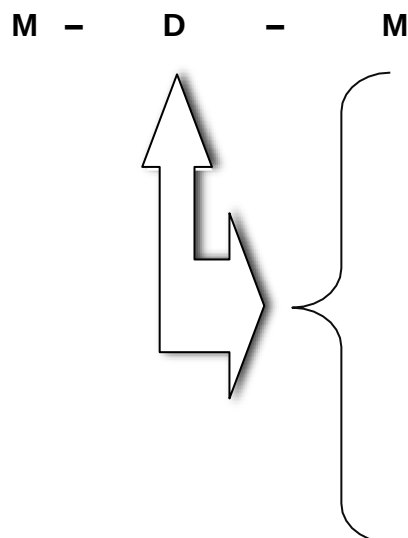
Figura 1: explicando a equação M-D-M na perspectiva da economia solidária:



Nesse caso o dinheiro é considerado, dentro desse contexto, uma necessidade social de cada um dos produtores, que passam a ser também consumidores. E sobre a circulação do dinheiro temos a seguinte explicação:

Figura

2: entendendo a função do dinheiro na equação



- Perceba que o dinheiro deixa de ser o elo intermediário para se tornar a causa e a finalidade da relação de troca: deixa de ter a simples função de ligação entre as duas partes interessadas no valor de uso das mercadorias para se tornar única meta a ser alcançada. (Wellen, p. 300)

A ideia é mostrar de outras formas como a E.S coloca a solidariedade como mercadoria no momento da troca e avalia as relações sociais do capital de uma maneira superficial através da circulação simples de mercadorias e a circulação do dinheiro na sua forma de capital, mistificando as determinações das relações sociais do capital, que tem no “valor da troca” a composição da qualidade própria do mercado capitalista. “Essa é, portanto, uma diferença que salta aos olhos entre a circulação de dinheiro como capital e sua circulação como mero dinheiro” (Wellen, 2012, p. 299).

Nesse sentido, Wellen (2012, p. 300) trabalha a ideia de que a “mistificação promovida por autores da ‘economia solidária’ tem sua gênese no processo de mani-

pulação e desvirtuamento da essência do mercado atual. Essa visão aparece desprovida de grande parte das determinações provenientes do desenvolvimento do capitalismo, apreendendo a fase atual do capitalismo pela imagem do mercado embrionário”. Todavia, a mistificação, como enfatiza Wellen, “não se leva em conta que, no capitalismo moderno, o valor de troca deixa de ser um meio das relações de troca para tornar-se uma meta suprema; fazendo surgir o capitalista como a figurado capital personalizado”.

O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. (Marx, 1985, p.129 *apud* Wellen, 2012)

Nesse ponto de vista as premissas da economia solidária fazem uma captação equivocada da realidade quando se coloca “a possibilidade de que organizações desse projeto se localizam num espaço alheio ao domínio do capital, ou seja, nos interstícios do sistema capitalista”. Para os defensores do projeto da economia solidária sugerem que, ainda que a E.S se encontre nos interstícios do mercado capitalista o cooperativismo teria realizado uma importante intervenção econômica de obstrução à ampliação do domínio do capital, na medida em que “o cooperativismo desempenhou e desempenha um papel de freio à centralização do capital ao menos num setor, ele não passa de um modo de produção intersticial nas formações capitalistas” (Wellen, 2012, p.300).

Por fim, é urgente que se levante a questão da ideia que a economia solidária poderia servir como uma espécie de freio ao capitalismo, assim como salvaguardar as pessoas através da criação e manutenção de pequenos empreendimentos econômicos é resultado de uma falsa assimilação mental da realidade atual. Para tanto, Wellen (2012, p.301) ressalta que, para a tal hipótese fosse minimamente plausível, seria necessário que existisse uma relação de igualdade entre os agentes econômicos que integram o mercado capitalista. Há que se considerar o que está por trás desse axioma, que é a legitimação do capitalismo através da veiculação da ideologia liberal:

O apelo à ‘solução’ é operacionalizado por intermédio dos postulados da doutrina cooperativista, que reflete por sua vez uma ideologia liberal competitiva no sentido clássico do termo. Isto é, tudo se passa como se vivêssemos num regime de concorrência perfeita. Ora, os postulados da ideologia liberal clássica

sica não são mais funcionais- se jamais o foram- para as condições econômicas do século XX,[...] em um país como o Brasil que tem a sua estrutura produtiva, tanto agrícola como industrial, fortemente condicionada por centros capitalistas hegemônicos. (Rios,1979, p.129 *apud* Wellen, 2012, p. 301)

Nesse sentido, avaliando o debate sobre esse incentivo ao cooperativismo como solução à crise econômica, é possível concluir que esse debate tem como pano de fundo e reflete “justamente o papel do cooperativismo em geral utilizado pelas classes dominantes como paliativo econômico e ‘esperança honrosa’ dos que não podem ‘competir individualmente’. Ademais, nessa perspectiva, esse cooperativismo, também chamado de ‘cooperativismo marginal’, é pensado não como política econômica global do país, mas um cooperativismo para remendar as lacunas sociais e econômicas muito gritantes do sistema” (Wellen,2012, p.301).

Seguindo na análise das contradições da economia solidária encobrendo e falseando as determinações do mercado capitalista, surge também a tese do “ dinheiro como causa da contradição social”:

Dentre as referências teóricas que integram esse projeto, consta a ideia de que a fonte da desigualdade social seria proveniente da ausência do dinheiro. É nesse sentido que, fazendo publicidade para o cooperativismo de crédito, apregoa-se como modelo de superação dos problemas sociais o Grameen Bank, cujo idealizador- Muhammad Yunus³¹- relata a sua descoberta de que ‘a fome não resultava da falta de comida, mas da incapacidade de uma parte grande da população de comprá-la por falta de dinheiro’. (Wellen, 2012, p.343)

Nesse caso, Wellen (2002, p. 345) confronta esses equívocos criados a partir do movimento da economia solidária mostrando a seguinte contradição nesse pensamento em relação as cooperativas de créditos: “o fato de que o dinheiro deriva da relação de troca e, existindo uma contradição social geradora dos problemas sociais, a sua causa estará na forma como se gera esse valor de troca e não na autonomia da moeda. No lugar de ser a causa, o dinheiro é uma consequência. Isto é, o dinheiro é apenas uma encarnação do valor de troca: é o equivalente geral das mercadorias e, por isso, não pode ser a causa, mas apenas uma derivação necessária”.

Essa forma de compreender o modo de produção capitalista é equivocada e confusa tentando colocá-lo como positivo, “elegendo o dinheiro como elemento de desequilíbrio social”.

³¹ Yunus foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006 (Wellen, 2012).

Com esses argumentos, não apenas se inverte a relação de causalidades entre a esfera da produção e a esfera da circulação, como se insere uma suposta ruptura entre elas. Para ilustrar a precariedade da proposta de Yunus, basta usar como contraponto a afirmação de um inquestionável representante da economia capitalista, Abram Szajman, o presidente da Fecomercio/SP (Federação do Comércio de Estado de São Paulo): “Há descompasso entre o aumento de crédito e a melhoria do endividamento e da inadimplência a médio prazo” (Wellen, 2012, p.345)

Nessa perspectiva da crítica do autor podemos avaliar duas premissas implícitas: “que o equilíbrio social é resultante do espaço da circulação de mercadorias, e que o uso particular do dinheiro é que irá determinar a condição social do seu possuidor”. E desta forma estabelecendo o dinheiro como a causa do desequilíbrio social, e maquiando a característica que é particular e inerente da economia capitalista e propondo uma solução individualizante para esse problema do desequilíbrio social. Além de pregar uma suposta possibilidade de harmonia social, traz como base dessa tese a premissa de que a determinação da “organização de produção de riqueza social estaria restrita ao uso individual e autônomo do trabalho”. Ou seja, para que a harmonia social se instaurasse era necessário a autonomia do trabalho de forma individual. Com base nessa perspectiva da autonomia do trabalho dentro do mercado capitalista, a partir da “subjetividade surge como diferencial competitivo a serviço das organizações de ‘economia solidária’, agora seria esta qualidade que proporcionaria a superação das contradições sociais resultante do modo de produção capitalista”.

O debate sobre a questão social fica em segundo plano quando se prioriza a derivação como causa. Quando “ao inverter a relação entre a circulação e produção, ou entre o dinheiro e a forma como se organiza a produção de mercadorias, ataca-se apenas algumas consequências, permanecendo intactas as causas”.

Isto posto, entendemos que o debate teórico tem muitas variantes, entretanto adotamos a análise crítica da lógica da economia solidária e sua relação com o mercado capitalista, que nos pareceu essencial para analisarmos todos os movimentos que acontecem no interior do projeto. Se faz necessário se ater panorama da formação das instituições e seu papel para legitimar o projeto e as cooperativas, que apresentam como princípio e modelo econômico alternativo ao desenvolvimento capitalista atual, o qual é uma das discussões que transpassam todo o trabalho e que nos permitem avançar e ampliar na análise mais realista dos empreendimentos de economia solidária e suas contradições. Nesse contexto, para que a transformação social prometida pela economia solidária seja consistente é preciso uma crítica contundente

sobre essa sociedade de mercado capitalista, “toda valoração solidária torna-se nula perante o imperativo do lucro. Não se pode humanizar aquilo que não tem coração.”(Wellen,2012,p.416)

2.2. BUEN VIVIR: PRINCIPAIS ABORDAGENS CONCEITUAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Essa análise do Buen Vivir/Vivir Bien tem como objetivo apresentar suas características, conceitos e abordagens, entre elas o marco “político e jurídico”³², demonstrando como esse movimento se tornou uma tentativa de romper paradigmas políticos e culturais, para que desse modo possamos refletir sobre alternativas de desenvolvimento num horizonte pós capitalista.

A história dos povos latino americanos foi forjada por grandes lutas que foram empreendidas e por vezes interrompidas, com intuito de encontrar novos caminhos políticos e sociais para superarmos os problemas estruturais de nossa dependência econômica, derivados do sistema capitalista e sua exploração. Em fins do século XX, com a crise de “desenvolvimento”³³ político, social e econômico que se inicia pós Segunda Guerra Mundial, emerge espaços de debate a crítica do desenvolvimento capitalista e deste horizonte em si. A América Latina do século XXI se mostrou como uma região de grandes forças críticas contra a ordem mundial imposta, fruto de seu processo permanente de resistência que na atualidade se desenvolveu “con un interesante proceso de reinterpretación de los orígenes indígenas de esta región” (Acosta, 2015, p.301).

Historicamente temos visto um ocultamento de nossas raízes históricas e culturais para seguirmos o caminho da “modernidade”. Segundo Acosta (2015 p.55) isso remonta ao período das invasões ao território ao que hoje chamamos América:

³² Conforme Constante (2018. p.94).

³³ “Desenvolvimento foi, sobretudo no debate latino-americano [...] produzindo uma extensa família de categorias como (desenvolvido, subdesenvolvido, modernização, marginalidade, participação e de outro lado revolução, imperialismo, dependência, marginalização) que se foi exibindo em estreita relação com os conflitos e violentos movimentos da sociedade, que levaram seja processos inconsequentes ou a mudanças relativamente importantes, mas inacabadas, na distribuição de poder. Muitos foram os intelectuais que tomaram frente a esse debate produzindo extensa literatura: Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Fernando Henrique Cardoso-Enzo Faletto, Andrew Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio Dos Santos, José Nun, entre outros” (QUIJANO, 2013, p.47).

A partir de 1492, quando a Espanha invadiu com uma estratégia de dominação para a exploração a região que após a chegada dos conquistadores passou a se chamar América, impôs-se um imaginário para legitimar a superioridade do europeu, o “civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”. Neste ponto emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam a organização do mundo, já que são um ponto fundamental na agenda da Modernidade. (Acosta, 2015 p.55)

O processo de dominação como apontado acima e conhecido historicamente foi de extrema violência e imposição, se colocaram com essa perspectiva de superioridade frente aos povos dominados e implantando um projeto de desenvolvimento baseado nos “valores impostos pelo progresso civilizatório europeu, extremamente expansionista, influente e destrutivo” (Acosta, 2015, p.55).

Mesmo conhecendo historicamente que esse projeto de progresso capitalista imposto aos países da América Latina se esgota e fracassa, pois é próprio do sistema esse esgotamento e fracasso do modelo, ele se mantém assim como as constantes mudanças de correlação de forças políticas. No século XX vimos e já mencionado anteriormente esse esgotamento do modelo neoliberal no fim dos anos 1990 em muitos países na América Latina, provocou um reflexo e consequente explosão dos conflitos sociais e aumento de problemas ambientais, aumento das desigualdades e da insatisfação popular. Tendo como consequência uma mudança da correlação das forças políticas nos países da América Latina, de modo que já no início do século XXI surgiram governos com características progressistas³⁴. Em cada país latino-americano esse movimento se deu de diferentes formas e intensidade, mas em comum tinham o discurso de combate ao neoliberalismo, entretanto carregavam resquícios de seus valores. Houve aproximação com os setores populares de formas assistencialistas, o Estado se torna o protagonista, mas reproduzindo a mesma lógica dependente, a luta pela diminuição da pobreza em muitos casos se deu através do consumismo sem uma real política redistributiva.

[...] emergen y se suceden una serie de gobiernos de izquierdas, llamados gobiernos progresistas, los cuales reivindican una plataforma de cambios radicales encaminados no solo a superar los problemas dejados por varias décadas de aplicación del neoliberalismo, sino también a recrear nuevas condiciones de reproducción económica, social, cultural y ambiental. Estas son las

³⁴ “Es necesario diferenciar entre la izquierda y el progresismo. Este último, sin ser conservador, no puede ser considerado como de izquierda, como acertadamente plantea Eduardo Gudynas” (Acosta, 2015, 308).

experiencias recientes de países tales como Venezuela, Bolivia, Ecuador, Nicaragua, Paraguay y Uruguay. (Álvarez, 2013, p.01)

É importante salientar que atualmente a maioria desses governos já não estão no poder, salvo Venezuela com Nicolás Maduro e Nicarágua de Daniel Ortega³⁵. Na segunda década do século XXI novamente o cenário político se altera para um ambiente de uma política polarizada estrategicamente formulada por um movimento ultradireitista de seus respectivos países. Não temos a intenção de analisarmos o sucesso ou não desses governos progressistas que emergiram no início do século XXI, entretanto queremos mostrar algumas contradições dentro desses governos e a conjuntura pós-progressista que se apresenta de maneira polarizada, o que nos ajuda a entender os grandes retrocessos que estamos vivendo com intuito de reafirmar a necessidade de dar continuidade ao debate político iniciado: “el discurso que ha ido tomando cuerpo en los países bajo procesos de reformas ha sido aquel que critica abiertamente al proceso histórico de modernización capitalista, cuya promesa de progreso y bienestar no se ha cumplido por décadas” (Álvarez, 2013, p.01).

A existência de um movimento que faz a crítica ao processo de modernização capitalista e ao esgotamento das políticas neoliberais, vai de encontro ao nosso passado latino-americano e reinterpreta as origens das populações indígenas configurando uma alternativa de vida social representado no Buen Vivir/Vivir Bien (palavras que serão utilizados no estudo com o mesmo significado). Esse movimento traz para o debate um modo de vida que muitas populações indígenas denominam como Buen Vivir, que nesse contexto em alguns países que adotaram em suas constituições “representa uma das mais recentes mudanças de estrutura econômica, social e política ocorridas no marco do Novo Constitucionalismo Latino Americano” que foi inserida na Constituição “em alguns países da América Latina (Bolívia e Equador)” (Constante, 2018, p. 86).

Nesse estudo as mudanças nas estruturas econômica, social e política propostas pelo Buen Vivir seguiram a mesma linha de análises representada nessa assertiva, “como alternativa à noção de desenvolvimento/capitalista e como possibilidade de superação do capitalismo diferentemente da faceta de desenvolvimento”. Para construir

³⁵

ENTENDA A CRISE NA NICARÁGUA (2018).
[HTTPS://WWW.BRASILDEFATO.COM.BR/2018/09/21/ENTENDA-A-CRISE-NA-NICARAGUA/](https://www.brasildefato.com.br/2018/09/21/entenda-a-crise-na-nicaragua/)

essa análise de alternativas usaremos a lógica da colonialidade do poder por se tratar de questões de dominação, exploração e dependência da América Latina, apesar de em certa medida ser conflitante com o pensamento descolonial. Na perspectiva do pensamento decolonial Quijano (2012) chama atenção para um ponto crucial para análise do debate sobre a proposta do Buen Vivir dentro dos marcos do Novo Constitucionalismo:

Lo que aquí propongo es abrir una cuestión crucial de nuestro crucial período histórico: Bien Vivir, para ser una realización histórica efectiva, no puede ser sino un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos, respectivamente, a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad/Modernidad/Eurocentrada¹, hoy aún mundialmente hegemónicos, pero en su momento de más profunda y raigal crisis desde su constitución hace poco más de quinientos años. En otros términos, hoy, Bien Vivir solo puede tener sentido como una existencia social alternativa, como una Des/Colonialidad del Poder. (Quijano, 2012, p.46)

O Buen Vivir representa a crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista e uma alternativa a este horizonte civilizatório. Para seguirmos, é importante a definição conceitual dessa “alternativa ao desenvolvimento” e sua diferença ao “desenvolvimento alternativo”: alternativa ao desenvolvimento capitalista, Álvarez (2012,p.36) conceitua que “tienen que ver con una oposición al desarrollo capitalista y a su inevitable resultado, el maldesarrollo, incluso ya no solo para los países periféricos sino también para los países desarrollados en la medida que se ven afectados por este maldesarrollo”, diferentemente da abordagem “desenvolvimento alternativo” que se situa “en rectificaciones y modificaciones del desarrollo bajo su concepción hegemónica de crecimiento económico, progreso y utilización mercantilizada de la naturaleza”. Dado o devido destaque cabe ressaltar que o Buen Vivir representa um movimento que busca romper as correntes do ciclo colonial global de exploração.

Conforme, Quijano (2012) existe um esgotamento da visão global que separa ‘razón’ e ‘naturaleza’ essa perspectiva que sustenta essa dicotomia desenvolvidos e mal desenvolvidos, e que justificaria a lógica de exploração dos seres ditos superiores aos inferiores que explicita outro elemento, a questão de raça:

[...] la “explotación de la naturaleza” como algo que no requiere justificación alguna y que se expresa cabalmente en la ética productivista engendradora

junto con la “revolución industrial”. No es en absoluto difícil percibir la inherente presencia de la idea de “raza” como parte de la “naturaleza”, como explicación y justificación de la explotación de las “razas inferiores”. (Quijano, 2012, p.51)

É nessa base que se constrói a ideia mística das “relações humanas em relação ao universo” disseminado pelos grupos dominantes, e que teve um avanço principalmente a partir da “revolución industrial”. Essa lógica de imposição hegemônica segundo Quijano (2012, p.52) representa a , “hegemonía *explotativa* sobre las demás especies animales y una conducta predatoria sobre los demás elementos existentes en este planeta”. Dessa forma predatória o “capitalismo colonial/global” coloca em risco não somente a sobrevivência das espécies do planeta, mas a continuidade e reprodução da vida na terra. O modo excludente do capitalismo é entendido por Acosta (2008) como “um sistema de valores, um modelo de existência, uma civilização: a civilização da desigualdade”.

O Buen Vivir compreende um movimento da sociedade, sobretudo da população vista como indígena na América Latina. É uma alternativa de mudanças de caráter estrutural econômico político e na relação com a Natureza, sendo base para uma nova teoria econômica “original desde América Latina” a partir de questionamentos a abordagens de poder e saberes dominantes no aspecto epistemológico (a categoria epistemológica deve empreender esforços nos espaços acadêmicos e dos intelectuais na inserção dos saberes populares como forma de criar saberes científicos)³⁶.

Para adentrar ao tema do Buen Vivir, iremos partir da análise conceitual da cosmovisão dos povos e nacionalidades indígenas e a importância da participação dessas populações para que ao final culminasse na cristalização da Constituição do Equador³⁷ e da Bolívia³⁸. Trataremos dos conceitos e analisando os debates que defendem a possibilidade de alternativa viável de transformação socioeconômica, nesse sentido pesquisaremos esse novo horizonte histórico que caminha na busca de “sub-

³⁶ Ver mais em “Hacia un planteo epistémico-político latinoamericano de las Ciencias Sociales”: Friggeri, 2015.

³⁷ Constitución de la República del Ecuador: “El régimen de desarrollo es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del sumak kawsay” (art. 275).

³⁸ Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia: “El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: amaqhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble)” (art. 8.I).

verter e desintegrar a ‘Colonialidade’ Global de Poder e seu Capitalismo Colonial/Global hoje em seu mais predatório período” construindo uma luta que avança “para a produção de um sentido histórico alternativo ao da “Colonialidad”/Modernidade/Eurocentrada” .(Quijano, 2013, p.54)

2.2.1. Do que se trata o Buen Vivir

O Buen Vivir inicialmente é um movimento da América Latina a partir da cosmovisão dos povos originários e tem potencial alternativo e crítico ao paradigma ocidental moderno. Na definição de Alvarez (2013, p.37) o buen vivir, “constituye tanto un paradigma con una crítica integral al capitalismo como también una propuesta concreta para superar los planteamientos hegemónicos de crecimiento económico, progreso y utilización indiscriminada de la naturaleza” e também se nutre dos saberes que são próprios dos povos ancestrais originários, “a partir de un acerbo de conocimientos y prácticas sociales que fueron ocultadas y minimizadas por los procesos de colonización”.

Para seguirmos no estudo é importante que se detalhe o que representa o termo Buen Vivir, visto que se nutre dessa cosmovisão dos povos indígenas. Sob a perspectiva de Mamani (2010), em espanhol se utiliza Vivir Bien ou Buen Vivir para descrever *Suma Qamaña* (aymara) vivir bien utilizado na Bolívia e o *Sumak Kawsay* (quechua) buen vivir no Equador. Mamani (2010) em seu texto “Buen Vivir / Vivir Bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas” traz o destaque que as concepções em comum dessa visão pelos povos originários são: “primero está la vida en relaciones de armonía y equilibrio, por lo que ‘*qamaña*’ se aplica a quien ‘sabe vivir’”. Contudo “‘*suma qamaña*’ que se traduz ‘*vivir bien*’ não abarca toda essa complexidade do conceito na maneira que se foi traduzida. Deste modo, é correto que se busque os termos originais nas duas línguas em aymaras e quéchuas:

[...] aymara, “*del jaya mara aru*³⁹” o “*jaqi aru*⁴⁰”, “*suma qamaña*” se traduce de la siguiente forma: Suma: plenitud, sublime, excelente, magnífico, hermoso; Qamaña: vivir, convivir, estar siendo, ser estando. Entonces, la traducción que más se aproxima de “*suma qamaña*” es “vida en plenitud”. Actualmente se traduce como “vivir bien”.

[...] la traducción que más se aproxima de “*suma qamaña*” es “vida en plenitud”. Actualmente se traduce como “vivir bien”. Sumak: plenitud, sublime, excelente, magnífico, hermoso(a), superior. Kawsay: vida, ser estando, estar siendo. [...] la traducción es la misma que en aymara: “vida en plenitud”. (Mamani, 2010, p.)

Mamani (2010, p.06) destaca que a resposta diante desses tempos que a modernidade está mergulhada neste paradigma individualista, é o resgate de nossas heranças ancestrais que deve ser praticado e ouvido: “esta cosmovisión emergente que pretende reconstituir la armonía y el equilibrio de la vida con la que convivieron nuestros ancestros, y que ahora es la respuesta estructural de los pueblos indígenas originarios: el horizonte del vivir bien o buen vivir”. A herança ancestral que o autor está se referindo é que reconstrói a visão de comunidade como estrutura e unidade de vida, que considera toda a forma de vida e não somente a forma que a modernidade nos fez entender a sociedade (formada prioritariamente por humanos).

Essa referência de sistema comunitária é entendido também por Macas (2010, p. 16), como “[...] sistema de vida y, que es el sistema comunitario”.

Desde la visión de las Nacionalidades, lo comunitario está constituido por la comunidad humana y su entorno, o todos los elementos de la comunidad natural. Es decir, la comunidad humana y todas las formas de existencia, aquellos elementos vitales como parte esencial de la Naturaleza. Las Nacionalidades Originarias de estas regiones geográficas y políticas, nos consideramos una partícula que se gesta bajo el abrigo de la Pachamama. Es ésta, la concepción y práctica sobre la (Madre) Naturaleza. (Macas, 2010, p. 16)

Contribuindo na reflexão do significado e sua essência comunitária do Buen Vivir o autor Friggeri (2013, p.131) analisa como totalmente essencial a “relación con la naturaleza entendida como Pachamama”. Ainda que exista a concepção de uma “ruptura” entre as sociedades indígenas com a Pachamama, é perfeitamente assimilado que para essas populações “se vive como parte de ella”, ya que “su organización

³⁹ Jaya Mara Aru, de la lengua aymara, que significa “voz o palabra del inicio de los tiempos” (Mamani, 2010).

⁴⁰ Jaqi Aru, de la lengua aymara, que significa: “voz o palabra de la gente” (Mamani, 2010).

comunitaria, es el resultado de un proceso de experiencias y vivencias sociales milenarias desde la armonía con la Madre Naturaleza, históricamente determinados” (Friggeri, 2013, p.131 *apud* Macas, 2010: 16-17). Deste modo, o debate é histórico quando se torna constitucional e se reconhece os “Derechos de la Pachamama”:

Que este artículo aparezca en la Constitución ecuatoriana es un evento político-epistémico que trastoca la historia moderna y a los políticos que la habitan —incluyendo las izquierdas—, porque desafía al liberalismo, al Estado y al capital. Ambas ideas —los derechos de la Pachamama y el buen vivir— se basan en nociones de vida en las que todos los seres (humanos o no humanos) existen siempre en relación entre sujetos —no entre sujeto y objeto, y de ninguna manera individualmente—. La relacionalidad que subyace a estas propuestas también explicaría el “mandar obedeciendo” zapatista, que busca evitar la separación entre la sociedad/comunidad y un ente que la representa. Constituye una fuerza vital para transformar las instituciones y hacer visible aquello que había sido producido como no creíble. (Escobar, 2009).

Friggeri (2013, p.132) pontua que a relação da característica comunitária e a Pachamama possuem uma dimensão que denominou de pan-étnica, por exatamente possuir essa perspectiva de herança ancestral. Assim sendo, Friggeri cita Macas (2010, p.16) como base dessa construção relacional: “es un modo de vida de las civilizaciones de Abya Yala, donde se practica y aún pervive este sistema y concepción de vida”.

O debate sobre o Buen Vivir conforme Guynas (2010) emerge inicialmente sobre a perspectiva do “biocentrismo” que rompe com a ideia antropocêntrica convencional utilitarista da Natureza. Esse “paradigma bioncentrico” tem como centralidade a ideia de que existem valores muito além dos padrões economicista, e alerta que o homem não é um ser isolado dentro da bolha social, prevalece a cultura da vida e de inter-relação com outros seres vivos de forma integral “entendida fundamentalmente desde la relacionalidad”.

Una relacionalidad integral que está condicionada a la vida de la Pachamama, “dentro de ella se generan las condiciones de armonía y el equilibrio para lograr la plenitud en toda la comunidad ampliada”. Así, vida y comunidad están intrínsecamente unidos: “La vitalidad de todas las existencias constituye la vida y en esta relación vital se constituye la concepción y la práctica del sistema comunitario” (idem, p.132 *apud* Macas, 2010: 21).

Dentro desse novo paradigma biocentrico, a partir do Buen Vivir entende-se que a transformação civilizatória somente será possível com a ruptura do padrão de valorização economicista ocidental tradicional (GUDINAS, 2010, p. 50). Suplantar a

ideia que a Natureza é um “capital natural” a ser domado e explorado de forma mercantil, dando continuidade para a crença, “[...] ingenuamente, que el extractivismo se convertirá en la senda para el desarrollo” (ACOSTA, 2010,p.18).

La tarea es simple y a la vez en extremo compleja. En lugar de mantener el divorcio entre la Naturaleza y el ser humano, la tarea pasa por propiciar su reencuentro[...]. Para lograr esta transformación civilizatoria, la desmercantilización de la Naturaleza se perfila como indispensable. Los objetivos económicos deben estar subordinados a las leyes de funcionamiento de los sistemas naturales, sin perder de vista el respeto a la dignidad humana y la mejora de la calidad de vida de las personas. El crecimiento económico es apenas un medio, no un fin. (ACOSTA, 2010,p.18)

A mudança civilizatória será um marco histórico que consiste num grande desafio para a humanidade, porém muito necessária no cenário de risco a própria existência da vida humana. O marco constitucional é um feito importante para o início dessas transformações: “[...] se dio un paso pionero a nivel mundial, la Naturaleza se convirtió en sujeto de derechos” (ACOSTA, 2010,18).

Essa atribuição constitucional de colocar a Natureza como protagonista, sujeito de direitos, era impensado ao longo da construção da história do marco legal. Assim como em outros momentos históricos questões que foram alvos de repúdio por serem consideradas inconcebíveis: a emancipação dos escravos ou a extensão dos direitos dos afroamericanos, das mulheres e das crianças (ACOSTA, 2010, p.18). Entretanto, a inclusão da Natureza na condição de sujeito de direitos nos marcos legais, como a Constituição de MonteCristi (Equador) e a nova Constituição Política do Estado⁴¹ (Bolívia), requer esforços políticos contínuos ao reconhecimento e legitimação dessa noção da Natureza como sujeito de direitos. As mudanças institucionais na Bolívia e no Equador foram mais emblemáticas nas questões de avanços institucionais para novas formas de relação entre homem e a natureza.

O processo de construção da nova Constituição da Bolívia e Equador se posicionou a favor da ampla participação dos cidadãos, dando visibilidades aos que não tinham voz no processo, principalmente as mulheres que historicamente não possuem espaços nos debates políticos, sociais e econômicos. Equador e Bolívia citaram a importância de debater a questão da mulher, sob olhar das próprias mulheres promovido

⁴¹ [...] a aprovação da nova Constituição Política do Estado em 2009 e com a redação, em 2006, de um Plano Nacional de Desenvolvimento que negava a lógica desenvolvimentista e propunha em substituição o Vivir Bien, já era possível identificar o início de um processo de mudanças com potencial de provocar profundas transformações no país. (Moraes, 2016, p.267)

em assembleias, reconhecendo em seu Plano de Governo “Alianza País” que não se construi um país desrespeitando os direitos das mulheres, incluso no capítulo “El país que soñamos”.

Na Bolívia o Buen Vivir foi inserido em sua nova Constituição, e foi aprovada em 25 de janeiro de 2009 por 62% dos votantes e promulgado pelo presidente Evo Morales Ayma, incluindo a *Suma Qamaña*, ou *Vivir Bien*, junto a outros postulados similares dos diversos povos originário. A grande participação da sociedade civil organizada resultou em uma nova configuração do sistema jurídico-institucional, ou seja, uma nova estrutura social e política do Estado. Todas essas mudanças exigem que se dê um passo além da resistência, e ir em direção a novas insurgências- de transgredir, interromper, incidir e in-surgir. E ter a coragem de colocar no centro dos debates as questões a superação dos padrões impostos pelo colonizador – e a partir disso, apresentar, cultivar e exercitar articulações e construções distintas e encorajadores de mudanças radicais e descolonizadora que acabe com o Estado colonial e o modelo neoliberal. A nova constituição representa a concretização das demandas de grupos historicamente excluídos no país e a construção de um novo Estado, ou melhor, a refundação do Estado em um viés não monocultural, não hegemônico e não colonial (Walsh, 2008).

No campo internacional-institucional-jurídico e político o Buen Vivir foi calcado inicialmente pelo Convênio 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais (1989) e pela Declaração das Nações Unidas sobre direitos dos povos indígenas (2007), no âmbito interno teve grande apoio das organizações da sociedade civil, se configurando como um novo sistema jurídico-institucional, conforme mencionado anteriormente. Em primeiro momento o Buen Vivir se efetivou na Constituição do Equador em 2008, através das históricas lutas das populações indígenas para fosse inserido e reconhecido uma nova possibilidade de desenvolvimento se configurando como uma alternativa frente ao desenvolvimento globalizado. Posteriormente a Bolívia também passa a debater e adotar as ideias que se concretizam na sua Constituição, onde o Buen Vivir é apresentado inicialmente como principio, valor e finalidade de Estado em seu artigo 08 da nova Constituição (Constante, 2018, p.94):

I. El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino a vida noble). II. El Estado se sustenta en los valores de unidad, igualdad, inclusión,

dignidad, libertad, solidaridad, reciprocidad, respeto, complementariedad, armonía, transparencia, equilibrio, equidad social y de género en la participación, bienestar común, responsabilidad, justicia social, y distribución y redistribución de los productos y bienes sociales para vivir bien (BOLÍVIA, 2009, p.06)

Para além do marco legal e político, retomamos as reflexões da noção do Buen Vivir a partir de seu marco teórico. Frigerri (2013) ao citar Macas destaca que as propostas no Buen Vivir são inspiradas nas criações e formulações “étnicos ancestrales e indígenas” e são “[...] destinadas a generar una alianza popular que trasciende cualquier clase de frontera cultural y, sostiene el autor, que esta alianza transcultural ‘es el resultado de las experiencias de lucha contra la colonialidad’” (Macas, 2010, p14-15 *apud* Friggeri, 2013, p. 133).

Nesse sentido, para que possamos seguir nesse novo horizonte descolonizador o questionamento de poder de Quijano (2012, p.46) citado anteriormente é necessário, porque os princípios do Buen Vivir englobam práticas ancestrais de vários povos originários, assim sendo o Buen Vivir para que seja uma concreta realização histórica deve ser “un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la colonialidad global del poder y a la colonialidad/modernidad/eurocentrada”.

Na análise de Frigerri (2013, p.133) a força da abordagem do Buen Vivir não está na sua modernidade e nem no seu aspecto científico ocidental, “sino por el contrario de su ancestralidad de sua experiencia de vida”.

A proposta do Buen Vivir/Vivir Bien não admite a depreciação, a contaminação, o consumismo e a desigualdade social, confrontando com esse modelo de relação do viver melhor e a lógica de consumismo ocidental que possui elementos individualistas e acaba por separar ser humano e natureza. Ao fim, trata questões como reconhecimento, prestígio social de forma diferente do conceito ocidental de “Bienestar”, que atrela a perspectiva limitada ao acesso a bens materiais individuais e acumulação (Choquehuanca, 2010, p. 116 *apud* Alejo, 2011).

Assim sendo, o modo como a ancestralidade e suas “Naciones Originarias” que se assentam ao longo de todo o território geográfico, cultural e político do continente de Abya Yala se relacionam com a natureza é plural e dinâmica na sua integralidade. Neste sentido, se diferencia do olhar eurocentrado de natureza, conforme apontando por Gudynas (2011, p. 267); se constroem um pensamento de lugares exuberantes e

cheio de riquezas naturais. Que em certo momento, a depender da conveniência, tem conotação positiva por ser um ambiente de riquezas naturais a serviço do desenvolvimento econômico; em outros momentos se descreve como uma Natureza perigosa e cheia de risco.

Nesse passo, ao retomarmos e simplificando a crítica ao modernismo e sua cientificidade ocidental e os princípios do Buen Vivir com toda a práxis de vida como forma de construção de conhecimento científico e um novo paradigma de civilização, Friggeri (2013,p.133) aponta para a lógica da “ancestralidade del saber”, citando Macas, “que cuestiona el modelo evolucionista y con pretensión de universalidad del saber moderno se plantea una descolonización epistémica que habilita para pensar el modelo político, social y económico mediante una “ruptura epistemológica” (Macas, 2010, p. 32 *apud* Friggeri, 2013, p.133).

Nessa reflexão dos debates sobre construção de conhecimento científico e os saberes populares Macas (2010) traz essa perspectiva crítica ao conceito de conhecimento universalizante do pensamento ocidental que organiza todos os campos sociais e econômicos e que não admite “reconocimiento de lo diverso, la aceptación y el respeto del de la diversidad y el otro, marca y expresa diferencias con el occidente y se establece una ruptura epistemológica” (Macas, 2010, p.32). E adota postura de que, “solo la presencia y la emergencia de la diversidad impugnan la universalización, el monoteísmo el eurocentrismo, la homogeneidad, como sistema de vida. Este rompimiento significa también anular y desterrar la violencia colonial y hegemónica, como esencia del sistema actual y el que sostiene la lógica del dominio y el pensamiento de occidente” (Macas, 2010, p.32 e 33).

Nesse sentido essa nova perspectiva crítica ao sistema de vida contrapõe o capitalismo que traz “...desarrollo económico, como el pilar fundamental del sistema político, de la organización social” (Macas, 2010, p. 35).

La acumulación es la razón de ser del modelo capitalista. La base fundamental que determina este modelo es la propiedad privada de los medios de producción, como hasta el momento existe, y es la privatización y mercantilización de la Madre Naturaleza, a lo que el capitalismo lo llama recursos naturales, (conceptos que provienen desde la consideración de objeto a la Naturaleza). [...] .Es aún más grave, cuando desde el pensamiento occidental, a los seres humanos se nos considera objetos, y se mercantiliza al convertirnos en recursos. Los seres humanos no somos recursos. Pues, este modelo a partir de esta consideración a los seres humanos, se sustenta en la explotación del trabajo del ser humano, en función de garantizar la acumulación, lo que explica, la libre oferta y demanda de la fuerza del trabajo humano, la explotación de la humanidad. Para que el sistema occidental sea reconocido

y perfecto globalmente, el desarrollo económico, el crecimiento económico debe ser la fuente de la prosperidad, el bienestar sociedad. Pero este crecimiento económico es un sistema que está regulado por la libre oferta y demanda, es decir, bajo el control absoluto del mercado. Un mercado que rompe las barreras identitarias, civilizatorias que violenta y pulveriza las diversas formaciones y procesos sociales, y se afianza cada vez más su expansión en la explotación del trabajo humano, se sustenta en la competencia, lo que trae como consecuencia, entre otras causas, la agudización de la pobreza en el mundo. (MACAS, 2010, p.35 e 36)

Se comprova, portanto, a urgência de uma crítica ao modo de exploração capitalista hegemônico e ao modo de organização social e a relação de exploração ser humano e natureza, sob o pretexto do tão almejado desenvolvimento dentro de um modelo extrativista. E suscita a questão de em que medida essa combinação de modelo extrativista da natureza em prol do tal desenvolvimento pode ser compatível com preservação e respeito a vida em todas as formas:

... será posible y realista intentar un ordenamiento social diferente dentro del capitalismo. Se entiende uno fundamentado en la vigencia de los Derechos Humanos y de los Derechos de la Naturaleza. La respuesta es simple: no. Sin embargo, con la sola aceptación constitucional del Buen Vivir no se superará este sistema que es en esencia la civilización de la desigualdad. (Acosta, 2010, p. 9 *apud* Friggeri, 2010,p.134)

Para construir um caminho possível fora dos marcos capitalista Friggeri (2010,p.134) cita Macas que aponta;

[...] la propuesta incluye la descolonización del Estado, del conocimiento y del pensamiento, destruyendo incluso las bases epistémicas del capitalismo. En este cambio se encuentra el potencial efectivo para la garantía de los derechos humanos fundamentales como alimentación, salud, educación y habitación a la población. Se encuentran también la posibilidad de substituir la racionalidad de la producción de ganancias por la racionalidad de la producción de la vida. Eso significa que la preservación y valorización del ser humano y de la naturaleza podrán convertirse en slogan del desarrollo.

2.3 ECONOMIA SOLIDARIA E BUEN VIVIR: É POSSIVEL O DIÁLOGO ENTRE PRÁTICAS DISTINTAS?

Como já mencionado em outro momento nessa pesquisa os conceitos de economia solidária são controversos entre seus defensores, e se torna um desafio maior construir uma relação com Buen Vivir. Como podemos depreender a economia soli-

dária que se desenhou com mais intensidade no Brasil a partir dos governos populares, contém uma série de contradições em sua perspectiva metodológica e conceitual. E a cultura do Buen Vivir tem suas características pautada nas práxis dos povos andinos indígenas e camponeses, e abre uma questão fundamental: teria potencial de um novo projeto civilizatório alternativo ao capitalismo? E quanto à economia solidária e seu potencial de construção de uma outra economia-social e solidária?

Dito de outra forma, se o Buen Vivir seria parte de uma luta por demandas particulares, em se tratando do modo de vida dos povos indígenas sendo implantado para combater o colonialismo, seria para que se viva segundo sua própria cultura e convivendo em uma sociedade intercultural? Nesse sentido, como essa particularidade própria do mundo ancestral andino, tem potencial de assumir a representação do todo como projeto alternativo civilizatório? A necessidade de levantar um debate sobre os rumos civilizatórios deve considerar as várias demandas dos movimentos, conforme encaminha Coraggio.

En todo caso tal demanda se encuentra con otras, también particulares: las de los movimientos de liberación de la mujer, del movimiento alterglobalización, de la vía campesina, del socialismo *aggiornado* al Siglo XXI, de defensa de los derechos humanos, de las autonomías territoriales, de la otra economía -social y solidaria (ESS). (Coraggio, 2013, p. 217)

Na perspectiva de Coraggio levanta-se outros questionamentos a respeito do encontro dessas demandas:

“¿da o puede dar lugar a una red de equivalencias entre luchas parciales (Laclau, 2005) que constituyen al pueblo frente a un enemigo común? ¿Cuál es éste sino el capitalismo globalizado con su insistencia en sostener el proyecto histórico de la modernidad y en profundizar su modelo antidemocrático de dominación y explotación? Puesto en clave polanyiana: ¿es el Vivir Bien un componente aglutinador de ese más amplio “segundo movimiento”, intercultural y plurisectorial, de defensa no sólo de una cultura sino de la sociedad humana ante el neoliberalismo globalizador? En otros términos: ¿puede el Vivir Bien ser un significativo capaz de convocar a los sujetos de otras reivindicaciones particulares para lograr una convergencia popular que no dejará de ser contingente y, por tanto, objeto de la política? (Idem)

O debate da ES e BV apresenta pontos em comum, entretanto na perspectiva de Coraggio “todo hace pensar que no habrá intentos de organización abarcadora,

menos aún de organización partidária en el sentido del siglo pasado, sino que la contingencia de lo político y de movimientos sociales no estructurados son parte de su modo de su constitución”. Apesar de um primeiro momento se acreditar em não existir uma forma de organização que pudesse englobar todos os movimentos, por outro lado poderia ser um modo de organização. Nesse sentido, Coraggio questiona, “qué relación hay o puede haber entre el Vivir Bien o Buen Vivir y la Economía Social y Solidaria” (Coraggio, 2013, p.2018). A partir dessa perspectiva do autor faremos uma reflexão das contribuições da economia solidária, que compreende os avanços da abordagem da economia solidária e suas contribuições como alternativa frente a “una demanda de reestructuración del sistema económico global, hoy bajo hegemonía del capital y su estrategia de globalización”. Deste modo, considerando que a ES é algo mais integral/engloba fazendo uma crítica e ao mesmo tempo uma solução concreta frente ao sistema hegemônico capitalista.

En esta concepción se ha avanzado más allá de las protestas y acciones compensatorias de grupos excluidos, planteando nuevas prácticas orientadas por la construcción, con otro sentido, del sistema económico en su conjunto. A la vez que se ha avanzado en propuestas de re-institucionalización concreta de procesos económicos, como es el caso de las monedas sociales, el comercio justo, o el trabajo asociado autogestionado, se proponen y sostienen acciones de regulación o desplazamiento de la lógica del mercado total. La Economía Social y Solidaria confronta al proyecto neoliberal no sólo por sus efectos actuales, sino por su tendencia intrínseca a la destrucción de la vida en todas sus formas. A nuestro juicio, la Economía Social y Solidaria es una contribución al diálogo antes referido, aunque no necesariamente dé lugar a un movimiento social específico. (Coraggio, 2013, p.218)

Nesse sentido, Coraggio avalia que a economia social e solidária é uma abordagem que engloba de forma integral o processo econômico. E avalia que ações específicas foram realizadas conjuntamente como as “propuestas de reinstitucionalización” das ações já mencionadas acima, e/ou a regulação ou o afastamento da lógica do mercado. Coraggio procurou encaminhar uma resposta frente ao projeto neoliberal, defendendo que a economia solidária se contrapõe aos efeitos danosos do sistema que não garante a preservação da vida em todas as formas.

Além disso, analisamos os estudos dos autores que tratavam da economia solidária e que mais se destacaram nessa fase mais progressistas das últimas décadas na América Latina. Construímos uma linha temporal compondo o seguinte destaque, em relação à origem histórica da economia solidária, na perspectiva dos socialistas-utópicos, que se consagrou particularmente dentro da sociedade na Europa “como

parte del programa de emancipación de la naciente clase obrera” (Coraggio, 2013, p.218). Conforme já mencionado, segundo os defensores da E.S. existe uma relação da origem da economia solidária e os movimentos dos trabalhadores, nessa análises dos elementos que compõe a construção histórica do projeto surge “Robert Owen como o criador socialismo utópico e um das referencias do cooperativismo, e como experiencia de trabalho ficou marcada por ser administrador de uma grande tecelagem”⁴², e esta fábrica foi seu principal referencial de conceito e prática cooperativista.

Isto posto, é necessário adotar uma postura critica em relação a capacidade de transformações estruturais do projeto e para isso Wellen(2012) traz uma importante contribuição. A sua análise critica traz um estudo do conceito e as características a partir dos autores e principalmente ao maior expoente aqui no Brasil, Paul Singer, que segundo a perspectiva desse último, mesmo que imaginemos “uma relação de parentesco da ‘economia solidária’ com os teóricos ‘classicos’ do marxismo, não foi capaz de compreender a complexidade do mercado capitalista”, e ainda na análise de Paul Singer “Robert Owen (que seria o principal precursor ‘ economia solidaria’) deva ser considerado um dos grandes influenciadores do pensamento de Marx e Engels, isso não permitiria afirmar que esses autores devam ser tomados como referência, visto que expressam uma compreensão determinista da realidade, similar às posturas funcionalistas presentes nas ciências sociais” (Wellen, 2012, p.400).

É num contexto de luta do proletariado industrial conjuntamente com essa efervescência dos movimentos desponta os defensores do socialismo utópico, representados por Saint-Simon, Fourier, Owen, entre outros, compondo o “socialismo pequeno-burguês”. Essa classe do pequeno burguês pode ser identificada “nos países menos desenvolvidos industrial e comercialmente”, onde “ainda continua a vegetar ao lado da burguesia em ascensão”

Nos países onde se desenvolveu a civilização moderna, formou-se uma nova pequena burguesia, que está suspensa entre o proletariado e a burguesia e se reconstitui sempre como parte complementar da sociedade burguesa [...] Tal socialismo analisou com muita perspicácia as contradições inerentes às

⁴² Em entrevista para o jornal Rede Brasil Atual, Paul Singer diz: “Economia solidaria se aproxima das origens do socialismo. As raízes da economia solidária estão lá atrás, com Robert Owen, considerado o pai do socialismo e um dos fundadores do cooperativismo, que foi administrador de uma grande tecelagem. Ele reduziu as jornadas de trabalho (no século 18), tirou as crianças das fábricas. Foi realmente um humanista e mestre de Marx e Engels. Ele criou toda uma organização para defender o socialismo e foi o primeiro grande líder da CUT da Grã-Bretanha, a primeira grande central sindical do mundo. Os trabalhadores partidários de Owen inventaram a autogestão”. <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852/>

modernas relações de produção. Demonstrou irrefutavelmente os efeitos destruidores da maquinaria e da divisão do trabalho, a concentração dos capitais e da propriedade territorial, a superprodução, as crises, a ruína inevitável dos pequeno-burgueses e dos pequenos camponeses, a miséria do proletariado, a anarquia da produção, a acintosa desproporção na distribuição das riquezas, a guerra industrial de extermínio entre as nações, a dissolução dos antigos costumes, das antigas relações familiares, das antigas nacionalidades. Entretanto, quanto ao seu conteúdo positivo, tal socialismo ou deseja restabelecer os antigos meios de produção e de troca, e com eles as antigas relações de propriedade e antiga sociedade, ou deseja aprisionar de novo, à força, os modernos meios de produção e de troca no quadro das antigas relações de propriedade que foram por eles explodidas, que não podiam deixar de ser por eles explodidas. Em ambos os casos, tal socialismo é ao mesmo tempo reacionário e utópico. (Marx, 2014, p.71 e 72)

A classe do pequeno burguês encontrou nos seus principais expoentes Saint-Simon, Fourier e Owen que formavam a classe dos socialistas utópicos, a sustentação necessária de seus pontos vista a partir do que foi denominado “socialismo pequeno-burguês”. Esse ponto de vista compunha a seguinte forma:

[...] reconhecem o antagonismo das classes [...], mas não veem nenhuma atividade histórica autônoma da parte do proletariado, nenhum movimento político que lhe seja próprio. [...] e põem-se à procura de uma ciência uma ciência social, de leis sociais, para criar tais condições. No lugar da atividade social precisam colocar sua própria atividade pessoal inventiva; no lugar das condições históricas de emancipação, condições fantásticas; no lugar de organização gradual do proletariado em classe, uma organização da sociedade pre-fabricada por eles mesmos. A futura história do mundo, para eles, resolve-se na propaganda e na realização prática de seus planos de sociedade. (Marx, 2014, p.78)

Pretendemos com essa análise levantar o questionamento sobre a relação da economia solidária e sua capacidade de transformação social pontuando suas condições, para darmos prosseguimento a relação entre economia solidaria e o Buen Vivir.

Com isso, buscamos entender de que maneira a E.S. se conecta com o movimento histórico da luta de classes, e se possui a possibilidade para uma concreta superação do capitalismo ou simplesmente se ajusta a um processo como fenômeno legitimador. Ao analisarmos na perspectiva de uma transformação social revolucionária estrutural “rumo a sociedade sem classes”, o projeto da economia solidária e a luta dos trabalhadores aponta para uma condição de retrocesso, evidenciando essa diferença entre o socialismo científico, a economia solidária e seus intelectuais socialistas utópicos .

... do socialismo científico à “economia solidária”, e da “economia solidária” ao socialismo utópico. Demonstramos não apenas que a “economia solidária” apresenta-se como uma posição retrógrada ao socialismo científico, mas, precisando os respectivos contextos históricos, também aos socialistas utópicos. (Wellen,2012, p.27)

Com uma análise mais sintética trataremos as perspectivas que se apresentam nesses dois movimentos e sua crítica apontado por Wellen(2012) . O autor menciona o expoente que se destacou sobre o tema da E.S. no Brasil, Paul Singer que em suas palavras coloca em dúvida a visão científica do socialismo e capacidade de explicar a economia solidária: “objetivando o convívio acerca da necessidade de ampliação das experiências da ‘economia solidária’, se dedica ao combate de posições que criticam esse projeto, dando destaque central às análises de Friedrich Engels”. Nessa tentativa de “indicar possíveis caminhos” para uma transformação social através do projeto , Singer inicia um duelo contra aos que ele chamou de os “clássicos”, fazendo referência a Marx e Engels e sua crítica ao capitalismo . (Wellen,2012, p.354)

[...] propõe não apenas à crítica do projeto comunista presente nos “clássicos” (como Singer se refere a Marx e a Engels), mas almeja inviabilizar analiticamente qualquer tentativa oriunda destes que se destine à construção de uma sociedade emancipada. Pela postura adotada, o autor indica que, para validar o projeto de mudança social presente na ‘ economia solidária’, seria imprescindível colocar em dúvida o exame daqueles que expuseram enfaticamente o fracasso inevitável desse tipo de experiências. É assim que o representante da ‘economia solidária’ inicia seu duelo.

[...] o autor deixa claro o referido objetivo... apesar de Marx e Engels terem deixado como legado ‘uma crítica profunda e penetrante do capitalismo como no modo de produção’, não teriam alcançados resultados convincentes acerca do projeto socialista, visto que ‘ sua visão científica do socialismo’ deixaria ‘muito a desejar, sobretudo no delineamento de sua organização econômica e de seu ordenamento social e político’.

Munido dessa hipótese de análise, Singer se qualifica para a contenda e elege como saco de pancadas Engels, e seu “imortal opúsculo Socialismo utópico e socialismo científico”, no qual ‘ mostra e forma marginal como a instauração do socialismo poderia vir a decorrer da própria evolução contraditória do capitalismo particularmente em sua fase monopolista’. Primeiramente, vale lembrar corretamente essa passagem de Engels. Tratando-se de uma frase que pode provocar análises distintas, faz-se necessário a seguinte explicação para afastar possíveis leituras equivocadas que possam vincular a perspectiva de Engels, a práticas revisionistas: em nenhum momento dessa obra – assim como de todos os seus textos que temos conhecimento -, o pensador comunista advoga que o socialismo nascerá de forma automática das contradições imanentes ao modo de produção capitalista. [...] cabe aos trabalhadores e seus representantes, por meio de sua organização e luta contra a classe capitalista, aproveitar o desenvolvimento dessas contradições para instaurar um novo modo de produção. (Wellen, 2012, p.355)

Fazendo uso desses argumentos que um dos representantes da economia solidária analisa de forma crítica os “clássicos” direcionando mais para Engels. Entretanto, Wellen afirma que em obras históricas de Engels e entre outros teóricos da tradição marxista são arrasadoras: “demonstram que experiências tais como a ‘economia solidária’, além de incapazes de realizar sua promessa social, representam uma posição regressiva na luta dos trabalhadores contra o capital” (Wellen, 2012, p.400).

A seguir pontuamos essas posições regressivas que manifesta e sem nenhuma dúvida apresenta suas perspectivas opostas de superação do capitalismo:

Enquanto um apreende as armas políticas como indispensáveis para o processo de transformação social, o outro centra esforços da disputa econômica dentro do mercado; enquanto um aponta a necessidade de conquista do poder do Estado para iniciar o processo revolucionário, o outro desconsidera o privilégio dessa instituição para a manutenção da sociedade; enquanto um apreende o capital como uma força social que apenas pode ser combatida na sua totalidade, o outro alega que o sentido do capital depende de quem realiza seu uso; enquanto um identifica os elos que perpassam toda a sociedade e envolvem as relações de trabalho, o outro nega esse recurso metodológico, imaginando espaços de total autonomia. No fim das contas, enquanto o socialismo científico propõe uma transformação radical da sociedade, o ‘economista solidário’ visualiza uma superação gradativa do capitalismo pelas vias econômicas. (Wellen, 2012, p.399 e 400)

Diante desse enunciado que expõe e confronta os pontos defendidos por “teóricos da tradição marxista” e os da economia solidária, coloca em xeque essa última enquanto promessa social de mudanças rumo a outra economia e alternativa civilizatória.

Ao buscarmos apreender sobre a função social da economia solidária e seu principal defensor no Brasil fica mais evidente uma crítica profunda para escancarar suas contradições, se de um lado apresenta uma crítica ao sistema capitalista e seus pontos negativos no entanto se aproxima mais dessa identidade.

O desafio de encontrar possível diálogo da economia solidária e Buen Vivir abre mais espaços para perguntas do que respostas: como dentro do Novo Constitucionalismo do Buen Vivir podemos projetar um sistema de economia solidária? Na perspectiva da economia solidária brasileira projetada nas últimas décadas pode haver pontos convergentes? Nesse sentido, ressaltamos que o Buen Vivir,

... se insere em uma nova perspectiva ao desenvolvimento que não coaduna com a mercantilização da vida e com suas condições essenciais, sendo, portanto, um conceito em plena expansão e amadurecimento [...]. Representa pensamento contra hegemônico e não um modelo para ser replicado, tendo em vista que é necessário compreender as especificidades de cada região e fazer sua própria mudança frente à nova possibilidade de pensar outra realidade possível. (Constante, 2018, p.89)

De imediato podemos entender que na perspectiva constitucional o Buen Vivir possui uma abordagem em construção, como afirma T. León (2014, p.01): “*síntesis nueva* de visiones ancestrales y búsquedas contemporáneas, como noción que permite articular principios, experiencias y perspectivas para abrir un camino ‘propio’ y posible de alternativa al capitalismo neoliberal y al orden neocolonial”.

En esse sentido tiene, por así decir, unos elementos fundantes: propone el logro colectivo de una vida en plenitud, en base a la cooperación, la complementariedad, la solidaridad, la reciprocidad y la justicia, siendo la vida un sistema único, interrelacionado, marcado por la diversidad y la interdependencia entre seres humanos y con la naturaleza; se trata de una permanente construcción de equilibrios que aseguren la reproducción ampliada de la vida. (Idem)

Podemos observar que a proposta do Buen Vivir tem potencial de articular abordagens e experiências alternativas tanto individuais como setoriais. Pois permite que se coloque de forma categórica em defesa da vida como “núcleo de la economía, con lo cual se proyectan o adquieren nuevo valor, nuevos alcances, [...]” (Idem), quer dizer que a defesa da vida se torna o eixo central do modelo econômico.

A defesa da vida requer a revisão imediata de uma categoria fundamental, que é a produtividade. Essa revisão passa por não mais vincular a reprodução da vida conforme o capitalismo adota como práticas e técnicas “neutras” que nada se relacionam com o direito de preservar todas as formas de vida. É fundamental que se supere a ideia de “la noción de producción sistémica, de sectores o de factores, y pasar a una reconceptualización de productividad para el Buen Vivir, que no implique crecimiento ilimitado y eficiencia asimismo ilimitada, sino generación de equilibrios, uso óptimo en condiciones concretas ---diversas, variables en el tiempo--- para garantizar la reproducción de ciclos de vida a largo plazo” (León, 2014, p.06).

Apresentamos uma reflexão do panorama atual neoliberal e as possibilidades do Buen Vivir com sua nova reconceituação da produtividade dentro de um processo de transição. (León, 2014, p.07)

Quadro 2 - Productividad para el Buen Vivir

	Perspectiva convencional	Productividad sistémica	Productividad para el Buen Vivir
Contexto	Inherente al capitalismo	Conceptos avanzados em paradigma neoliberal: libre mercado, condición y fin	Necesidad de nueva formulación Compatible com perspectiva del Buen Vivir
Objetivos	Maximizar ganancias	Maximizar eficiencia 'Lograr más com menos y siempre' Satisfacción de clientes	Maximizar sostenibilidad y diversidad económicas, com equilibrios humano y ambiental Integrar más personas al trabajo em condiciones de justicia
Supuestos	Crecimiento ilimitado	Crecimiento ilimitado, ampliación de mercados Mercado satisface necesidades de población Vínculo com mercado es médio para cubrir necesidades Es función de Estado y gobierno favorecer competitividad de empresas	Crecimiento controlado, Planificación Fortalecimiento de lógicas productivas y de reproducción diversas Producción al servicio de la vida Planeta como sistema de vida
Referentes	Mercado Empresas Negocios	Empresas Negocios Gestión empresarial (calidad total, clientes satisfechos) Accionista Empleado Cliente	País Diversidad de unidades y actoras/es económicos Uso responsable de recursos Derechos
Valores	Competencia Ganancia	Innovación?	Colaboración, solidaridad, complementariedad

Fonte: M. León T. (2014.p.07)

Esse quadro nos conduz a uma reflexão desde o paradigma do Buen Vivir, e que a economia solidária pode ser um elemento contributivo nesse novo cenário de construção de novos debates “conceituais e estratégicos” que transborda ações individuais para questões sistêmicas. Em um cenário de transição do capitalismo é ne-

cessário buscar elementos concretos que possam contribuir na transição, e a economia solidária nesse sentido aparece como uma possibilidade que pode ser ajustada, mas não possui evidências, caso fosse somente ela, um projeto real de transformação social, por não apresentar argumentos contestadores e em suas premissas conter muitos equívocos. (Idem).

CAPÍTULO 3 - POSSIBILIDADES DE CONVERGÊNCIAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E *BUEN VIVIR* A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO MST NO BRASIL

Quando o povo entrou pela sala
com suas botas rusticas,
suas roupas sujas e seu olhar alegre,
os cristais tremeram na cristalera.

Eram muitos...

As tábuas do chão rangeram
e os tapetes suspiraram
sob o peso daquela gente rude,
inesperada multidão
[...]

O povo percorreu os cômodos.
Fora a dispensa e algumas garrafas de vinho
nada foi saqueado: os bibelôs de louça, os quadros de frutas,
as toalhinhas de renda, o piano virgem.
[...]

Jogaram cartas, cantaram, plantaram as terras inférteis, [...]
(Mauro Iasi, Os Invasores, 2011, p.48.)

O terceiro capítulo tem como objetivo o estudo histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas perspectivas das experiências do mundo camponês, indígena e a agricultura dos quilombos e fazendo uma análise das raízes do movimento identificando similaridades características da economia solidária e do Buen Vivir. Deste modo, o estudo da experiência do MST como espaço de organização social que constrói mudanças efetivas e como essa organização social se relaciona com os projetos do Buen Vivir e a economia solidária se faz necessário para a reflexão em um momento de retrocessos que estamos passando para avançar rumo a novas alternativas. Com base nisso vamos adentrar no texto levantando um tema fundamental para entendermos a causa do nascimento do movimento de luta pela terra que é a “concentração fundiária e das razões que levaram os índios, os negros e os trabalhadores do campo a serem destituídos de seu direito de cultivarem a terra para a sua própria sobrevivência com a devida dignidade” (Mançano, 2000, p. 13).

Após debruçarmos sobre as questões históricas para o entendimento da “raiz do campesinato brasileiro”, faremos então a análise crítica de relação de completividade entre economia solidária e buen vivir, dando enfoque para as suas principais características do MST. O capítulo reproduz o título da dissertação e traz a experiência

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, com esse enfoque objetiva delimitar o tema destacando a luta e forma de organização coletiva do movimento social. Até então, construímos uma análise e reflexão das teorias que agregam para que possamos entender e suplantar esse Estado capitalista moderno e a “colonidade do poder e do ser” (Constante, 2019, p. 69), analisando experiências que vêm sendo construídas sob muita luta ao longo da história e se moldando ao seu contexto, nos ajudando a fortalecer a necessidade de mudanças de modelo econômico ocidental, colonialista e capitalista.

Desse modo, se tornando o eixo central para uma reflexão de alternativas com enfoque na realidade do movimento frente ao modelo capitalista reprodutor de crises, que a rigor constrói um processo de individualismo econômico e consequente acirramento “entre os integrantes da classe trabalhadora e os representantes do capital” (Wellen, 2012, p. 31). É um estudo que busca apontar alternativas frente ao mito do desenvolvimento capitalista e entendendo os movimentos de luta pela terra como o MST, uma experiência importante a ser analisada de luta e resistência no campo político e social desde sua origem, que apontam para a incorporação de novos paradigmas constitucionais. Para tanto, o estudo e resgate de grupos sociais e tradicionalmente marginalizado no Brasil se mostram cruciais na compreensão da evolução histórica do MST de luta pelo direito a terra.

Inicialmente, trataremos de um estudo realizado por Candido (2001, p. 25) que fortalecem os dados dessa tentativa da marginalização de determinados grupos sociais. O autor trata das comunidades que engrossam os números da desigualdade social sob a perspectiva de luta por terras e o surgimento de projetos sociais como da economia solidária, na medida que busca relatar o cotidiano de um Brasil caipira⁴³ frente à modernização da agricultura de latifúndios, e a manutenção do modelo agroexportador de matérias primas, e nesse sentido contribui para o entendimento da organização e surgimento desses grupos historicamente marginalizados.

Em seu livro *Os Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido faz um registro do cotidiano, e uma prática comum dos povos chamado de mutirão, das famílias caipiras

⁴³ “[...] caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo- processo a que se poderia chamar de acaipiramento, ou acaipiração, e que os integrou de fato num conjunto bastante homogêneo” (Pires, 1921, *apud* Candido, 2001, p. 28).

e relacionando com os efeitos da modernização do país, a partir da apresentação não somente do “aspecto da vida social”, mas para além disso, identificando os “problemas que enfrentam no dia a dia” daquele povoado. Nesse sentido, buscou-se analisar não somente sob aspecto da “corrente da vida social e cultural”, mas também em outras particularidades de uma comunidade.

Deste modo, a comunidade é entendida sob outras perspectivas como um “agrupamento dotado do equipamento institucional mínimo, de modo a servir de teatro para as diversas atividades dos seus membros: religiosas, recreativas, políticas, administrativas, econômicas, etc.” Em seu estudo o autor relata uma forma de organização onde se reúne na prática todos esses aspectos interagem que se chama de mutirão, se caracteriza pelo trabalho coletivo entre agrupamentos delimitado através da participação dos moradores no trabalho de ajuda mútua, ou seja, é considerado membro do bairro “quem convoca e é convocado para tais atividades” (Candido, 2001, p. 87). Sendo aí que surge o elemento de interação e sociabilidade do grupo das formas de solidariedade “que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento”.

[...] numa casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, d'ambos os sexos: por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho, a que chamam *muchiron*, na linguagem indiana; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as tarefas: o trabalho consiste em preparar e fiarem algodão, e fazerem roçados para as plantações. Desta sorte se empregam a gente pobre, nos meses de setembro, outubro e novembro; e as noites passam-se alegremente com seus toques e folias. (D'Alincourt, p. 281 *apud* Candido, 2001, p. 87 e 88)

As várias atividades desenvolvidas solucionam as questões do agrupamento, como o aproveitamento de mão-de-obra em grupo, onde muitas vezes poderia ser impossível se fosse realizado de forma individual ou somente pela família. Outro aspecto importante dessa interação que acontece no mutirão é o recreativo “toques e folias” apresentando a vida cultural do caipira. Diante disso, podemos perceber a contribuição da cultura caipira e suas formas de solidariedade para o projeto de economia solidária, muito mais legitimado do que na versão europeizada que defendem alguns representantes da economia solidária no Brasil.

Dando continuidade na construção do texto, e para além da perspectiva do mundo caipira serão abordadas as questões da sociedade escravista e os povos indígenas, compondo as bases que se edificaram a sociedade brasileira, sob a luz dos

estudos dos autores Clovis Moura, Ciro Flamarion e Antonio Candido entre outros materiais catalogados.

Por conseguinte, ao trazer o MST como estudo de caso temos como objetivo avaliarmos a relação de complementariedade ou não dos aspectos e as características com o buen vivir e a economia solidária. Inicialmente, podemos encontrar na definição e nas características do Buen Vivir elementos críticos ao modo de organização social capitalista, em consonância com os “povos tradicionais”, assim como no movimento de luta pela terra do MST, ou seja, possuem aspectos em comum ao se tratar de possível construção de conceito “alternativo ao desenvolvimento” onde este “incorpora a cosmovisão indígena”⁴⁴. Evidentemente só poderemos confirmar ou refutar essa hipótese ao término do estudo.

Por outro lado, a análise da relação entre economia solidária e MST podemos enxergar uma forma de luta e crítica mais combativa frente as estruturas do capitalismo. Um exemplo disso é, que a economia solidária defende práticas organizativas nas cooperativas de neutralidade e conciliação política, que não representam um embate e um caminho rumo a transformação social, contrariando a perspectiva do MST que tem a cooperativa não um fim em si mesmo “mas um meio que forneça subsídios para a luta política” (Wellen, 2012, p. 199). Assim:

Nesses casos, diferentemente do que se expressa nesses postulados mistificados, o objetivo não é instaurar uma luta econômica a partir da competição com as empresas capitalistas, mas sobreviver no mercado e, ainda que assumindo limitações e dependências econômicas, utilizar esse meio como motivação para o embate político. A pergunta que podemos fazer é se as organizações que adotam essa perspectiva possuem a mesma função social que a ‘economia solidaria’ e as diversas organizações irmãs [...] (Wellen, 2012, p.199).

3.1. MST E SUA ORIGEM

A questão da luta pela terra no Brasil é histórica e tem origem no sistema escravista⁴⁵ que durou entre século os XVI e XVII e na resistência do campesinato. O

⁴⁴ Buen Vivir e sua pluralidade de significados: “mesmo sendo nomeado de distintas maneiras em diversos textos e autores, tais como: Suma Qamanã (Aymara), Sumak Ñandereco (Guarani), Sumak Kawsay (Quechua), Vivir Bien (Bolívia), as significações convergem (respeitando a diversidade e complexidade de cada região) no sentido de uma alternativa face ao desenvolvimento capitalista” (Cunningham, 2010 *apud* Constante, 2018, p. 69).

⁴⁵ “A escravidão no Brasil surgiu de dois fenomenos distintos, mas convergentes. De um lado, foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se vinha realizando

MST é o resultado mais atual das lutas e resistência populares pela terra, que nasce a partir de uma conjuntura econômica, política de governos militares. A ditadura militar implantou um modelo econômico de grande concentração de terras e monocultura visando a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de crédito e subsídios, apoiando desenvolvimento tecnológico de alguns setores da agricultura. Esse modelo foi profundamente prejudicial, dificultando o acesso a terra para as pequenas propriedades onde se desenvolvia a agricultura familiar, que continuaram excluídos da política agrícola e que rendeu muitos confrontos violentos de repressão por parte da ditadura militar contra os trabalhadores do campo.

Diante dessa conjuntura política, se intensificam a partir dos anos de 1970 a onda de repressão contra esta organização camponesa, obrigando os trabalhadores do campo a também intensificar a resistência e as lutas, adotando estratégias e táticas de resistência mais radicais para continuar em seus territórios. Essa intensificação da luta em todo o território nacional teve apoio da Comissão Pastoral da Terra⁴⁶ ligada a Igreja Católica. “A CPT foi a articuladora das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo. Durante o regime militar, as Comunidades Eclesiais de Base foram os espaços de socialização política que permitiram a recriação da organização camponesa”. Nesse período, a Igreja Católica inicia um movimento de mudança onde os religiosos participavam ativamente com a realidade do trabalhador, resultado das decisões tomadas após o Concílio Vaticano II (1965). Por meio desse movimento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais “tornaram-se espaços de reflexão e aprendizado de como transformar a realidade, por intermédio da luta pela terra, recusando a condição imposta pela política da modernização conservadora” pelos militares (Fernandes, 2000, p.49-50).

Segundo análise de Wellen (2012, p. 202) confirma que o período da ditadura foi essencial para o surgimento e organização do MST. Aponta para o início dos movimentos populares de constestação dessas relações sociais impostas pela ditadura,

a sua evolução nas primeiras décadas que, de simples aglomerado de feitorias atomizadas no vasto território, transformou-se em donatárias com sistema de estratificação social fechado em estrutura praticamente feudal. A aparente anomalia de instituições feudais trazerem o ressurgimento da escravidão no mundo poderá ser explicada por uma série de fatores que particularizam essa aparição, conforme veremos mais tarde. (Moura, 1981, p.24).

⁴⁶ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>

marcando esse período pela efervescência dos “movimentos sociais no campo, dentre esses, ‘o movimento mais representativo que nasce nesse período foi o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)’ , essa visão da origem também é defendida por Caldart (2001) :

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (Caldart, 2001, p. 2008)

Wellen acrescenta que o movimento nasce com uma missão histórica;

... na defesa de uma ampla reforma agrária, política essa tão combatida e reprimida pela classe agrária dominante no Brasil e pelas suas entidades representativas. Ainda que a finalidade das lutas tenha se mantido, com o passar dos anos com as novas determinações presentes, novos temas precisaram ser defendidos e outros combatidos. (Wellen, 2012, p. 203)

Essa necessidade de uma luta coletiva e organizada objetivando o processo de transformação surge no momento em que a classe dominante também usa de novas estratégias de opressão para combater as lutas sociais. As conquistas do MST ao longo dos anos foram à custa de vida dos muitos trabalhadores do campo que resistiam em seus territórios, que se dava em: “seja no dia a dia da violência do latifúndio, seja em massacres mundialmente divulgados, como o caso de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. Apesar de numerosos embates por vezes violentos sobre o movimento, o MST vem ajudando a recolocar na agenda política brasileira a questão da Reforma Agrária: fazendo a luta pela terra e afirmando, em suas iniciativas, a possibilidade de novas relações sociais, e de um novo projeto de desenvolvimento para o campo, e para o país” (Caldart, 2001, p. 208).

Segunda avaliação de Wellen (2012), o MST, conhecido pela sua resistência de luta atualmente, tem enfrentado o poderio econômico do agronegócio e todo o aparato do Estado que sai em defesa dos ruralistas. Nos anos 2000, com a expansão e fortalecimento do projeto da economia solidária houve um aumento de alguns empreendimentos do MST que se ligaram a essas práticas, mesmo dando respostas parciais as saídas para o movimento por se tratar de uma forma menos combativa

frente aos ataques e determinações do capital, esse projeto tem efeito nocivo para a luta dos trabalhadores do campo no sentido que surgem para manter e controlar as estruturas e assim garantindo a continuidade da estrutura capitalista.

A estreita ligação entre latifúndios brasileiros e o capital imperialista fez surgir, por exemplo, o agronegócio, e a defesa dessa estrutura produtiva subordinou até as organizações que possuem relações diretas com a 'economia solidária, como é o caso da OCB⁴⁷. Pelas diversas intervenções sociais, objetivando um projeto econômico oposto ao do agronegócio, o MST é visto por essa entidade como o seu principal adversário. (Idem, p.203)

Na análise das formas de organização das cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a economia solidária quer colocar no mesmo patamar de competição econômica. O MST não possui condições de empreender as mesmas armas no campo da competição econômica, frente a classe dominante rural e seus representantes do agronegócio, saindo profundamente prejudicados com a desigualdade de acesso. Na hipótese de o MST centralizar seus esforços na criação de cooperativas para competir o mercado com as organizações do agronegócio, Wellen vislumbra duas consequências possíveis;

[...] ou esse movimento terá prazo de vida extremamente limitado, ou se resolverá a contradição entre a solidariedade e a produção capitalista da mesma forma que a OCB, renegando os princípios do cooperativismo em prol dos imperativos do capital. Por isso que, diferentemente dos representantes da 'economia solidária' que acreditam no milagre do mercado local e na capacidade autônoma de disputa econômica, os integrantes do MST apreendem esse equívoco. (Wellen,2012, p.203 e 204)

Se fizessem uso da cartilha para o enfrentamento desse desafio seguindo o modelo apregoado pela economia solidária de competição econômica como método de ação da classe dominante e suas entidades representantes, o MST tem consciência que essa batalha seria perdida.

De batalha em batalha que esse movimento vai criando suas raízes e construindo sua história. A entrada dos anos 2000, quando o MST comemorou seus 16

⁴⁷ A necessidade de desvinculação da OCB das organizações do MST aparece, dentro de documentos desse movimento, como condição essencial para a concepção de cooperativas como meio para uma luta classista: "A criação do sistema cooperativista dos assentados, desvinculado da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), possibilitou autonomia em relação ao governo e às grandes corporações cooperativistas, comandadas por empresários. Essa desvinculação deu independência de atuação política, liberdade de expressão, baseada na concepção de cooperativismo como instrumento de luta de classes. (Wellen,2012,p.2003 apud Ferreira,2003,p.87)

anos de existência contava com 250 mil famílias assentadas e de 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil, no entanto, diante desses números não há muito o que se comemorar frente a realidade do período que mostrava 4,5 milhões de famílias sem-terra existente no país. (Caldart,2001, p.207)

O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas; hoje são 81 cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, 45 unidades agroindustriais e, o principal, a eliminação da fome e a redução drástica dos índices de mortalidade infantil nos assentamentos espalhados pelo Brasil inteiro. (Caldart,2001, p.207)

Com o avanço do agronegócio o déficit histórico de terras avança na mesma proporção para uma parcela bem expressiva da população, refletindo também na imensa desigualdade social e econômica. Na luta de resistência por autonomia e soberania alimentar o aspecto educacional tem uma relevância grande para o MST, pois está contido no princípio pedagógico do movimento o processo de educação e organicidade: “o princípio da gestão democrática e o princípio do vínculo orgânico entre ensino e trabalho produtivo são essenciais para a educação do Movimento, configurando em um vínculo orgânico entre processos educativos e político.” (SILVA et al.,2015 apud MST, 1996:16).

Além da luta para o assentamento e permanência digna das famílias em seus territórios, outro registro particularmente é especial dentro das conquistas históricas do MST que é a educação popular, somente com base nos dados do início dos anos 2000 contavam com “100 mil crianças e adolescentes que estudam nas áreas de assentamento e acampamento” (Caldart, p.207, 2001).

A eficiência estratégia de organização e das ações do movimento tem consequências extremamente exitosa. No estudo desse processo de luta e resistência do movimento, o que chama a atenção é seu processo de duração e capacidade, ou seja, diferentemente de outros tipos de formas organizativas o MST é o que possui mais tempo de existência por conter “determinadas características que o distinguem em sua trajetória de movimento social de trabalhadores e trabalhadores do campo”. Em relação a outros movimentos que foram mais breves, a partir de uma análise dentro de um processo maior de luta pela terra, esses movimentos camponeses no Brasil tem histórico de forte repressão e aniquilamento em menos tempo que o MST.

Desde promulgação em 1988 da Constituição Federal se luta para efetivação dos Direitos Humanos para se assegurar o mínimo constitucional que se encontra no Preâmbulo da constituição: “direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. A luta do movimento pelos direitos se apresenta como um processo de ação contínua para garantir “dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras rurais enquanto pessoas dotadas de direitos que precisam acessar os bens necessários à sua sobrevivência, em equilíbrio com os bens da natureza, e a realizar-se na sua humanidade”⁴⁸, e nesse sentido o processo educacional é de extrema relevância dentro dos assentamentos.

A constituição brasileira garante o uso de grandes latifúndios improdutivos para reforma agrária se referindo da seguinte forma no capítulo III – da política agrícola e fundiária e da reforma agrária: “Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”.

Qualquer pessoa que faça um breve estudo sobre o MST percebe que ao invés da justiça garantir esses direitos que estão estabelecidos na Constituição, o que vemos é o aumento de ataques das tensões provocadas pela instabilidade política. E é com base na Constituição que o MST tem dado muitos passos positivos e reais, “assegurou o acesso à terra para 350 mil famílias que residem e trabalham nas áreas de assentamentos, gerando renda e foco na produção de alimentos saudáveis, com base nos princípios agroecológicos” (Brasil de Fato, 2019).

Conforme mencionado anteriormente, o acesso a educação popular nos assentamentos é um espaço muito importante para o conhecimento desses direitos e para a formação do sujeito como protagonista da luta. A lógica do ensino nos assentamentos, busca relacionar o método educacional com a prática social vivida dentro do Movimento tornando uma característica que destingue o MST. A partir do artigo de Caldart (2001) chamado “O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como prin-

48

[HTTPS://WWW.BRASILDEFATO.COM.BR/2019/02/22/ARTIGO-OR-A-LUTA-DO-MST-E-PELA-EFETIVACAO-DOS-DIREITOS-HUMANOS](https://www.brasildefato.com.br/2019/02/22/artigo-or-a-luta-do-mst-e-pela-efetivacao-dos-direitos-humanos)

cípio educativo”, detalharemos essa lógica contida na prática desse processo educativo e como tem influência em todos os campos da luta dentro da perspectiva de formação do sujeito como protagonista da luta.

Quadro 3

A radicalidade do seu jeito de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve.	O MST reafirmou a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la. Isto quer dizer que explicita nas próprias ações de luta o que contesta (enquanto prática e enquanto valor), e que sujeitos pretende trazer de volta à cena social em nosso país. [...] Quem olha para as ações do MST vê se transformarem em lutadores seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente. Talvez seja esta radicalidade, da luta, do jeito e de quem a faz, o que provoca na sociedade tomada de posição imediata: as pessoas são contra ou são a favor das ações do MST; mas de modo geral não costumam ficar indiferentes a elas.
A multiplicidade de dimensões em que atua.	O MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas as próprias escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (uma delas a de que a luta seria feita por famílias inteiras), acabaram levando o Movimento a desenvolver uma série de outras lutas sociais combinadas. Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos..., se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena.
A combinação de formatos organizativos diversos.	Exatamente para dar conta dos seus objetivos e das diversas dimensões de sua luta, o MST acabou construindo um tipo de organização que mistura a

	versatilidade de um movimento social, no qual <i>entra todo mundo o tempo todo</i>, com um xadrez de relações sociais e organizacionais próprias quase de uma instituição social, que se pretende flexível, mas duradoura. Daí a lógica de uma verdadeira empresa social, convivendo com a irreverência de um movimento permanente e imprevisível. Os estudiosos de movimentos sociais de modo geral têm dificuldade de enquadrar o MST em suas classificações mais tradicionais. O MST tem resolvido este problema criando uma denominação para si próprio: uma <i>organização social de massas</i>, em que a combinação de características contraditórias se coloca exatamente como um dos pilares de sua identidade.
A capacidade que vem construindo de universalizar, ou de tornar a sociedade como um todo, uma bandeira de luta que nasce de um grupo social específico e de seus interesses sociais imediatos.	O lema <i>Reforma Agrária uma luta de todos</i>, trabalhado pelo MST especialmente a partir do seu III Congresso Nacional em 1995, sintetiza um passo muito importante na própria definição da identidade Sem Terra⁴⁹, que ao buscar educar a sociedade para que reconheça a Reforma Agrária como uma luta não apenas dos trabalhadores e das trabalhadoras da terra, também se educa para assumir bandeiras de luta cada vez mais amplas. O processo de construção desta característica tem levado a uma identificação cada vez maior das maiorias excluídas, bem como de outros sujeitos que com elas se identificam politicamente, com os Sem Terra e com o MST⁵⁰.

⁴⁹ Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen, é o nome próprio que identifica os sem terra do MST. A expressão "sem-terra" indica a categoria social de trabalhadores e trabalhadoras do campo que não têm terra e que passam a requerê-la como direito. Trata-se de um vocábulo recente nos dicionários de língua portuguesa, uma das conquistas culturais da luta pela terra no Brasil. Mas em seu nome, os Sem Terra, mantêm a grafia original de seu nascimento como sujeitos que criaram o MST. (*Nota de rodapé de Caldart, 2001, "O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo"*)

⁵⁰ "Sebastião Salgado, um fotógrafo brasileiro internacionalmente reconhecido pela sua arte e pela sua identificação com causas sociais relevantes, fez recentemente uma declaração que me parece importante registrar para complementar esta reflexão que não poderá ser feita mais profundamente aqui: 'Para mim, o Movimento dos Sem Terra é um dos únicos movimentos – senão o único – que reúne em sua ação as lutas pela dignidade e pela cidadania no Brasil. Sua ação é toda centrada em uma só Preocupação, um só eixo: promover a real e justa divisão de renda no país que tem o sistema de distribuição mais injusto do mundo. Acompanho sua luta com atenção, desde o início. Creio também que sua maior importância está no fato de incorporar e materializar todas as experiências anteriores, e que este sistema injusto que domina nosso país vem tentando, ao longo dos anos, apagar da nossa memória. [...] Qualquer brasileiro que tenha um mínimo de responsabilidade, que tenha consciência da

(Inspirado no artigo de Caldart ,2001)

Perceba que os ideias e ações do MST na construção da luta histórica pela terra no Brasil, toca pontos sensíveis como a exclusão social, a luta social em suas múltiplas dimensões, ao trabalho na terra e a educação que são questões recorrentes dos povos latino-americanos. O movimento nesse sentido, introduz um debate importante que é o de repensar as práticas capitalistas coloniais de poder, e buscar combater suas matrizes que reproduzem ideologias mistificadoras de um sistema que a muito se assume como parte dos dilemas sociais. Ao longo da construção da luta pela terra no Brasil podemos perceber uma evolução o que é natural por se tratar de diferentes contextos históricos, mas permanece as suas raízes históricas que é o embate anti capitalista, ou seja, combater as formas de relação de poder capitalista.

Outro dado importante a ser pontuado nessa mirada histórica do MST , podemos apreender que a forma possível de seguirmos ao novo horizonte civilizatório é olhar para a construção dos sujeitos sociais⁵¹ , que fortalecem o nosso processo histórico juntamente com os novos movimentos sociais.

O MST é um ator relevante e que representa muito essa luta histórica pela terra no Brasil com suas raízes coloniais e de exploração. Essas raízes que remonta ao nosso passado agrícola nos quilombos e a forma comunitária de trabalho de subsistência dos povos indígenas. Além disso, representa o sentimento de não aceitação de uma exclusão como dado determinístico da realidade, compõe a trajetória histórica do movimento, podendo ser interpretada como sendo o processo do povo sem terra no Brasil, do povo que outrora fora escravizado tendo sua força de trabalho como base do modelo agroexportador: “Na formação da sociedade brasileira foi o escravo o elemento que durante grande tempo conseguiu estabilizar nos tópicos uma economia latifundiária e colonial, baseada na exportação de gêneros para o mercado mundial” (Moura, 1981, p.16).

situação social real de nosso país, tem o dever de acompanhar e apoiar o trabalho e a luta do MST. [...] Apoiar o MST é preservar o meu direito a continuar confiando na história, a despeito de tudo que o sistema vem fazendo no Brasil ao longo dos tempos’. (Caldart,2001)

⁵¹ “[...] participar da construção da coletividade[...] como um processo de educação, que é também um *modo de produção da formação humana*, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de *vida e morte* e de *vida inteira*, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade” (Caldart, 2001, p. 210).

Como consequência podemos apreender que o estudo crítico de nossas raízes culturais campesina brasileira e o elemento afro-brasileiro é fundamental para entendermos o processo de luta pela terra no Brasil, para tanto, se faz necessário a análise dentro dessa perspectiva sociológico e histórico da formação das comunidades agrárias.

A reprodução da exploração através de um modelo exportador extrativista está presente em todo o processo de colonização da América Latina. No entanto, podemos perceber que a retomada de temas como o Buen Vivir, nos provoca a pensar um outro modo de civilização mundial e uma reflexão de “construção e consolidação de uma teoria econômica alternativa a partir da América Latina e da epistemologia da periferia mundial” (Constante, 2018, p. 86) e levanta um debate crítico a esse padrão de “poder-colonial, moderno e eurocentrado” (Quijano, 2012) é de fundamental importância para contrapor esse modelo extrativista de esgotamento da vida.

Esse esgotamento e as crises econômicas provocadas pelo neoliberalismo, surgiu como saída a proposta da economia solidária no Brasil apresentada como uma possível solução ao desemprego. Criou-se um esforço de construir uma relação de complementariedade entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o projeto da economia solidária, no entanto, alguns empreendimentos se ligaram, mas na maior evidenciou as diferenças significativas.

As práticas da economia solidária se tornam conflitantes com as do MST na medida que, quanto as organizações ela se associa e recebe apoio das entidades capitalistas como o Banco Mundial, esse é um dos pontos contido em seus equívocos, também quando estudamos em relação a autogestão ela remete ao individualismo capitalista e quando a solidariedade é posta como mercadoria e não possuindo em sua essência um debate crítico as estruturas do capitalismo, por outro lado o MST em suas práticas se coloca com o objetivo de lutar contra o imperialismo.

Diante desses indicativos, podemos apreender que as práticas da economia solidária não é uma maneira de superação dos moldes capitalistas e possui grandes diferenças com as raízes históricas do MST, as organizações econômicas que integram o movimento não possuem a mesma função social (Wellen, 2012, p. 215).

3.2. MST: RAÍZES DA LUTA PELA TERRA E A CONFORMIDADE NA AMÉRICA LATINA

Acompanho sua luta com atenção, desde o início. Creio também que sua maior importância está no fato de incorporar e materializar todas as experiências anteriores, e que este sistema injusto que domina nosso país vem tentando, ao longo dos anos, apagar da nossa memória. Vejo no Movimento dos Sem Terra as experiências acumuladas pelas Ligas Camponesas[...] .

Apoiar o MST é preservar o meu direito a continuar confiando na história, a despeito de tudo que o sistema vem fazendo no Brasil ao longo dos tempos.

(Sebastião Salgado, 1997, fotógrafo brasileiro-Brava Gente)

O processo histórico analisado por Moura (1981, p. 23) vai muito além do amontado de datas e atos ocorridos ao longo do tempo. Na historiografia da colonização brasileira um fenômeno importante foi analisado: “o corte do processo de desenvolvimento tribal dos grupos indígenas, e solapada em suas raízes a estrutura econômica em que os índios baseavam suas instituições, seus costumes e sua cultura no sentido sociológico”, se deu através dos “elementos de dominação, ocupava a terra e subjuguava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autônomo dessas culturas através de tampão compressor contra o qual não era possível os nativos lutarem com o instrumental de que dispunham”. O processo histórico de “descoberta” do continente americano foi marcado pela violência e grande exploração econômica, o Brasil foi subjugado dentro de um processo histórico de dominação pelos portugueses.

A expansão mercantil de Portugal, que no caso presente desempenhou o papel de nação dominadora, já era fruto e resultado de todo um processo anterior de subversão econômica, verificado no Velho Continente, através de uma série de acontecimentos conhecidos e retratados, com maior ou menor profundidade, por todos quantos se ocuparam da economia da época. (Moura, 1981, p. 23)

Entender o processo histórico do continente americano, principalmente o histórico de violência contra os povos latinos americanos, nos ajuda a compreender o conseqüente surgimento da luta dos movimentos populares. No caso brasileiro a construção desse estudo da formação e colonização da sociedade colonial brasileira se torna

ainda mais complexa e necessária, pois as famílias ainda estão inseridas e se perpetuam no poder.

Nesse tópico trataremos dos três temas centrais do estudo com intuito de identificar possíveis relações de complementariedade entre: as raízes do MST, as práticas do projeto social da economia solidária e a proposta do Buen Vivir. O enfoque será no estudo da estrutura social e as necessidades econômicas, dentro da cultura camponesa brasileira e afro brasileira, além disso evidenciar como o processo produtivo de exploração da mão de obra teve consequências negativas em toda a América Latina.

Nesse sentido, acreditamos ser necessário fazer esse estudo dentro da perspectiva sociológica e histórica da formação das comunidades agrícolas de subsistência no interior do Brasil, trazendo a contribuição do estudo de caso realizado por Candido (2001) em sua pesquisa de campo entre os anos de 1948 a 1954 em uma comunidade rural, tendo como objeto de estudo o modo de vida e sua construção histórica daquela população. Buscamos outra contribuição importante que se soma ao estudo do modo de vida e a economia das comunidades de Ciro Flamarion Cardoso em uma perspectiva crítica frente modelo agrário exportador e suas consequências.

No livro *Os Parceiros do Rio Bonito* (2001,ed.34) de Antonio Candido, fruto de sua tese de doutorado defendida em 1954 , traz um importante panorama brasileiro do período onde o autor relata os “meios de vida num agrupamento de caipiras no interior de São Paulo, entre os anos de 1948 e 1954”, de forma holística o autor fez um estudo dos problemas sociais do caipira brasileiro, empobrecido e posteriormente forçado a emigrar para grandes centros, observando com profundidade os vários aspectos da vida do homem do campo entre o período “colonial” e o “moderno” , a partir das seguintes questões: “quais são, como se obtêm, de que maneira se ligam a vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio”, nessa comunidade “relativamente autônoma, embora precária, de civilização rústica constituída durante a colonização, nos interstícios da sociedade, centralizada no latifúndio agro-exportador”, nesse sentido percorremos essa relação das populações do campo que sofrem com a crescente escassez no campo, seus ajustes e o grande latifúndio.

Pela perspectiva do historiador Ciro Flamarion Cardoso (1982) seu estudo é composto a partir do campesinato negro que trata das “brechas camponesa” no sistema escravista. Segundo Cardoso (1987), as brechas camponesas eram compostas por lotes cultivados pelos escravos “cedido” pelos seus senhores. Foram localizados documentos mencionando esse tipo de atividades “em 1663 em Pernambuco” no Brasil que descrevia esse tipo de cultivo, que continha a regulamentação através de “alvarás e ordens régias, desde final do século XVII (1688,1689,1693), trataram de estabelecer que os escravos tivessem direito ao sábado livre para sua própria agricultura em parcelas que recebiam nas fazendas”.

O incentivo para criar as “brechas camponesas” para o povo escravizado que permitiam as atividades agrícolas de cultivo de alimentos em seus lotes de terras com dias pré-estabelecidos em seu “tempo livre” tinham como objetivo, reforçar os laços com local evitando possíveis fugas, atingindo a “função ideológica de manutenção da estrutura escravista” (Müller, 2005, p.33).

Na imensa maioria dos escravos negros do “Novo Mundo”, incluindo aí a mão de obra indígena, viveram sem dúvida atada às mais duras formas de exploração do trabalho, nas *plantations*, nas fazendas açucareiras e nas minas, esse cenário compõe resumidamente o conjunto sistemático da economia.

Analisar o modo de produção coloniais tanto de um caso específico como mencionado anteriormente quanto da América Latina em geral, é compreender o problema da dependência colonial. Para Garcia e Bastos (2013, p.5), o modo de produção tem uma perspectiva importante, traz em seus estudos o enfoque das “formações econômico-sociais de dentro para fora, sem perder de vista, obviamente, o problema da dependência colonial”. Desta forma, buscamos traçar um “quadro teórico que considerasse a relação entre a dependência e a especificidade desses modos de produção, através do desenvolvimento do conceito de “modos de produção coloniais”.

As formações econômicas-sociais da América colonial dependiam de pelo menos três modos de produção coloniais principais: o primeiro baseado na exploração da força de trabalho de índios; o outro em regiões cuja população indígena era pouco densa e com condições para o plantio de produtos para exportação ou exploração mineira e um terceiro apresentando uma economia diversificada e autônoma de pequenos proprietários, “la única entre las estructuras coloniales que pudo evolucionar (...) hacia la industrialización y un capitalismo de tipo ‘metropolitano’ no periférico”.

Nesse sentido, a partir da perspectiva da produção é que podemos refletir “os elementos de ordem interna e discute a questão da brecha camponesa”.

Perceba que os principais modos de produção coloniais eram baseados na violência, na exploração e numa relação de rapinagem do território. Ao longo da história as populações se organizaram e resistiram, na segunda metade do século XX mais especificamente ao final dos anos 1970 surge o MST, esse movimento gestou uma forma mais radical de luta pela terra e “tem se constituído o mais importante movimento social de toda a história do Brasil”, fruto desse processo de concentração fundiária histórica nas Américas e que tirou o direito de índios, negros e trabalhadores do campo a cultivarem a terra para sua subsistência. Nessa gênese do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras existiu muitos processos de resistência tanto dos povos indígenas quanto do povo negro, conforme apontado por Fernandes (2000, p. 13-14):

[...] dos Tamoios, dos Potiguaras e dos Guaranis entre os séculos XVI e XVII e também a organização dos Quilombos, destacando o papel central para a União dos Palmares, localizado na Zona da Mata, entre Alagoas e Pernambuco, onde, de 1602 a 1694, sob a liderança de Canga Zumba e Zumbi, cerca de 20 mil pessoas constituíram um território livre onde plantavam milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam galinhas, caçavam e pescavam, mas acabaram sendo dizimados pelos jagunços de Domingos Jorge Velho.

A organização dos Quilombos se constituiu uma trincheira de luta e resistência importante que buscava a possibilidade da criação de uma nova sociedade a partir do enfrentamento e escancarando as contradições sociais da época. Em se tratando da dinâmica do sistema escravista e o papel dos quilombos como forma de resistência e construção de nova organização da sociedade, de uma sociedade livre, “mostrava aos outros escravos a possibilidade de um tipo de organização no qual tal forma de trabalho não existia” (Moura, 1981, p.249)

[...] a evolução de todas as sociedades se processa através de choques, de contradições e que, à medida que essas contradições — dentro da sociedade escravista — se acentuam e que os escravos, através de movimentos de rebeldia de várias espécies, nela se inserem, contribuem juntamente com as contradições que advêm de outras causas e se processam em outras camadas, para que o regime de trabalho imperante seja substituído por outro.

Mas, não está somente neste aspecto acima relatado o dinamismo das reações dos escravos. Ao se refugiarem nas matas, mostravam aos outros a possibilidade concreta de um tipo de sociedade sem a existência do status degradante. (Moura, 1981, p.249)

É histórico que no Estado capitalista está contido o estímulo ao crescimento da agricultura e pecuária dos grupos que já são possuidores de riquezas, e somente o choque para encarar as contradições para a construção de uma nova realidade. Na atualidade, entre os anos 1980 e 1990 “diversos governos foram criando teias de incentivos fiscais e creditícios bastante generosos” para grupos dominantes que possuem acesso “às instituições financeiras, a fim de realizarem investimentos e expandirem suas propriedades, de tal maneira que as desigualdades acabaram se acentuando” (Fernandes, 2000, p. 14).

Nesse sentido, o processo de concentração e manutenção de riquezas tem os consequentes e nada surpreendentes números de indicadores socioeconômicos extraídos no Relatório do Desenvolvimento do Mundo de 1999/2000, do Banco Mundial; “referente a 1998, denotem um índice Gini⁵² de 0,575, só inferior aos registrados por Serra Leoa, com 0,629 (1989), Guatemala, com 0,596(1989), Paraguai, com 0,591(1995) e África do Sul, com 0,593(1993-4)”. O relatório traz a concentração da renda nacional dos anos 90, onde “1% mais rico detém 13,8% da renda nacional, mais que os 13,5% que cabem aos 50% mais pobres. Essa concentração acentuada da renda tem, sem dúvida, umas de suas maiores causas da concentração da terra” (Fernandes, 2000, p.15)

Diante de tais dados numéricos apresentados e da análise histórica de exclusão, exploração e rapinagem dos territórios e suas populações, refletimos e entendemos a relação e urgência de novos projetos sociais e propostas de outro modo de vida, que possam gerar transformações sociais e estruturais: “la articulación de crisis socio-económicas con crisis socio-ambiental, energética y climática, le otorga un carácter estructural y global que nos pone ante la impronta de reconstruir e inventar nuevas y diferentes modalidades de reproducción social y convivencia, orientadas a lograr una coexistencia más armónica entre naturaleza y sociedad bajo principios más igualitarios, equitativos y justos, y esfuerzos cooperativos” (Farah, 2013, p.12).

A organização dos movimentos sociais representa um elemento importante que contribui para a transformação social e estrutural. Nesse sentido, MST surge dessas

⁵² A medição do índice de Gini obedece a uma escala que vai de 0 (quando não há desigualdade) a 1 (com desigualdade máxima), que são dois números cujos valores jamais serão alcançados por nenhum lugar, pois representam extremos ideais. Nesse sentido, quanto menor é o valor numérico do coeficiente de Gini, menos desigual é um país ou localidade.
<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>

contradições e um movimento onde teoria e prática se unem para reconstruir e inventar novas mudanças estruturais a partir do sujeito social. O movimento contribui para a dignidade do ser humano através do direito a terra para sua subsistência sua e de sua família, a educação, saúde, etc.

Um dos espaços organizativos da vida econômica e política do movimento é construído dentro das cooperativas do MST. Elas compõem um espaço importante que vai muito além de um fim em si mesmo, é onde se constroem “como uma ferramenta que tanto pode servir para ampliar a consciência dos trabalhadores e, desta forma, sua luta, como fazer recrudescer os interesses do capital⁵³”. Nesse sentido, tem como objetivo a função social contestadora que é alcançada quando atende os interesses do trabalhador, desta maneira, se faz necessário esse um movimento político de conscientização, debates e afinidades políticas completando o sentido do movimento. O MST em sua história de luta consegue tranquilamente problematizar essa sentença, conforme Wellen (2012);

Longe de aportarem uma perspectiva política autônoma, as cooperativas do MST seguem os princípios desse movimento como referências práticas e ideológicas e, nesse sentido, esses empreendimentos econômicos não possuem um fim em si mesmo, mas são guiados para a luta pela reforma agrária. (Wellen, 2012, p. 210 e 211)

Desta forma, as perspectivas políticas classistas do MST passaram a ser considerados mais uma ferramenta de organização de sua base, visto que os assentados precisam estar vinculados a um organismo de base para associarem-se a essas cooperativas (Wellen, 2012, p. 211 e 212):

No lugar de princípios cooperativistas tais como esse que pregam a solidariedade entre todas as pessoas, independentemente da sua classe social, existe, dentro do MST, a soberania de outros códigos que orientam um movimento classista que luta contra os imperativos do capital. Conforme consta na Carta dos Movimentos Sociais⁵⁴, respaldada pelo MST, o objetivo é ‘a recriação de um novo internacionalismo de povos em luta, através de uma autêntica perspectiva de integração popular que seja plural, horizontal, com uma clara identificação ideológica antineoliberal, anticapitalista, antipatriarcal e anti-imperialista. Para efetuar tal projeto, estabelece-se como prioridade ‘elevar a mobilização de massa contra o capital transnacional e os governos que atuam

⁵³ “Quando passam a receber apoio de “burgueses solidários”. Onde se utilizam do discurso de autonomia das cooperativas, para superar as contradições do capitalismo é que se avança na sua subordinação aos representantes do capital. Nesse sentido, o MST entende que não possuem capacidade transformadora se a luta econômica é o fim em si mesma” (Wellen, 2012, p. 210).

⁵⁴ Aprovada em fevereiro de 2009 no Fórum Social Mundial, em Belém. (Wellen, 2012, p. 212)

como cúmplices do saque. É a mobilização de massa que criará a força necessária para promover transformações populares. (Wellen, 2012, p.211 e 212):

Como vimos o movimento contemporâneo do MST deixa evidente que a neutralidade política é negada e estabelecida com grande objetividade acerca dos debates a serem enfrentados e seus adversários a serem combatidos. Não se trata de uma conciliação das classes sociais, mas estratégias de luta aberta que evidencia e personifica as entidades que representam o processo produtivo e a ampliação das desigualdades sociais.

Estamos diante, portanto, de princípios e objetivos definidos pelo MST que nos fazem apreender que é uma tarefa histórica e urgente o combate ao sistema capitalista extrativista na América Latina, e tem se fortalecido ainda mais diante do panorama capitalista do século XXI: “los graves problemas ambientales, socioeconómicos y socioculturales están avivando los debates que cuestionan la unilateralidad de la racionalidade individualista y economicista de la organización de la reproducción capitalista hegemónica y, por ello, supuestamente única; pero también actualmente calificada de injusta socio-económicamente, depredadora ecológicamente, poco democrática políticamente al interior de los estados y en las relaciones entre los mismos (Farah, 2013.p.12).

Percebemos que a desigualdade social produzida pelo sistema capitalista não pode ser combatida com ideias mistificadores de solidariedade ou conciliação. Os efeitos da desigualdade podem facilmente ser identificadas e percebidas em nível global e local:

[...], nos muestran que en el mundo de hoy existe um reparto desigual e injusto de la propiedad de la tierra. Por ejemplo, en Latinoamérica, el 1,5% de los propietarios de tierra posee más de los dos tercios de la totalidad de las tierras; en África, sólo el 4% de la superficie total está en manos de tres cuartos de los campesinos. Asimismo, existen en el mundo 500 millones de campesinos sin tierra. Si consideramos que, a nivel mundial, la superficie cultivable representa alrededor del 38% y que sólo se explota menos de un tercio de ella, podemos pensar que es el ambiente económico, social y político, lo que influye en la explotación de las tierras. (Pérez, 2007).

Com base nessa sentença podemos entender a urgência do combate as desigualdades e o embate as estruturas capitalistas. As evidências históricas da luta pela terra atingi as regiões que possuem um histórico de colonização, com os povos latino americanos não é diferente. Com isso podemos afirmar que o MST, além de construir

seu processo em uma base histórica de resistência, também acampanha as mudanças estratégicas do inimigo a ser combatido, ou seja, constroem de forma organizada novas estratégias de combate ao capital imperialista capitalista.

Atualmente o inimigo a ser combatido é o agronegócio e suas entidades representativas tem defendido uma modernização na agricultura, uma revolução tecnológica, que julgam ser necessária para a segurança alimentar e desenvolvimento do planeta. Os governos populares que se elegeram defendendo a pauta da reforma agrária, têm integrado em pautas o processos de integração econômica o setor agrário como protagonista, ou seja, permanecem as práticas na lógica capitalista, que não impactam positivamente nas demandas integram o progresso sustentável social e econômico que tem como princípios a equidade, solidariedade e autodeterminação. O apoio massivo do capital resulta numa larga escala de avanços e novas possibilidades para aumentar o poderio econômico através de novas tecnologias, com apoio do Estado:

La ingeniería genética y las biotecnologías son, hoy en día, los instrumentos que dan a las empresas multinacionales la posibilidad de alcanzar beneficios económicos elevados; la “revolución verde” ha llevado al uso creciente de semillas, pesticidas, fertilizantes y de mecanización para alcanzar aumentos de producción, consumo y ganancias para las grandes empresas multinacionales. Éstas ejercen profunda influencia en el comercio agrícola internacional. Por ejemplo, el 90% del comercio mundial de trigo, maíz, café y piña, y alrededor del 70% del comercio de plátanos y arroz, están bajo control de un número muy reducido de esas empresas; del mismo modo, el 75% del comercio mundial de cereales está controlado por sólo cinco multinacionales agroalimentarias. (A. A. Deasmraais 2009 *apud* Farah, 2013, p.12)

A grande maioria dos povos lutam por terras para a sua subsistência, enquanto o capital internacional aumenta e concentra seu poder sobre ela, sob leis e apoio de frações da sociedade e do Estado capitalista, gerando o aumento da desigualdade social e garantindo a continuidade da relação dicotômica centro-periferia, expondo os povos latino americanos a situações degradantes de trabalho por manter esse modelo exportador de matéria-primas e ao mesmo tempo estabelecem grandes conflitos relacionados à questão salarial e capital-natureza, este último prejudica a diversidade dos povos camponeses.

Igualmente, las condiciones materiales degradadas de los campesinos indígenas son compartidas también por los trabajadores en toda su heterogeneidad; y ellas están asociadas al papel de semiperiferia económico-productiva

y/o exportadora de materias primas de América Latina. Ello la convierte en un área de elevados grados de conflicto directo centrado en el conflicto salarial por la falta de empleo y bajos ingresos; a la vez que en las contradicciones explícitas –y sin mediación– entre capital-naturaleza que atañe al campesinado en su diversidad. Pero también, centrado en las contradicciones capital-ciencia, capitaldemocracia, capital-derechos, que se expresan en un debilitamiento del estado social de derecho y profundos conflictos clasistas. (Farah, 2013, p.13)

Estamos diante, portanto, de uma estrutura capitalista montada para garantir a exclusão e exploração de determinados grupos sociais, como povos indígenas, afros e do campo, também atentando contra a próprio futuro da humanidade no planeta. O desafio posto para movimentos como o MST, as propostas do Buen Vivir e o projeto da economia solidária é o de garantir e ampliar os espaços de discussões e conscientização para pensar ações, com objetivos coerentes rumo a uma nova civilização:

En ese marco, arrecian las preocupaciones por encontrar soluciones a las amenazas al sostenimiento de la vida en el planeta y al planeta mismo, a la desigualdad y exclusión. En diversas regiones se debaten y ensayan alternativas orientadas a mejorar la redistribución, a impulsar una mayor solidaridad y reconfiguración del vínculo social en las búsquedas de alternativas que partan de visiones holísticas de la realidad, que sean capaces de ensamblar sociedad, economía y naturaleza; de reconocer la pluralidad de situaciones económicas, culturales y también políticas existentes en el seno de la sociedad. (Farah, 2013, p.13)

Posturas coerentes como a proposta do Buen Vivir são soluções alternativas frente ao sistema capitalista. E que apresentem práticas não fantasiosas como aquelas a partir da lógica da solidariedade entre os agentes capitalistas, mas voltadas para a conscientização e ampliação da luta dos trabalhadores, em defesa da vida e da natureza em todas as formas, e de combate aos efeitos esmagadores do capital, e nesse sentido alinham-se aos princípios do MST e suas práticas contestadoras ao sistema neoliberal.

Las búsquedas de alternativas están haciendo reverdecer alianzas, redes y otras formas de agrupación de esfuerzos reflexivos de cara a la renovación del humanismo y ambientalismo en el pensamiento social sobre desarrollo. Sobre todo en América Latina –y particularmente en Bolivia y Ecuador– observamos prácticas en las que convergen búsquedas innovadoras contra la privatización del sostenimiento de la vida y la naturaleza. Ello ocurre en circunstancias de una re-emergencia del movimiento campesino e indígena – luego de la fuerte derrota política de los trabajadores asalariados bajo el neoliberalismo–, que está dando lugar a importantes reivindicaciones distintas a la de la emancipación del trabajo asalariado; pues se basan principalmente

en demandas de reconocimiento y de recuperación de experiencias de reproducción social propias de las comunidades campesinas e indígenas, que apelan a sus conocimientos sobre las características naturales de su hábitat y de su sociabilidad. (Idem)

Com tal evento de fortalecimento dos movimentos sociais e o aumento das pressões do sistema neoliberal fica evidente a necessidade de pensarmos novas relações, praticas e valores que possam dar voz a comunidades historicamente marginalizadas.

... se justifica en afirmaciones de que las prácticas y valores de las comunidades indígenas les han permitido desarrollos culturales para reproducirse, manejar y aprovechar los ecosistemas y ambientes, que hoy resultarían favorables para proyectar alternativas. Es importante, no obstante, considerar que esos desarrollos no se han dado de manera cerrada, sino en articulación con intercambios económicos y mercados locales y regionales que, contrariamente a lo que normalmente se piensa, no han provocado la descomposición de sus estructuras, prácticas y valores propios. (Idem)

A superação da lógica de produtividade capitalista que é “con frecuencia vista y aplicada como técnico y neutral”, se não discutida e superada estaremos mergulhados no eterno circulo vicioso da “noción de producción sistémica, de sectores o de factores” e deixaremos de buscar reconceitualizar e na critica as estruturas capitalitas, princípios de produtividade como as do MST e Buen Vivir permaneceram marginalizados. Ressaltamos a importância de buscarmos princípios práticos que não impliquem em crescimento ilimitado e eficiência ilimitada, e sim uma relação de equilíbrio entre homem e natureza, ou seja, garantir o uso dos recursos disponíveis na natureza sem ameaçar a reprodução de ciclos de vida a longo prazo, como o MST e o Buen Vivir podem conter uma relação de complementaridade.

Ademais, na análise do projeto de economia solidária e as raízes históricas do MST nos evidenciam práticas antagônicas, “enquanto as organizações de economia solidária recebem apoio de entidades capitalistas como o Banco Central e subscrevem os conselhos desta instituição capitalista”, “o MST objetiva desenvolver práticas contra o imperialismo combatendo a politica dos organismos internacionais a seu serviço, tais como o FMI (Fundo Monetario Internacional), Bird(Banco Mundial), OMC(Organización Mundial do Comércio) e a Alca (Acordo de Livre Comércio das Américas), além da luta pelo não pagamento da dívida externa” (Wellen, 2012, p. 214).

Em síntese, os países latinos americanos, resguardadas as suas particularidades, tem em comum desafios parecidos no enfrentamento as questões estrutural social e necessidades econômicas, através de ações estatais que realmente rompam com o sistema colonial capitalista dependente, que garantam as condições necessárias para a participação popular e somente assim construir de fato um novo rumo histórico civilizatório, de igualdade de oportunidades e acesso aos bens sociais e economicos produzidos.

3.3. MST NA PERSPECTIVA DO BUEN VIVIR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADE?

Ao apresentar os princípios da economia solidaria e do Buen Vivir, cabe indagar até que ponto essas práticas influenciam e constribuem na luta dos trabalhadores. E de que maneira se relacionam com movimentos sociais que adotam estratégias mais critica, frente ao capitalismo, na luta por transformação social e econômica. A partir das teorias e conceitos apresentados, analisaremos a relação de complementaridade, ou não, entre a economia solidária, Buen Vivir e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras.

Desde que o movimento do MST se intensificou e se consolidou em meados dos 80, tem sua história marcada pelas lutas e as fortes criticas contra as imposições do capitalismo imperialista no campo, “a ponto de representar hoje um dos mais importantes coletivos de luta dos trabalhadores no Brasil e, talvez, até no mundo” (Wellen, 2012, p. 213). O MST tem em suas raízes a herança de luta “pela socialização de terras no Brasil, como as lutas dos Quilombos, Canudos e as Ligas Camponesas” e além do mais em suas ações organiza “diariamente práticas interventivas para construir a melhoria de vida dos trabalhadores e, em especial, aqueles pertencentes a zona rural” (Idem MST *apud* Wellem 2012, p. 213).

O movimento desponta em um período delicado, entre o processo de modernização da agricultura que beneficiou o latifúndio e o apoio do governo militar. Em defesa da permanência dos trabalhadores na terra de forma digna: “criar formas produtivas para garantir a permanência dos trabalhadores na terra, e com isso nos 80 adota o cooperativismo como sua principal forma de organização do trabalho e produção” (Borges, 2007).

Esse é um ponto inicial importante para analisarmos essas relações de complementaridade. A forma organizativa de produção e trabalho do movimento do MST e a economia solidária nos parece existir uma aproximação, pois encontramos nas cooperativas econômicas uma forma organizativa de similitude. As cooperativas são formas econômicas de organização tanto da economia solidária quanto do MST, por outro lado existe um distanciamento quanto as questões políticas e a função social, pois a medida que analisamos percebemos nesse movimento em suas determinações que, atravessam a disputa econômica dentro do mercado capitalista, e nesse sentido o entendimento do MST é, “visualizar as cooperativas para além de seu escopo interno” e deste modo imediatamente são “identificadas as limitações desse empreendimento econômico”. E assim, admite-se que existe uma óbvia “inferioridade dessas experiências na disputa concorrencial, marcada pela menos capacidade produtiva e financeira” diferente da economia solidária que defende a disputa concorrencial entre os agentes assim como no sistema capitalista (Wellen, 2012, p. 208).

Na construção da análise das outras duas propostas economia solidária e do Buen Vivir, e sua relação de complementaridade, compartilho a contribuição da Leon (2014, p.08), que defende possibilidade da viabilidade por partir de algo que já está acontecendo, e ressalta a importância do respeito as contradições de cada lugar, autores e governos,

[...] tienen como precedente común la *experiencia*, que al mismo tiempo constituye un antecedente de posibilidad, de viabilidad. Justamente porque están arraigadas en procesos de nuestras realidades, en resistencias y búsqueda de alternativas, disputan y se abren camino en condiciones complejas y contradictorias, inclusive en contextos sociopolíticos de correlación de fuerzas positiva hacia el cambio, como el aquí aludido de Ecuador. Son propuestas que se refuerzan mutuamente, que se retroalimentan, pero que comparten también el peso de anclas neoliberales que amenazan su viabilidad.

O desafio em comum é encontrarmos evidências que apontem para uma intervenção contestadora e capaz de encaminhar um projeto de transformação social. Neste sentido, os apontamentos realizados aqui para as alternativas nos ampliam o horizonte de questionamentos em relação as complementariedades da economia solidária e o Buen Vivir e o MST. Conforme analisamos, as duas propostas do Buen Vivir e a economia solidária são propostas com evidentes diferenças, porquanto podem ser superados na medida que principalmente no caso da economia solidária seja subordinado a diretrizes de um movimento popular, por exemplo o MST.

O Buen Vivir é uma proposta integralizadora nos marcos da filosofia, cultura, social e ambiental sem o viés economicista, ao passo que a economia solidária se caracteriza por um viés menos contestador quando comparado aos conceitos do BV, e nesse sentido a economia solidária sozinha não se configura capaz de encaminhar um projeto de transformações sociais.

Os defensores da economia solidária no Brasil prevêem uma reforma moral que não critica a fundo o modo de produção capitalista, tendo assim um viés idealista, advogando uma autonomia das consciências perante as condições materiais de existência social, ou seja, tanto no aspecto ideológico quanto no material escondem em seus postulados a contradição social entre capital e trabalho, “disseminando práticas mistificadoras pautadas numa solidariedade vazia que serviria tanto para trabalhadores como para capitalistas. Vários trabalhadores oscilam diante dessa promessa social e, com isso, o fim aventado pela economia solidária torna-se um meio para incrementar o poder e o controle da classe capitalista” (Wellen, 2012, p.198).

A tabela abaixo distingue as duas propostas e seus principais enfoques:

Quadro 4 - Diferença entre Economia Solidária e Buen Vivir

Dimensões	Economia Solidaria	Buen Vivir
Natureza	[...]denuncia o desastre ético do capitalismo como um modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem e pela destruição da natureza. Entretanto, sua quase total inserção no atual processo de colonização ideológica faz da economia solidária um projeto compatível ao discurso e prática neoliberal dominantes/ praticas contraditórias de sustentabilidade.	Relação Harmônica pautada na cosmovisão indígena, no respeito e no caráter cíclico do desenvolvimento.
Ser humanos	As qualidades <i>subjetivas</i> de desenvolvimento humano através da auto-realização, autoconfiança e auto-segurança pessoais estão, na esfera coletiva, relacionadas a uma concepção de uma sociedade mais humana, baseadas em valores solidários de cooperação e ajuda mútua.	Pautada na coletividade e bem estar dos seres humanos em todas as dimensões. Não individualista.
Sociedade	O ponto de partida para a transformação da sociedade não deveria ser a revolução Política[...]reatualização do legado do socialismo utópico	Heterogênea, intercultural, diversa.
Economia	Contradição na organização do mundo do trabalho: um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as	Reconhecimento da diversidade econômica, solidária e heterogênea.

	assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda: a economia solidária deve ser capaz de conviver com o próprio capitalismo e ser uma resposta às suas mazelas. [...]ressurgimento do cooperativismo/ defende praticas de economia mista: publico,empresarial-privada e popular	
Estado	Relação o forte entre setor empresarial e o Estado apoiando com recursos e politicas. Subsidiando de forma paternalista. Não critica a estrutura sistêmica, defende a autonomia individual e não rompe com o capital/	Plurinacional, horizontal, democracia comunitária e participativa.

Fonte: Adaptado de Constante, 2018; Carvalho, 2011; e Coraggio, 2014.

O projeto da economia solidária está permeado pela lógica de integrar o trabalhador no mercado, com o apoio das formas de organização cooperativas autônomas, incentivando para que possam lutar contras as empresas capitalistas. O que delimita a economia solidária ao MST, é que o movimento é apresentado como parte integrante de uma nova onda de cooperativismo que integra a economia solidária (Wellen, 2012, p. 200).

A lógica de competição e acumulação se mantém, e construe uma ideia fantasiosa e mistificador que as relações sociais dentro capitalismo poderiam ser solidárias. O ser humano ganha uma dimensão subjetiva de desenvolvimento, pautado no individualismo para somente posteriormente pensar numa esfera coletiva. Na sua proposta de transformação social tem como centralidade a não preocupação com a questão da esfera política dos indivíduos, sendo pautada por uma igualdade política entre ricos e pobres, dessa forma garantindo a permanência das estruturas da desigualdade. A prática do individualismo sob o véu da igualdade em todos os níveis, bem como a visão contraditória do uso da natureza, contrapõe a logica do Buen Vivir e afasta a relação de complementariedade com o MST.

Por fim, na análise crítica da economia solidária identificamos que essa proposta representa a busca por uma autonomia falsa perante o mercado capitalista, contrapondo o MST, que descarta o postulado mistificador presente na economia solidária (Wellen, 2012, p.200-201). Essa lógica mistificadora “diálogo com o caráter utópico que o desenvolvimento propõe, ao contrário do Buen Vivir quando analisado pela

ótica da comunidade, da solidariedade, da coletividade, pode ser inserida na lógica do todo e para o todo” (Constante, 2018, p. 94).

As práticas do MST se baseiam no eixo central que é a Reforma Agrária como solução para questões na esfera da natureza, e têm se voltado a uma transição para outras vertentes ecológicas devido ao uso exagerado dos últimos anos de agrotóxicos, integrando ao movimento as seguintes vertentes: agricultura alternativa, biodinâmica, natural, a agroecologia, permacultura e outros. A busca pela conscientização e humanização dos sujeitos através da luta para conquistas e o direito de acesso a saúde, educação, cultura, produção em harmonia com a natureza, resgata a dignidade e cidadania com vistas a contrução coletiva, compondo essa frente latino-americana que vem se destacando pela construção de um pensamento ambiental critico baseado no resgate cultural e biológico que é muito presente na região (Barranquero-Carretero e Sáez-Baeza, 2015, p.55).

Outra perspectiva importante que destoa do MST e a economia solidária é a dos espaços cooperativos na forma como são conduzidos e defendidos pela economia solidária, pois contribuem para a destruição da universalidade dos direitos sociais em troca de serviços privados (Wellen, 2014, p. 214). Ao contrário das práticas do MST, que exalta nas suas linhas políticas a defesa dos ‘direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados’. Além disso, combate posicionamentos conciliadores, sua postura é cristalina e não permite dúvidas quanto ao caráter classista, pois busca ‘articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente a neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro” (MST, 2007 *apud* Wellen, 2012, p. 215).

Diante dessas evidências, podemos afirmar que não somente a economia solidária possui diferenças significativas com a proposta do Buen Vivir, como da mesma maneira quando analisamos a sua relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Por fim, concluímos que as organizações econômicas do MST não possuem a mesma função social que os empreendimentos do projeto da economia solidária. Sendo assim, o MST tem esses espaços de cooperativas como “espaços econômicos e políticos subordinados a uma luta superior”, ao contrário da economia solidária, que mistifica a possibilidade de “criar organizações de ‘economia solidária’ para competir

economicamente com as empresas capitalistas, vencê-las dentro do mercado capitalista e, dessa forma, superar o modo de produção capitalista” (Wellen, 2012, p.215).

Analisando o projeto social que promete superar o modo de produção nos marcos do capitalismo e enxerga proximidade com o MST em se tratando de organizações do trabalho em cooperativas, é preciso primeiramente enfrentar o desafio de examinar a sua relação com o Estado. Pois é nesse campo que as classes dominantes, através do neoliberalismo, disputam para defender seus interesses. Nesse sentido o eixo fundamental nessa disputa é a recuperação do Estado e sua refundação. E nisso “Se observa que um discurso anti Estado de matriz neoliberal se confunde a vezes com uno de matrizes autogestionaria” (Leon, 2014, p.08).

A proposta do Buen Vivir tem significativa proximidade com as práticas do MST, pois assim como o BV na esfera da valorização do sistema educacional possui uma perspectiva critica e “diferente daquela tradicional, que defende a meritocracia, a competição e a desigualdade” (Constante, 2018i, p. 94). O MST dialoga com o BV no sentido que prima pelo processo e formação de sujeitos críticos de consciência e reflexão, sendo assim o maior desafio pedagógico do movimento.

No MST a luta por escola começou junto com a luta pela terra. Mas é preciso compreender que a preocupação consciente dos Sem Terra com educação, e especialmente com o tipo de educação das novas gerações, para que continuem sua luta, seu projeto, somente pode surgir quando se dão conta de que estão construindo uma *organização duradoura* e uma *luta de vida inteira*. Antes disso até lutam pela escola de seus filhos, mas de modo geral sem perceber que isto tem relação com suas outras lutas, e com o desenlace da história que puseram em movimento. (Caldart, 2001, p.220)

Em síntese, a relação de complementaridade entre MST e a economia solidária na sua dimensão social e econômica, podemos apreender que essa ultima carece de análises críticas mais combativas para que possa ser considerado uma alternativa ao modelo atual de desenvolvimento econômico. Pois as implicações da economia solidária para os trabalhadores são de sérios retrocessos econômicos e ideológicos. E ao tratarmos das análises da relação entre o Buen Vivir e as práticas do MST, é possível reconhecer potenciais aspectos importantes para a construção de uma sociedade que não esteja pautada pelos ditames do modo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar esse trabalho cuja discussão se fundamenta na importância de analisar as alternativas latino americanas que estão sendo produzidas para a superação e possíveis saídas ao modelo hegemônico, colonial e perverso que produz um aumento das desigualdades sociais, ao qual foi denominado de modernidade. Partimos primeiramente em apreender sobre a dinâmica entre as colônias e os países imperiais desde que Cristovão Colombo abriu as portas a conquista do que hoje chamamos América, pudemos identificar e refletir pontos importantes sobre a estrutura econômica e social imposta para esses povos. Os povos latino-americanos foram inseridos na acumulação originária de capital e constituíram parte do mercado mundial capitalista através do saqueio de seus recursos naturais, onde se forjou um esquema extrativista de exportação de Natureza nas colônias em função das demandas do capital europeu, com base na escravidão.

As ações em prol da modernidade e o progresso tecnológico, geralmente em nome do desenvolvimento, foram impostos como uma forma benéfica a serviço da Humanidade, sem questionar as suas consequências perversas sobre a população : desigualdade social, degradação ambiental, desemprego e subemprego, além de outras injustiças que colocam em perigo a continuidade da vida no planeta.

Para que mudanças possam acontecer é necessário ouvir aos grupos sociais que foram excluídos de seus meios de produção e explorados em consequência de padrões pré-determinados e estabelecidos pelo capitalismo. As alternativas de mudanças em uma sociedade passam pelo cotidiano de suas práticas rumo ao desenvolvimento de uma epistemologia própria, onde identificamos a sua origem, a estrutura e os métodos dos saberes, conforme analisados a partir do Buen Vivir e do projeto político da economia solidária e principalmente da prática legítima de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para que o processo de mudança seja a partir da realidade de cada população.

O esforço nesta pesquisa foi no sentido de construir de forma relacional entre o Buen Vivir e a economia solidária verificando a forma como o MST subordinou essas práticas às suas diretrizes do movimento.

A linha que permeou esse trabalho se deu a partir da teoria decolonial, que invoca todas as formas de vida revelando relações sociais distintas das praticadas pelo

neoliberalismo. O caminho percorrido em relação às práticas pode nos indicar uma possibilidade de mudança, tanto no campo constitucional, a exemplo do Buen vivir, quanto na prática do caso analisado, do Movimento dos Trabalhadores Sem -terra (MST). Estudando o caso do MST podemos identificar práticas que foram aproveitadas da economia solidária como a organização das cooperativas econômicas, mas com diferença de uso, a partir da subordinação das diretrizes do movimento.

Nesse sentido, a economia solidária sendo suas bases moldada as diretrizes de um movimento antimperalista e anticapitalista e pelo lado do Buen Vivir a valorização da vida sobre todas as formas compõe os elementos da realidade das comunidades para a construção epistemológica de uma nova perspectiva de mundo.

O novo horizonte socioeconômico está sendo construído e podendo ser reconhecido e legitimado a partir de um processo de germinação e radicalidade nos movimentos sociais, como no caso em tela o MST. Sendo que o movimento social tem atuado como um espaço de formação e de resgate, conforme Caldart (2001), “do sujeito social e sua humanidade, as suas qualidades essenciais do ser, não apenas materiais, físicos e intelectuais, mas também seres sociais coletivos, emocionais” e sagradas que se articulam com a consciência da superação do paradigma do Estado Moderno e da colonialidade do poder e do ser.

As práticas da economia solidária e sua relação de complementariedade com MST são inseridas em seu cotidiano como maneira de alternativa econômica, mas não como prática revolucionária anticapitalista e anti-imperialista, ou seja, não é entendido que a luta é política e ideológica contra o sistema capitalista. No entanto, esse processo revolucionário requer legitimação e maturação na sociedade e por parte dos governos. As análises feitas até agora demonstram a possibilidade de mudanças, pois estamos estudando casos e práticas concretas frutos de ações políticas estruturais dentro de ambiente, ambiente político favorável onde grupos políticos contribuíram para que fossem possíveis.

No contexto histórico atual de instabilidade política e crise econômica e sanitária, as medidas de mudanças de paradigmas se colocam como prioridade, frente às dificuldades com que o capitalismo em sua expressão neoliberal nos impôs de viver de forma harmônica com a natureza, o que nos levou a crises além da econômica, nos levou a crises mentais, espirituais e de desvalorização da vida. Nesse sentido, a crítica a tal “modernidade” figurado no Estado Moderno que com violência colonizou e controlou povos ditos inferiores com a justificativa de desenvolvimento, através de

práticas conhecida de ocultamento do outro na América Latina (Dussel, 1994, p.08). Isto posto, apreendemos que a teoria decolonial é relevante para analisar o “desenvolvimento” e na compreensão de que propostas alternativas como a do Buen Vivir e de movimentos como o MST têm sua articulação, no sentido que possuem uma relação de respeito a *madre tierra (Pachamama)*. No entanto, a economia solidária, apenas se subordinada a esses conceitos e buscando-se tornar mais coerente, pode formar um conjunto de possibilidades viáveis e alternativas frente ao desenvolvimento capitalista.

A pesquisa buscou responder e analisar as possibilidades de convergências das práticas da economia solidária e do Buen Vivir através do estudo de caso do MST, deste modo se efetivando como uma opção alternativa ao desenvolvimento globalizado rumo a construção e legitimação de uma sociedade plural. Descrevendo quais os desafios e oportunidades que surgiram nesse novo cenário político partidário na América Latina na primeira década do século XXI, contribui para fortalecer as ideias populares e progressistas, desencadendo uma série de políticas inclusivas visando romper com essa atual civilização capitalista do consumo sem limites.

Quando analisamos a relação de complementariedade entre MST e a economia solidária em sua capacidade de transformação social podemos destacar o papel das cooperativas do movimento, onde elas são colocadas subordinadas as políticas e as diretrizes do movimento contrapondo o projeto social da economia solidária que defendem a inclusão de todas as formas de empreendimento e criação de redes incluindo empresas e representantes capitalistas.

O Buen vivir e o MST tem se aproximado pela pauta agroecológica, que assim como é histórico no movimento o processo de educação, que é segundo Caldart (2001) um “modo de produção da formação humana” algumas pautas vão surgindo e sendo inseridas de acordo com o contexto histórico, mantendo suas bases anticapitalistas e antiimperialistas: “[...] os movimentos sociais do campo se propõem ao adotar a agroecologia como bandeira de luta. A agroecologia é um novo modo de vida e para vivê-la é necessário romper com antigos paradigmas e seguir com passos firmes rumo a um mundo melhor, o que exige muita coragem”.

É necessário e importante pensar os processos que abram espaços de diálogos e inclusão, onde se permita visibilizar outros sujeitos e sujeitas de uma nação abrindo possibilidades de protagonismo de diferentes atores e mostrando os grupos de pessoas invisibilizadas e inviabilizados. As crises do neoliberalismo nos permitem refletir

e estudar uma alternativa de mundo e se desvincular dessa estrutura do capitalismo dependente, trazendo um outro panorama e significado que represente realmente, socioeconômica e politicamente os povos latinos-americanos e caribenhos. A exemplo da construção da ideia de um Estado Plurinacional contribui para desbancar o Estado Moderno, além disso tem encontrado base forte no “ Novo Constitucionalismo latino-americano” e tem demonstrado resultado isso no âmbito da Constituição da Bolívia em 2009 que tem dado voz a povos historicamente esquecidos e descrevendo suas necessidades, constituindo um distinto projeto político, social e econômico.

O Buen Vivir na Constituição da Bolívia é assentado e concebido na práxis dos povos conforme já citado anteriormente, contendo expressões diferentes, mas práticas em comum, sinterizado da seguinte forma conforme, Mamani (2010, p.49): “todos los pueblos indígenas originarios, a través de diferentes expresiones, conciben el concepto del vivir bien. Existen varios aspectos comunes entre todas estas expresiones que podríamos resumirlas en los siguientes puntos: al hablar de vivir bien se hace referencia a toda la comunidad, no se trata del tradicional *bien común* reducido o limitado sólo a los humanos, abarca todo cuanto existe, preserva el equilibrio y la armonía entre de todo lo que existe”. É uma forma de conceber o mundo de uma maneira muito distinta desse modelo atual, enxergando os limites do capitalismo e dessa forma compondo uma nova epistemologia. E desta forma contribui para uma alternativa para América Latina frente a essa cultura do consumo e do individualismo própria do capitalismo.

Consideramos o marco teórico da perspectiva da decolonialidade para nos reconhecermos e nos aceitarmos, e também a entender a necessidade e possibilidade de romper com um desenvolvimento que nos foi modelado, nesse sentido esse estudo das propostas do Buen Vivir e a economia solidária sendo praticadas pelo MST analisado a luz desse marco procura ser uma efetiva ruptura com as formas coloniais, partindo de uma desobediência epistêmica em relação a ciência ocidental. A partir dessa observação podemos trazer pontos importantes de combinação e os avanços constitucionais que fazem parte desse Novo Constitucionalismo L.A, são os seguintes: 1) o MST através de processo educacional humanizador e tem demonstrado o processo de dominação da elite; 2) a radicalidade do MST para efetivação dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, no Brasil; 3) mais participação população legitimando e fortalecendo as democracias comunitárias; 4) reconhecimento de

uma visão totalizador e integradora composta principalmente por: comunidades camponesas e indígenas e a inclusão das mulheres na estrutura social política; 5) reconhece os processos de luta por autonomias de criar caminhos novos; 6) adota o Buen Vivir como princípio organizador da sociedade e horizonte de mudanças. Na perspectiva econômica é um novo modelo econômico que adquire novos valores e abarca correntes de pensamento e análises econômicas alternativas que tenham como principais traços valorização da vida como objetivo econômico.

O nosso estudo procurou identificar e relacionar as práticas do Buen Vivir e da economia solidária a partir da experiência do MST, e entender de que forma esses elementos representam uma alternativa ao desenvolvimento. De fato, conseguimos traçar uma imagem coerente e com resultados positivos, percorrendo a complexidade do Estado Moderno, da Colonialidade em sua transição a exemplo da Bolívia e Equador para NCLA, que é considerado o início de uma supressão do processo modernizante e contribui para que estudos como esse fossem possível com objetivo dar voz e reconhecimento o povos invisibilizados e construir alternativas políticas, sociais e econômicas, a exemplo do Buen Vivir.

A economia solidária e o Buen Vivir têm em comum a experiência, apesar dos conceitos idealizador e mistificador, no entanto constituem uma possibilidade que está relacionada a essa busca de alternativas dentro de nossas realidades latino-americanas. O MST constitui uma forma muito coerente de ação sem propostas mistificadoras ou utópicas que conseguem praticar as duas propostas, mas não de forma integral, primando pela radicalidade em relação a sua ideologia anticapitalista e anti-imperialista. Reconhecemos que não é possível pensar outras possibilidades sem a supressão total do modelo de produção capitalista, que é composto a estrutura civilizacional de exploração da força de trabalho assalariada, de consumo e da acumulação, no entanto a tarefa que nos é colocada é a de que devemos criar alternativas e modos de vida mais dignos para nossos povos com participação popular, democrática e considerando nossas ancestralidades de cada região.

Conclui-se que, o MST é um movimento da luta social que busca na prática educar sujeitos, contrariando o que o capitalismo prega, que é a desumanização dos sujeitos. E é na luta social do movimento que acontece o processo pedagógico de formação coletiva e a possibilidade de transformação social e estrutural, se pontuamos o seguinte as contribuições, desafios e conclusões: 1) a contribuição do MST

com sua luta por dignidade e garantias de manutenção da vida é elemento fundamental para a alternativa ao desenvolvimento capitalista; 2) o Buen vivir tem um enfoque conceitual inacabado para tanto é um caminho em construção, e a economia solidária reforça essa construção, mas o desafio necessário é se livrar da âncora do neoliberalismo e partir de forma definitiva ao socialismo; 3) compreender que pela afirmação e consolidação da economia solidária e o Buen Vivir em seu caráter econômico, sistêmico e civilizatório, pelo lado da E.S. uma forma permanente de ações e não somente como medidas passageiras para solucionar o desemprego no capitalismo e pelo lado do Buen Vivir ser visto muito mais que debates filosófico, cultural, social e ambiental; 4) o MST tem dialogado com vários setores e atores sociais como Universidades e o Estado assim contribuindo para em conjunto propor alternativas viáveis a partir da realidade dos povos camponeses e indígenas. As soluções para nossas regiões devem ser formuladas a dos elementos da realidade das comunidades, ou seja, da autonomia e protagonismo popular.

Os temas geradores dessa pesquisa obviamente não se esgotam nesse trabalho, já que se trata justamente de práticas que levam em conta a realidade dos povos, no entanto essa pesquisa chegou em sua conclusão. O debate da nova epistemologia foi posicionado na pesquisa através do Buen Vivir e não se teve a pretensão de produzir-se novas perspectivas, mas ampliar esse tema no Brasil é importante para o fortalecimento dos estudos nessa perspectiva e que vai de encontro com os compromissos ambientais do MST que ultrapassam o uso da terra e incorporam a uma valorização e garantia da vida em todas as formas, e que possa ampliar para toda a América Latina.

Em suma, as possibilidades de convergências entre economia solidária e buen vivir a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra podem compor uma relação, desde que os princípios baseados na conciliação de classes da economia solidária seja revisado, na medida que essas experiências partem de realidades concretas possuem antecedentes de possibilidade e viabilidade. Pelo lado das propostas da economia solidária e do Buen Vivir partem de experiências que foram implementadas na prática, na busca por valores alternativos, disputando e abrindo caminhos em condições completamente adversas imposta pelo neoliberalismo, e por outro lado na perspectiva revolucionária do MST que é um exemplo de possibilidade

de ruptura capitalista para seguirmos na busca de nossas próprias soluções, descolonizando nossos conhecimentos, conhecendo nossos históricos de resistência e luta ancestral tornando ponto fundamental para obtermos êxito.

Levar em consideração o contexto histórico para pensar alternativas sociais para evitarmos cairmos em idealismos e mistificações como as contidas nos princípios da economia solidária, nesse sentido é essencial para desenvolver uma organização política crítica ao sistema capitalista, a exemplo do MST vem desenvolvendo, ao centrar esforços na luta econômica não podemos nos tornar reféns dos imperativos do mercado capitalista, rompendo com situações de aparente solidariedade entre representantes capitalistas advindos do Consenso de Washington e o desenvolvimento incorporado nas políticas neoliberais. Por outro lado, o debate constitucional para criação de novos paradigmas é um elemento imprescindível: “o NCLA é exemplo vital ao demonstrar a complexidade da pluralidade existente e a necessidade de empoderamento e o *Buen Vivir* é o reflexo de construir algo novo possibilitado pela transição constitucional” (Constante, 2018).

Por fim, e reiterando que esse estudo não teve a intenção de esgotar os temas propostos, mas analisar esse modelo hegemônico vigente de produção capitalista e as práticas que surgem em consequências dessas contradições. Novos trabalhos sobre alternativas ao desenvolvimento capitalistas são necessários e para pensarmos as escolhas de quais as ferramentas que vamos utilizar. As únicas ferramentas capazes de destruir os muros da desigualdade social construídos pelo sistema capitalista “é uma foice e um martelo. A escolha se torna cada vez mais urgente” (Wellen, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Tiago. “Ecuador: Aprovação de Lenin Moreno é a menor desde que assumiu a presidência”. *Brasil de Fato*. 15 de março de 2019< <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/15/ecuador-aprovacao-de-lenin-moreno-e-a-menor-desde-que-assumiu-a-presidencia/> > Acesso em 23.06.19

ÁLVAREZ, Santiago García. **Sumak kawsay o buen vivir como alternativa al desarrollo en Ecuador. Aplicación y resultados en el g.** 2013. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales Departamento de Economía Aplicada I (economía Intern, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2014.

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.60 p.: il.1. Economia Solidária, Brasil. 2. Economia Solidária, mapeamento, Brasil. 3. Economia solidária, perfil, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Secretaria nacional de Economia Solidária (SENAES).

BARRANQUERO-CARRETERO, A. Sáez-Baeza, Ch.. “La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social”. *Palabra Clave* 18(1), 41-82. Marzo de 2015.

BARBOSA, Lisete. *Economia Solidária e Desenvolvimento Local*. UNILA- Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2016.

BAUTISTA, Rafael S. *La descolonización de la política: Introducción a una política comunitária*. La Paz, Bolivia: AGRUCO / Plural editores, 2014.

BRASIL. Constituição e o Supremo (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

BRESSER PEREIRA, Luiz. *Globalização e Competição*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2009.

BORGES, Juliano Luis. *A transição do MST para a agroecologia*. Dissertação de mestrado em Ciencia Social.Universidade Estadual de Londrinam 2007.

Bolívia. [Constituição (2009)]. *Constitucion Política del Estado Plurinacional de Bolivia*.Promulgada en la ciudad de El Alto el 7 de febrero de 2009. Disponível em: <http://www.ftierra.org/index.php/component/attachments/download/6> Acesso em: 30.jan.2020

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades/Ed.34, 2001.

CARVALHO, Euzamara de. “A luta do MST é pela efetivação dos Direitos Humanos”. *Brasil de Fato*. São Paulo | 22 de Fevereiro de 2019. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/22/artigo-or-a-luta-do-mst-e-pela-efetivacao-dos-direitos-humanos> > Acesso em: 09.05.2020

CARVALHO, Keila Lúcio. *Economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.2011

CARVALHO, Wolney Roberto; FRIGGERI, Félix Pablo. Desarrollo económico y/o Buen Vivir: dilema actual del latinoamericano.. **Textos de Economia**, [s.l.],v. 16, n. 1, p.117-137, 24 jun. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8085.2013v16n1p117>. Disponível em: <[file:///C:/Users/pscon/Downloads/33397-115053-1-PB \(1\).pdf](file:///C:/Users/pscon/Downloads/33397-115053-1-PB%20(1).pdf) . Acesso em: 27 jan. 2020.

CATTANI, Antonio David.(Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. CATTANI, Antonio David .CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009 (IN) UNU-WINDER. The world distribution of Household Wealth. Helsinki,FI: United Nations University. 2006.

CELIBERTI, Lilián. O diálogo como prática política. In: Dialogo intercultural: O buen Vivir desde o olhar das mulheres.09 e 10 de agosto de

2010.Assunção-Paraguai. Articulação Feminista Marcosul-UNIFEM (United Nations Development Fund for Women)
Disponível em: <http://www.cotidianomujer.org.uy/relatoria_indigenas_br.pdf>
Acesso em : 09 de maio 2020.

CORAGGIO, José Luis (2014). “La presencia de la economía social y solidaria y su institucionalización en América Latina”, UNRISD Occasional Paper: Potential and Limits of Social and Solidarity Economy, No. 7, United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Geneva.

CONSTANTE, Paula de Sousa. *O Buen Vivir e a construção de uma alternativa ao desenvolvimento: olhares sobre a Bolívia*. Foz do Iguaçu: UNILA, 2018.

CORAZZA.Gentil. MALTHUS E RICARDO: DUAS VISÕES DE ECONOMIA POLÍTICA E DE CAPITALISMO. Instituto Humanitas Unisinos. Cadernos IHU Ideias Ano 3 – Nº 39. 2005

CULTI,N. Maria. Mulheres na Economia Solidaria: Desafios sociais e políticos. Texto aceito para apresentação no IV Congreso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas realizado de 4 a 7/07/2004 em Bratislava-República Eslovaca.

DAVIES,B.J; SANDSTROM,S.; SHORROCKS,A.; WOLFF, E.N. The World Distribution of Household Wealth. UNU World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER) Helsinki, Finland,2008.

DUSSEL, Enrique. El encubrimiento del Outro.Hacia el origen del “mito de la Modernidad”. Conferencias de Frankfurt- Outubro,1992. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – UMSA.La Paz,1994.

ESCOBAR,Arturo. Una Minga para el postdesarrollo. America Latina en movimiento No. 445, ALAI.Quito.junio 2009. Disponível em: < <https://www.alainet.org/es/active/38111> >
> Acesso em : 31 de janeiro 2020.

Ecuador.[Constituição (2008)]. Pueblo ecuatoriano; Constitución de la República del Ecuador, Montecristi, 2009. Disponível em : < https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf > Acesso em: 30.jan.2020

FARAH, Ivone. TEJERINA, Verónica. Vivir bien: Infancia, genero y economia. Entre la teoría y la práctica-In: CORAGGIO, José. Parte 4, La economía social y solidaria: hacia la búsqueda de posibles convergencias con el Vivir Bien. CORAGGIO-Primera edición febrero de 2013. Impreso en Weinberg. La Paz – Bolivia. p.215-254.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FRIGGERI, Felix Pablo. Hacia un planteo epistémico-político latinoamericano de las Ciencias Sociales. Segundo Módulo Curso de Posgrado en Ciencias Sociales/UNVM(Universidade Nacional Villa María), 07 agost. 2015.

FRIGGERI, Félix Pablo. “ALTERIDAD CONSTITUCIONAL”. NUEVO CONSTITUCIONALISMO Y PRINCIPIOS INDÍGENAS: DE LA INCOHERENCIA A LA REVOLUCIÓN. **Cadernos Prolam/usp**, [s.l.], v. 13, n. 25, p.173-187, 31 dez. 2014. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2014.101356>. Acesso em: 27 jan. 2020.

GAIGER, Luiz. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional. Apresentado no II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Santa Catarina, em abril. 2007.

GARCIA LINERA, Álvaro. *La potencia plebeya : acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia* / Álvaro García Linera ; antología y presentación, Pablo Stefanoni. — México, D. F. : Siglo XXI Editores ; Buenos Aires : CLACSO, 2015.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed, 12. reimpr. São Paulo: Atlas 2009

GUDYNAS, Eduardo. La senda biocéntrica: valores intrínsecos, derechos de la naturaleza y justicia ecológica. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.13: 45-71, julio-diciembre, 2010.

GUERRA, Lucas. Globalização, Desenvolvimento e Buen Vivir: A América Latina na construção de alternativas contra hegemônicas à ordem mundial neoliberal. Revista Cadernos de Campo. Araraquara. nº. 24. p. 85-111. jan/jun. 2018. E-ISSN 2359-2419

JAFFE, Angelina. PEIXOTO, Renata Oliveira. Qual o panorama político da América do Sul hoje, segundo estas 2 pesquisadoras. [Entrevista concedida a] João Paulo Charleaux. NEXO. 07 de abr. de 2017. <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/07/Qual-o-panorama-pol%C3%ADtico-da-Am%C3%A9rica-do-Sul- hoje-segundo-estas-2-pesquisadoras>> Acesso 15.jan.2020

LAKATOS, Eva Maria; MARCONO, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

Le monde diplomatique Brasil. Renaud Lambert .Disputa pelo poder, A Onda Rosa. 01 de abril de 2010. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/a-onda-rosa/> > Acesso em 23 de novembro de 2019

Lianza, Sidney; Henriques, Flavio Chedid A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas.- Seção II, Economia Solidária em realidades nacionais marcadas pela presença de povos originários. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ: 2012. p. 71-99.

LOWY, Michael, 1938. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo, Cortez, 2000.

LUCE, Mathias Seibel. “Entenda a crise na Nicarágua”. *Brasil de Fato* | São Paulo (SP), 21 de setembro de 2018 às 11:26. <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/21/entenda-a-crise-na-nicaragua/> Acesso em : 27.jan.2020

MACAS, Luis. “El Sumak Kawsay”. Revista Yachaykuna, N° 13, Quito: ICCI, junho, 2010 p. 13-39.

MAMANI, Fernando Huanacuni. BUEN VIVIR / VIVIR BIEN. FILOSOFÍA, POLÍTICAS, ESTRATEGIAS Y EXPERIENCIAS REGIONALES ANDINAS. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI. Lima-Peru. 2010

MANOEL, Jones. A fraqueza da ilusão democrática: um ensaio político não sentimental. PCB – Partido Comunista Brasileiro. 24 de julho de 2019. Disponível em : < <https://pcb.org.br/porta12/23647/a-fraqueza-da-ilusao-democratica/> > Acesso em 14, abril de 20

MARI, Cezar Luiz De; TAVARES, Philippe Drumond Villas Boas; FONSECA, Valter Machado da. Alimentos, saberes e educação para o “bem viver”: os camponeses um passo adiante. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, v. 34, n. 3, p. 37-54, set./dez. 2017. E-ISSN 1517-1256

MARINGONI, Gilberto. Bolívia: renúncia foi a melhor saída? Dezembro/2019. Disponível em: < <https://portaldisparada.com.br/politica-e-poder/maringoni-bolivia-renuncia-golpe/> > . Acesso em : 09 abril 2020.

MARTINEZ, LEONARDO MONTENEGRO. (ed.)- Cultura y Naturaleza, 1ª ed. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celetino Motis. Mayo 2011. XXI. TICONA, Esteban (pdf.pág.156)

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista; tradução de Marcos Aurelio Nogueira e Leandor Konder. 2.ed. Petropolis, RJ, Vozes, 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

MARX,Karl. A chamada Acumulação primitiva. In: MARX,Karl. O Capital Vol.I 2.Edição, São Paulo,Ed.Nova Cultura Ltda,pag. 828 – 882

MENDES, Fábio Ribeiro. Iniciação científica para jovens pesquisadores. Porto Alegre: Autonomia.2012

.MORAES, Renata de A. Desenvolvimento e Vivir Bien na Bolívia Plurinacional.ACENO, Vol. 3, N. 6, p. 264-279. Ago. a Dez. de 2016. ISSN: 2358-5587

MOURA, Clovis. *Rebeliões da Senzala*.3ª edição.Ed.Ciencias Humanas,1981.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST.Agrotóxicos: Um dos principais causadores de câncer no Brasil.Disponível em: < <https://mst.org.br/2019/11/28/agrotoxicos-um-dos-principais-causadores-de-cancer-no-brasil/>> Acesso em: 07 de março 2020.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST.Agroecologia e o MST. Disponível em : < <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/> > Acesso em : 07 de março de 2020.

Mulheres migrantes e indígenas em Roraima: a construção de uma trajetória coletiva/Marlene Grade...[et al]; Organizadores de : Marlene Grade, Meire Joisy Almeida Pereira – Boa Vista: UFRR/PROEX,2010.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. Ser camponês, ser “remanescente de quilombos”. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 7, n. 1,2, p. 029-043, jan. 2005. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/1558/1354>>. Acesso em: 03 dez. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

NIERDELE, Paulo Andre e Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo. Introdução às teorias do desenvolvimento. Coordenado pelo SEAD-UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

OLIVERIA, Renata Peixoto. Bolívia: cortina de fumaça para a crise ao golpe contra Evo Morales. Núcleo de Estudos e Análises Internacionais/UNESP, 11 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://neai-unesp.org/bolivia-de-cortina-de-fumaca-para-a-crise-ao-golpe-contr-evo-morales/> >. Acesso em 12 de novembro de 2019.

Peschanski ,João A.“ A Grécia tem de sair do euro e declarar a moratória da dívida”. **Brasil de Fato**. Madison (EUA), 18 de maio de 2012. Disponível em : < <https://www.brasildefato.com.br/node/9579/> >. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

PINTO, João Roberto Lopes. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PINHO, Leonardo. Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização. Brasil. 30 de julho de 2019. Disponível em: < <https://diplomati-que.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/> > Acesso em: 12 jan. 2020

POCHMAN, Marcio. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POSSIBILIDADES E LIMITES. Revista IPEA Mercado de Trabalho. 24. ago. 2004

POZO BOMBON, J. Karen. LA ALIANZA POLÍTICA DE LAS ARTICULACIONES DE MUJERES POPULARES EN AMÉRICA LATINA, UNA MIRADA A LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN DE LOS PUEBLOS LATINOAMERICANOS.

PRADO, Fernando Correa. Ainda sobre as questões do desenvolvimento... Revista Brasileira de Economia Política. 45 /outubro 2016- dezembro 2016.

PRADO, Fernando Correa. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política, 2015.

QUIJANO, Aníbal Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder / Aníbal Quijano; selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. Revista polític Viento Sur. Espana. Número 122. Mayo 2012

REIS, Tiago. Mão invisível: entenda a teoria liberal do mercado que se autorregula. Disponível em: < <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/mao-invisivel/> >. Acesso em 12 de novembro de 2019.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Raízes, Ano XVIII Nº 20, novembro de 99, pp. 41 – 49.

SABOURIN, Eric. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. 1º Encontro da Rede Rural. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 4 – 7 de julho de 2006.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: Da Dádiva à questão da reciprocidade. Revista brasileira de ciências sociais - vol. 23 nº. 66 fevereiro de 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 79, p. SILVA, Luiz Inácio Lula da, Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato>> Acesso em 22 de novembro de 2019

SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e.; Pinto, Luiz Fernando Sanná; Souza, Nilson Araújo de.-Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-americana.Campo Gande –MS: Ed.UFMS,2008.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abreu,2002.

STAEVIE, Pedro Marcelo.ECONOMIA SOLIDÁRIA, INFORMALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: interfaces e divergências. Comunicação Oral – GT Transformações no Mundo do Trabalho. (UFRR) – MSc. Em Economia – Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU/NAEA) na Universidade Federal do Pará. End: Passagem Thiago Way (Alcindo Cacela), 70/204, Bairro Cremação, Belém – PA. São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. Entrevista concedida a: Marco Antônio Coelho e Dario Luis Borelli. Dossiê Questão Agrária, ESTUDOS AVANÇADOS.27 agosto de 1997.

TITULOS DO GOVERNO BRASILEIRO VALEM O QUE PROMETEM, DIFERENTEMENTE DOS SUBPRIMES”. Brasil de Fato, 11 de setembro de 2015. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/node/32910/> >. Acesso em 01 de outubro de 2019.

TORINELLI, Michele;ROSSATO, Laís. Os desafio da agroecologia desde dentro.Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 03 de novembro de 2016. Disponível em : < <https://mst.org.br/2016/11/03/os-desafios-da-agroecologia-desde-dentro/> > Acesso em: 03 de abril de 20.

T. LEÓN, Magdalena. *Economía solidaria y Buen Vivir. Nuevos enfoques para una nueva economía*. Artículo publicado en el libro Sostenibilidad de la vida. Aportaciones desde la Economía Solidaria, Feminista y Ecológica, Reas Euskadi, Bilbao, 2014 (pp. 43-54)

WALSH, CATHERINE. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las

insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, núm. 9, julio-diciembre, 2008, pp. 131-1

WALLERSTEIN, Immanuel. Análises de sistemas-mundo: uma introdução. Editora: Siglo veintiuno. Disponível em : < <https://sociologiadeldesarrollo.files.wordpress.com/2014/11/223976110-26842642-immanuel-wallerstein-analisis-de-sistemas-mundo.pdf> > Acesso em : 09 de abril de 2020.

WELLEN. Henrique André Ramos. “Contribuição à crítica da ‘economia solidária’”. Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.

WELLEN, Henrique. *Para a crítica da economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.